

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE  
REPRODUÇÃO SOCIAL DO AGRICULTOR FAMILIAR NO  
PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA  
PIRITUBA II**

**MAURO SÉRGIO VIANELLO PINTO**

CAMPINAS  
MARÇO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE  
REPRODUÇÃO SOCIAL DO AGRICULTOR FAMILIAR NO  
PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA  
PIRITUBA II**

Tese de Doutorado submetida à banca  
examinadora para obtenção do título de Doutor em  
Engenharia Agrícola, na área de concentração em  
Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

**MAURO SÉRGIO VIANELLO PINTO**

**Orientadora: Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo**

CAMPINAS  
MARÇO DE 2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -  
UNICAMP

P658p Pinto, Mauro Sérgio Vianello  
A pluriatividade como estratégia de reprodução social  
do agricultor familiar no projeto de assentamento rural  
Fazenda Pirituba II / Mauro Sérgio Vianello Pinto. --  
Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador: Maristela Simões do Carmo.  
Tese de Doutorado - Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Assentamentos rurais. 2. Agricultura familiar. 3.  
Desenvolvimento rural. 4. Trabalho rural. 5. Juventude  
rural. I. Carmo, Maristela Simões do. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia  
Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: The pluriactivity as the family farmer social reproduction  
strategy at Pirituba II Farm rural settlement

Palavras-chave em Inglês: Rural settlement, Family farming, Rural  
development, Rural employment, Rural youth

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Maria Helena Rocha Antuniassi, Vera Lúcia Botta  
Ferrante, Fernando Antonio Lourenço, Julieta Teresa  
Aier de Oliveira

Data da defesa: 20/03/2009

Programa de Pós Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Mauro Sérgio Vianello Pinto**, aprovada pela Comissão Julgadora em 20 de março de 2009, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maristela Simões do Carmo - Presidente e Orientadora  
Feagri/Unicamp**



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Helena Rocha Antuniassi - Membro Titular  
NAP/USP**



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Botta Ferrante - Membro Titular  
Uniará**



---

**Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - Membro Titular  
IFCH/Unicamp**



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Julieta Teresa Aier de Oliveira - Membro Titular  
Feagri/Unicamp**

## **Dedicatória**

Dedico às famílias do Assentamento Rural da Fazenda Pirituba II que lutam há décadas para manter viva sua herança caipira, fazendo no dia-a-dia todo o esforço para viver da e na terra e cuidar de seus filhos e netos na esperança de lhes oferecerem melhores condições de vida e trabalho.

Desejo que este trabalho possa lhes servir como um modesto instrumento para reflexão de sua realidade e de planejamento para suas ações presentes e futuras.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho só foi possível graças as entidades e pessoas que contribuíram com discussões, experiências e apoio de infra-estrutura e amizade.

Assim quero agradecer ao curso de pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI/UNICAMP pela oportunidade que me ofereceu para estudar e desenvolver este trabalho.

Agradeço especialmente à Professora Maristela Simões do Carmo, eterna orientadora e amiga, que entrou em minha vida pelas portas do mestrado na FCA/UNESP e depois seguimos trabalhando juntos durante os cinco anos e meio em que estive atuando no Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial da FCA/UNESP. Grande apoiadora para que eu fizesse o doutorado, mas sempre respeitando o meu tempo e a minha decisão, se dispôs a me orientar nesta difícil jornada que é fazer uma tese de doutoramento.

Agradeço especialmente também à Professora Izabel de Carvalho da FCA/UNESP que me apresentou os caminhos da agricultura familiar, orientando meus primeiros estudos e ações quando ainda era estudante de graduação. Atuamos juntos em projetos de extensão em áreas de assentamentos rurais e comunidades tradicionais, compartilhando experiências e reflexões. Sempre presente, incentivou e participou ativamente da minha vida acadêmica e social, transformando-se em uma grande amiga e orientadora, por quem tenho grande carinho e admiração.

Meus agradecimentos às professoras Sônia Bergamasco, Julieta Ayer Oliveira, Maria Helena Antuniassi, Vera Botta Ferrante e Fernando Lourenço pelo aprendizado que me proporcionaram em diferentes momentos da elaboração deste trabalho.

Diante do caráter empírico desta pesquisa era imprescindível para sua realização, a colaboração e compreensão dos agricultores assentados da Fazenda Pirituba II, aos quais sou eternamente grato, especialmente ao Sr. Hélio, Luis e Lurdes, Jamil, Sr. Tião e Dona Nazareth, Magnólia, dona Ilda e às famílias que se dispuseram a serem entrevistadas e aos técnicos extensionistas da COAPRI.

Agradeço imensamente também à minha companheira Sissa que me acompanhou diariamente na elaboração da tese, colaborando com seus questionamentos, lendo e corrigindo as versões preliminares e, sobretudo, me dando suporte nos momentos mais angustiantes da pesquisa.

À amiga e Engenheira Florestal Valéria Maradei Freixêdas que orientou minhas primeiras leituras e interpretações das obras do Bourdieu e me forneceu diversos textos sobre sociologia e antropologia rural que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço à amiga e Engenheira Florestal Livia Atauri Miranda pela convivência agradável e pela colaboração na confecção do abstract desta tese.

Agradeço ao amigo e Engenheiro Florestal Marcos Catelli Rocha pelas diversas conversas que tivemos sobre o trabalho e pelo fornecimento de material bibliográfico que trata do tema da pluriatividade e que foram de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Engenheiro Florestal Luis Roberto Oliveira, extensionista do INCRA, que me forneceu a listagem das famílias assentadas na Fazenda Pirituba e, dentre elas, me ajudou a identificar as famílias que faziam parte da segunda geração de assentados.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	viii
LISTA DE TABELAS .....	ix
RESUMO .....	xi
ABSTRACT .....	xiii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1 Conceitos de campo e de habitus em Bourdieu.....	5
2.2 Conceitos de agricultura familiar .....	11
2.3 Noção de Pluriatividade.....	14
2.4 Pluriatividade como diferentes processos e diversas funções .....	19
2.5 A pluriatividade como estratégia de reprodução social na agricultura familiar .....	29
3. HISTÓRIA DA REGIÃO DE ITAPEVA - SP E DO ASSENTAMENTO RURAL DA FAZENDA PIRITUBA .....	32
3.1 Conhecendo Itapeva e Itaberá - SP.....	32
3.1.1 O Município de Itapeva - SP .....	33
3.1.2 O Município de Itaberá - SP .....	36
3.2 História da Fazenda Pirituba .....	38
3.2.1 Outras estruturas que geram trabalho e renda no Assentamento.....	45
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	57
4.1 A Família como Universo de Observação.....	58
4.2 Unidade Amostral.....	62
4.3 Procedimentos e instrumental de coleta e análise de dados .....	64
5. PLURIATIVIDADE NO ASSENTAMENTO RURAL DA FAZENDA PIRITUBA .....	68
5.1 A pluriatividade no interior das famílias entrevistadas .....	68
5.1.1 Características das famílias entrevistadas na Etapa I .....	69
5.1.2 Resultados e Discussão – Etapa II.....	86
5.1.2.1 Receitas agrícolas e não-agrícolas dos membros das famílias do assentamento.....	103
5.2 A pluriatividade na COAPRI e nos Grupos de Mulheres.....	106
6. CONCLUSÕES .....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	116
APÊNDICES .....	121



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Localização do Assentamento Rural da Fazenda Pirituba na Região Administrativa de Sorocaba, Estado de São Paulo, Brasil. ....	39
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estrutura fundiária do Município de Itapeva, Estado de São Paulo, 1996 .....	35
Tabela 2. Ocupação do solo do Município de Itapeva, Estado de São Paulo, 1996.....	36
Tabela 3. Estrutura fundiária do Município de Itaberá, Estado de São Paulo, 1996.....	37
Tabela 4. Ocupação do solo - do Município de Itaberá, Estado de São Paulo, 1996.....	38
Tabela 5. Localização, número de famílias, data de início e área ocupada no Projeto Pirituba II, municípios de Itapeva e Itaberá, 1998/1999 e 2003 .....	41
Tabela 6. Formas de Organização da Produção nas Áreas do Assentamento Pirituba II, 2000	42
Tabela 7. Número de famílias assentadas aptas para o sorteio e entrevistadas, 2007 .....	63
Tabela 8. Caracterização das famílias amostradas, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	69
Tabela 9. Formas de organização do trabalho, por tipo e total de famílias entrevistadas, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	71
Tabela 10. Formas de organização do trabalho em relação aos tipos de famílias pluriativas, em número, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	74
Tabela 11. Formas de organização do trabalho em relação ao tamanho do grupo doméstico, por tipo e total de famílias entrevistadas, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	75
Tabela 12. Tamanho do grupo doméstico <sup>1</sup> por tipo de família entrevistada, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007.....	75
Tabela 13. Situação de domicílio dos filhos, por sexo e tipo de família entrevistada, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007.....	76
Tabela 14. Posição dos membros nas famílias pluriativas entrevistadas, por sexo, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007.....	79
Tabela 15. Posição dos membros nas famílias agricultoras entrevistadas, por sexo, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007.....	79
Tabela 16. Ramos de ocupação dos membros <sup>1</sup> das famílias pluriativas entrevistadas, por posição e local, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	81
Tabela 17. Ramos de ocupação dos membros <sup>1</sup> das famílias agricultoras entrevistadas, por posição e local, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	83
Tabela 18. Número de ocupação dos membros das famílias pluriativas entrevistadas, por posição, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	85
Tabela 19. Número de ocupação dos membros das famílias agricultoras entrevistadas, por posição, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	85
Tabela 21. Escolaridade em função da faixa etária dos membros das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007.....	91
Tabela 22. Escolaridade em função da situação de domicílio dos filhos <sup>1</sup> das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	93
Tabela 23. Ocupação principal dos membros <sup>1</sup> das famílias entrevistadas, por posição e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	95
Tabela 24. Ocupação principal dos membros <sup>1</sup> das famílias pluriativas entrevistadas, por posição e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007.....	98
Tabela 25. Ocupação principal dos membros <sup>1</sup> das famílias agricultoras entrevistadas, por posição e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007.....	99

Tabela 26. Ocupação principal em relação à escolaridade dos filhos <sup>1</sup> das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	101
Tabela 27. Decisão das atividades <sup>1</sup> das famílias entrevistadas, por tipo de atividade e membros familiares, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	101
Tabela 28. Médias mensais das receitas monetárias das famílias <sup>1</sup> entrevistadas, por origem e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	104
Tabela 29. Destino <sup>1</sup> das receitas monetárias e aposentadorias das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	105
Tabela 30. Forma de divisão das receitas monetárias e aposentadorias das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007 .....	106

## RESUMO

PINTO, Mauro Sérgio Vianello. A pluriatividade como estratégia de reprodução social do agricultor familiar no projeto de assentamento rural Fazenda Pirituba II. Campinas: FEAGRI, UNICAMP, 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. 122 p.

A pluriatividade consiste na realização de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, desenvolvidas pela família rural e seus membros. Neste trabalho procurou-se compreender a pluriatividade enquanto processos sociais decorrentes das relações continuamente construídas por diferentes atores sociais, dentre os quais se insere o agricultor familiar.

Dentre os problemas enfrentados pelo agricultor familiar, e em particular os agricultores assentados na Fazenda Pirituba II, a geração de renda e de novas ocupações são dois daqueles que mais afligem as famílias atualmente. Em resposta, elas elaboram e colocam em prática um conjunto de estratégias que resultam no exercício da agricultura e de atividades pluriativas.

Diante da histórica desvalorização da agricultura pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, e particularmente da agricultura familiar, acredita-se que a pluriatividade se apresente como estratégia alternativa que possibilita a geração de trabalho e de renda para as famílias rurais, de modo que possa garantir sua reprodução social e econômica. Além disso, a pluriatividade se expressa em virtude de um *habitus*, ou seja, do patrimônio sociocultural do agricultor familiar acumulado ao longo de sua trajetória. A partir dessas hipóteses buscou-se compreender e explicar os processos que estariam ocorrendo no interior das famílias e da comunidade. Assim, o objetivo geral deste trabalho foi investigar a pluriatividade como estratégia de reprodução social e econômica dos agricultores familiares do assentamento rural da Fazenda Pirituba II, nos municípios de Itapeva e Itaberá, Estado de São Paulo.

Os procedimentos metodológicos consistiram em entrevistar um conjunto de trinta e duas famílias assentadas e outros agentes locais. As noções de *habitus* e *campo social* de Bourdieu foram utilizados para analisar os processos sociais em curso. Os resultados mostraram que a agricultura continuava sendo a principal atividade em termos de ocupação da mão-de-obra. Ao mesmo tempo a pluriatividade estava em expansão nas áreas do assentamento e no interior das famílias e se manifestava em diferentes atividades não-agrícolas, no interior e fora da unidade

produtiva. Concluiu-se que a pluriatividade é expressa em virtude de um *habitus*, isto é, da capacidade de adaptação do agricultor em responder a fatores internos e externos que afetam sua reprodução. Os processos sociais que engendram a pluriatividade apresentam um caráter ambíguo na reprodução social do agricultor familiar, contribuindo para a reprodução do grupo ao mesmo tempo em que priva alguns de seus membros desse modo de vida. E mesmo assumindo o exercício de atividades não-agrícolas, a agricultura mantém sua importância e o tempo de dedicação das famílias.

Palavras-chave:

Assentamentos rurais, Agricultura familiar, Desenvolvimento rural, Trabalho rural, Juventude rural.

## ABSTRACT

PINTO, Mauro Sérgio Vianello. The pluriactivity as the family farmer social reproduction strategy at Pirituba II Farm rural settlement. Campinas: FEAGRI, UNICAMP, 2009. Thesis (Doctorate) – School of Agricultural Engineering, Campinas State University. 122p.

The pluriactivity consists in non-agricultural and agricultural activities that are developed by the family farmers and its members. This study sought to understand pluriactivity as a social process arising from the continuously constructed relationships by different social actors, among which the family farmer.

Among the problems faced by family farmers, especially farmers and settlers in Pirituba II Farm, income generation and new occupations are two of the issues that also worry the families nowadays. In response to that, they develop and practice several strategies that result in agriculture and pluriactivity activities.

Given the agricultural historical devaluation by the capitalism development in the countryside, and particularly family farming, it is stated that pluriactivity is an alternative strategy that enables employment and income generation for family farmers, assuring their social and economic reproduction.

In addition, the pluriactivity is expressed due to a *habitus*, or, the family farmer's sociocultural background. Following from this hypothesis, this work seeks to understand and explain the processes that would be occurring within these families and community. Thus, the aim of this study was to investigate the pluriactivity as strategy to the economic and social reproduction of the family farmers from Pirituba II Farm rural settlement, in the municipalities of Itapeva and Itaberá, São Paulo State.

The methodological procedures consisted in interviewing a group of thirty-two families settled, as well as, other local actors. The idea of *habitus* and *field* of Bourdieu was applied to analyze the social processes in progress. The results have shown that agriculture remains the main activity in terms of labor occupation. At the same time, pluriactivity is expanding in settlement areas and within families and it is expressed in several different non-agricultural activities, inside and outside the productive unit. It was concluded that pluriactivity is expressed due to a *habitus*, that is, farmers capability to adapt and respond to internal and

external factors that affect their reproduction. The social processes that engender the pluriactivity present an ambiguous character in family farmers social reproduction, contributing to the group reproduction at the same time depriving this way of life to some of its members. And even assuming the non-agricultural practices, agriculture retains its importance and time dedication of the families.

Key-words:

Rural settlement, Family farming, Rural development, Rural employment, Rural youth.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil a agricultura familiar foi, historicamente, um setor impossibilitado de desenvolver plenamente suas potencialidades enquanto forma social específica de produção, num contexto em que a grande propriedade rural se impôs como modelo socialmente reconhecido. Porém, para fazer frente a esta situação, a reprodução desse segmento se viabiliza freqüentemente em razão da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares, contando na maioria das vezes com suas próprias forças, a fim de buscar seu lugar de expressão e de reconhecimento na sociedade brasileira, contextualiza WANDERLEY (1995, 1999).

Dentre as diferentes estratégias adotadas pelas famílias destacam-se a luta de acesso à terra, o desenvolvimento de diferentes atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, a intensificação das atividades na propriedade, a venda da força de trabalho familiar, as rendas advindas de aposentadorias e pensões, diversas formas de organização interna do trabalho, dentre tantas outras formas que possibilitem sua reprodução como categoria social. Estas estratégias são discutidas por diversos autores como SILVA (2005), LAMARCHE (1997), CARNEIRO (1999), FERRANTE et al. (2004).

Neste trabalho discute-se, particularmente, o papel da pluriatividade como estratégia de reprodução social do agricultor familiar. Por pluriatividade entende-se a realização de diversas atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, pela família e seus membros, resultante de conhecimentos e habilidades adquiridas e elaboradas pelos membros da família ao longo de sua trajetória histórica e social, e também em decorrência de condições sociais e econômicas externas que possibilitem a realização dessas atividades pela família agricultora. Busca-se compreender a pluriatividade enquanto processos sociais complexos decorrentes das relações continuamente construídas entre diferentes atores sociais, dentre os quais insere-se o agricultor familiar. É importante ressaltar ainda que, apesar do foco do trabalho estar voltado para a pluriatividade, sua compreensão exige colocá-la no lugar que ocupa no conjunto das diferentes estratégias adotadas pelas famílias rurais.

Os processos sociais relacionados às estratégias pluriativas dos agricultores familiares ocorrem há muito tempo, porém, a construção teórica que leva em consideração a noção de pluriatividade é bastante recente. Há estudos científicos que adotam uma perspectiva mais



ampla (macrossocial), analisando a pluriatividade no bojo do processo de reestruturação capitalista e da agricultura em geral. Por outro lado, há também estudos que privilegiam as famílias rurais como protagonistas desses processos e uma terceira linha que busca conciliar numa mesma análise as premissas das duas correntes teóricas anteriores.

No Brasil os primeiros estudos que adotaram a noção de pluriatividade datam de aproximadamente duas décadas e, em virtude disso, há um vasto campo de pesquisas que ainda pode ser explorado pelos pesquisadores sociais do mundo rural. Contribui para isto ainda a diversidade de situações e de características que englobam diferentes agentes sob a noção de agricultura familiar, bem como das estruturas socioeconômicas regionais.

Diante da conjuntura histórica de desvalorização da agricultura pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, e particularmente da agricultura familiar, a pluriatividade vem se apresentando como estratégia alternativa que possibilita a geração de trabalho e de renda para as famílias rurais, de modo que possa garantir sua reprodução social e econômica. Esta foi a premissa básica que orientou a elaboração deste estudo. Assim, buscou-se compreender os processos que estariam ocorrendo no interior das famílias e do assentamento rural em virtude desta mesma desvalorização da agricultura. Uma das questões que se colocava era saber se esta situação levaria as famílias a reduzirem seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas ou até mesmo pararem de praticar a agricultura.

Outra questão era saber se as dificuldades enfrentadas na agricultura estavam levando a um processo de migração no sentido campo-cidade de parcelas dos membros das famílias e quem seriam estes membros.

As dificuldades na agricultura se referem à baixa dos preços dos produtos agrícolas e ao aumento dos custos dos insumos e bens de capital. Com a intensificação do uso de tecnologia moderna acarreta-se, como conseqüência, a redução da margem de retorno para as famílias rurais e a significativa diminuição da demanda por mão-de-obra familiar nessas atividades.

Neste contexto procurou-se conhecer as estratégias pluriativas adotadas pelas famílias de modo que pudessem ser relacionadas com os outros processos em andamento no assentamento. Isto é, as estratégias pluriativas são colocadas em prática pelas famílias em virtude, exclusivamente, da difícil situação socioeconômica que estão enfrentando? Existem outras motivações para desenvolver atividades pluriativas? Quais são elas? Como a

pluriatividade se relaciona com o processo de migração? A pluriatividade é responsável e exacerba a migração campo-cidade ou reduz e elimina este processo? Além dessas, outras indagações que, na perspectiva de hipótese, orientaram esta pesquisa foram:

- a pluriatividade não se manifesta uniformemente entre os agricultores familiares, mesmo havendo condições e oportunidades semelhantes;

- analisadas em situações pluriativas as rendas advindas da agricultura têm uma importância relativamente maior quando comparadas às rendas de atividades não-agrícolas;

- a pluriatividade assume importante papel na geração de novas ocupações, sobretudo para as mulheres e para os jovens, na medida em que representa ascensão social desses grupos no interior da família e da comunidade;

- a forma de organização social e sexual do trabalho são fatores que interferem nas escolhas das atividades a serem desenvolvidas pela família;

- nas famílias pluriativas predomina a tomada de decisão pelo núcleo familiar, e não unicamente pelo chefe de família.

Enfim, estas foram as questões que balizaram o desenvolvimento desta pesquisa junto às famílias rurais das seis áreas do assentamento rural da Fazenda Pirituba II, localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, com o objetivo geral de compreender como vinha sendo desenvolvida a pluriatividade na comunidade. Procurou-se investigar nas propriedades familiares, no caso os assentados, os determinantes internos à família e à comunidade, e também às condições externas, que levaram ao desenvolvimento de atividades pluriativas como estratégia de reprodução da unidade familiar.

Diante desse objetivo geral pretendeu-se atingir os objetivos específicos de:

- caracterizar as famílias agricultoras e pluriativas;
- conhecer a hierarquia dentro do grupo familiar;
- verificar a relação entre nível de escolaridade e ocupação dos membros das famílias;
- fazer o levantamento das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias do assentamento;

- classificar e quantificar as diferentes rendas monetárias das famílias;
- identificar e compreender como se dá o processo de tomada de decisão no interior das famílias e dos grupos de trabalho relativos às atividades produtivas conjuntas;

- identificar a participação dos membros das famílias na execução das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas;
- analisar a destinação da renda monetária obtida pela família e seus membros;
- identificar as atividades agrícolas e não-agrícolas que os agricultores gostariam de desenvolver.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Conceitos de *campo* e de *habitus* em Bourdieu

Assumir a pluriatividade na agricultura familiar como processos sociais que ocorrem no seio da sociedade moderna, diante da sua grande complexidade, é a maneira mais adequada para a análise científica das condições e situações em que se desenvolve. Isto porque os processos sociais requerem uma linha de pensamento que seja histórica e relacional, pois, a sua dinâmica depende de fatores históricos e sociopolíticos que podem impor ajustes e mudanças capazes de alterar o sentido das coisas.

A compreensão da pluriatividade como processos sociais pressupõe a existência de ações e comportamentos em andamento levados a efeito pelo relacionamento entre diferentes agentes sociais. Este relacionamento, não raro, é marcado pelo conflito de interesses entre os agentes sociais envolvidos na disputa permanente pela definição da direção que os processos devem tomar. A direção do vetor de determinado processo social é o resultado da relação de forças travadas nas disputas entre os diferentes agentes num determinado período histórico e num campo específico. Porém, a disputa é permanente e qualquer mudança na relação de forças, que pode ser gerada por fatores de ordem sócio-política ou econômica, poderá alterar o sentido do vetor, isto é, a mudança de rumo dos processos sociais.

Para tentar compreender os processos sociais em cursos na sociedade, Bourdieu propõe que se parta do entendimento da relação que se estabelece entre indivíduo e sociedade. Sugere que esta relação é construída historicamente a partir da constante luta travada entre os atores que ocupam diferentes posições no *espaço social*.

O *espaço social* é uma noção de:

“representação do mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço” (BOURDIEU, 2001, p.133-34).

O espaço social é uma noção teórica que procura compreender o mundo social a partir da caracterização dos diferentes agentes e grupos de agentes e das relações que se estabelecem entre eles no interior de uma sociedade humana. Isto é, o autor através dos princípios de diferenciação ou de distribuição identifica e distingue, entre si, os diferentes indivíduos e grupos de agentes. Esta diferenciação é feita a partir das propriedades que os agentes ou grupos possuem, ou seja, a partir das diferentes espécies de capital ou de poder em posse desses mesmos agentes. A quantidade relativa de cada espécie de capital e o seu montante é o que determina as diferentes posições dos agentes ou grupos no espaço social e também é o que o caracteriza naquele momento. Dito de outra forma,

“A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital<sup>1</sup>” (BOURDIEU, 2001, p.135).

O espaço social, segundo Bourdieu, é composto por vários e diferentes *campos* – lugar privilegiado aonde se trava enfrentamentos entre os diferentes agentes ou grupos que participam e atuam dentro de um determinado *campo*. Dentro de cada *campo* os diferentes atores estão distribuídos e ocupam diferentes posições no espaço, determinadas pelo acúmulo e espécies de capital que historicamente conseguiram nas situações de luta anteriores nos diferentes campos.

O *campo social* é entendido como um espaço de relações entre agentes ou grupos que ocupam posições sociais distintas e se encontram em permanente estado de luta, a fim de se apropriar do poder. Os campos caracterizam-se por serem regidos por regras próprias e gozarem de relativa autonomia. Para que um campo funcione “(...) é preciso que haja objetos

---

<sup>1</sup> O Capital é definido como um conjunto de poder que permite a um indivíduo ou grupo manter ou mudar sua posição no espaço social. O Capital Cultural são as habilidades, as competências e os conhecimentos adquiridos e acumulados historicamente por indivíduos ou grupos. É o saber fazer. O Capital Social são os instrumentos de cooperação construídos a partir das relações entre indivíduos, grupos ou entidades sociais.

de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc” (BOURDIEU, 1983, p.89).

Os agentes que disputam os objetos no interior do campo o fazem dispostos a conservar a estrutura que os beneficia (atores dominantes do campo) ou modificá-la (atores dominados no campo) por estarem em condições de subordinação, elaborando para isso diferentes estratégias práticas. A estrutura do campo é um estado dessa relação de forças que Bourdieu define como:

“um **estado** da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico” (BOURDIEU, 1983, p.90).

No Brasil onde o poder no campo da agricultura sempre esteve nas mãos das elites agrárias e mais recentemente com os Complexos Agroindustriais, a agricultura familiar “foi historicamente um **setor ‘bloqueado’**, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1995, p.38 – grifo da autora), estando, portanto, numa condição de subordinação na estrutura do campo. Esta situação é o combustível que leva os agentes envolvidos no campo à disputas históricas pelo modelo de agricultura (se patronal ou familiar) que deveria ser adotado pelo país, levando os agricultores familiares a adotarem diferentes e complexas estratégias de luta e de sobrevivência no campo brasileiro dentre as quais a adoção de estratégias pluriativas.

“As estratégias são práticas adaptativas dos agentes sociais a determinadas condições históricas; referem-se, sobretudo, às possibilidades que esses agentes detêm para

manipular os vários elementos dessas condições. Considera-se que tais possibilidades têm por base as parcelas de capitais econômicos e simbólicos que tais agentes possuem. Os conceitos de estratégia e trajetória são utilizados em conjunto, pois considerando que a representação do mundo social se constrói através das ações dos agentes na sua luta constante individual ou coletiva, para impor a representação mais adequada aos seus interesses, entende-se que a noção de trajetória expressa a dimensão diacrônica que liga as estratégias às circunstâncias que as geraram. Tais circunstâncias podem ser reveladas quando se analisa as histórias de vida” (ANTUNIASSI, 2003, p.62).

Estas estratégias são geradas pelas famílias rurais a partir do patrimônio sociocultural herdado historicamente, ou daquilo que Bourdieu preferiu denominar de *habitus*, isto é, um

“sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (BOURDIEU, 1983, p.94).

O *habitus* “é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável sob a forma de disposições permanentes” (BOURDIEU, 1983, p.105). É, portanto, um arcabouço de saberes e de conhecimentos adquiridos pelo indivíduo ou grupo ao longo da história e que faz parte de seu corpo influenciando suas práticas no mundo. É uma aquisição histórica do indivíduo ou grupo, produto do seu relacionamento com a sociedade. Porém, é importante salientar que não se trata de um hábito porque este é considerado como algo repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo.

O *habitus* pelo contrário:

“é algo que possui uma enorme potência geradora. (...) é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que

faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos” (BOURDIEU, 1983, p.105).

Com esse conceito Bourdieu tenta mostrar a incoerência interpretativa do pensamento determinista e unidimensional das práticas, que não capta a imprevisibilidade das ações dos sujeitos (determinadas pelo *habitus*) em determinadas situações e condições sociais. Deste modo, ele refuta a idéia do pensamento estruturalista de que conhecendo as condições de produção chega-se ao conhecimento dos produtos (ações), reconhecendo assim a autonomia e imprevisibilidade das ações dos agentes mesmo frente às imposições subordinantes das estruturas da sociedade e do Estado.

O *habitus* funciona como:

“um instrumento conceptual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. *Habitus* não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas...” (SETTON, 2002, p.61).

Como matriz cultural o *habitus* orienta os agentes na escolha e na elaboração dos comportamentos e das ações que serão tomadas frente a determinadas situações e de acordo com as condições sociais em que se encontram cada um dos agentes envolvidos.

“A ‘situação’ é, de certa maneira, a condição que permite a realização do *habitus*. Quando as condições objetivas da realização não são dadas, o *habitus*, contrariado, e de forma contínua, pela situação, pode ser o lugar de forças explosivas (ressentimento) que podem esperar (ou melhor espreitar) a ocasião para se exercerem e que se exprimem no momento em que as condições objetivas (posição de poder do



pequeno chefe) se apresentam. (...) Em suma, em reação ao mecanismo instantaneísta, somos levados a insistir sobre as capacidades ‘assimiladoras’ do *habitus*; mas o *habitus* é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical” (BOURDIEU, 1983, p.106).

A capacidade assimiladora e até mesmo de ajustamento do *habitus* numa determinada situação, aliada à autonomia do agente que ocupa determinada posição num *campo social*, indica, por exemplo, porque em determinadas situações e sob as mesmas condições sociais alguns indivíduos ou grupos desenvolvem atividades pluriativas e outros não. É aí que a imprevisibilidade da ação do sujeito, produto de seu *habitus*, se manifesta.

A pluriatividade, percebida como processos sociais distintos, está engendrada dentro de um campo específico que encerra disputas que vão interferir nos objetivos dos agentes. Assim, quando as atividades pluriativas desenvolvidas pelos agricultores familiares representam a tentativa de geração de trabalho e renda para seus membros, o que está em jogo diretamente é a possibilidade ou não de reprodução social e econômica da família. Este confronto se dá no campo da agricultura, particularmente no modelo de organização do trabalho e da produção - se patronal ou familiar - e as vitórias de um ou de outro modelo no campo social é que determina o seu futuro. Quanto mais capitais acumulados pelos agentes, maior sua capacidade de vencer a luta, dominar o campo e impor seu modelo. Na história brasileira os destinos da agricultura sempre estiveram nas mãos das elites rurais e, mais recentemente, das agroindústrias e conglomerados internacionais capazes de influenciar determinadamente as políticas públicas para o setor. Do outro lado ficam os agricultores familiares e trabalhadores rurais com um nível de poder reduzido perante outros grupos e tendo que lutar com as próprias forças para continuar sobrevivendo. Apesar de numericamente muito superiores, não conseguiram no curso da história brasileira acumular os capitais necessários que lhes proporcionassem melhores condições para participar das lutas travadas no campo da agricultura. De todo modo não podem desistir de lutar e continuam adotando diversas estratégias que possam auxiliá-los na preservação da sua reprodução social e econômica, entre elas a adoção de estratégias pluriativas.

Apoiado neste referencial teórico discutiu-se a presença da pluriatividade no âmbito da agricultura familiar, particularmente, com os dados e informações obtidos junto aos agricultores familiares assentados na Fazenda Pirituba II. Numa breve revisão bibliográfica são apresentadas as principais noções sobre a agricultura familiar e a pluriatividade, e em seguida, a presença histórica da pluriatividade na agricultura familiar.

## **2.2 Conceitos de agricultura familiar**

A noção de agricultura familiar aqui delineada está presente na bibliografia especializada, e tem o intuito não só de apresentar o universo cultural e social no qual este trabalho se insere, mas também e sobretudo, para relacioná-la aos agricultores assentados objeto deste estudo.

A agricultura familiar, em termos gerais, é uma noção que designa o inter-relacionamento entre trabalho, terra e família numa unidade de produção. A agricultura familiar é “... entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p.25). Segundo a autora esta associação entre produção-trabalho-família tem “conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”.

A noção de agricultura familiar também encerra uma gama diversificada de atores sociais, o que a impede de ser identificada como uma classe social. Neste sentido, “trata-se de uma noção ampla que inclui um grau de ambigüidade elevado por integrar em um único rótulo grupos sociais bastantes heterogêneos e princípios definidores divergentes” (CARNEIRO, 1999, p.329).

Diante da grande heterogeneidade dos grupos sociais que são incorporados à noção de agricultura familiar, e um conjunto de princípios que os tornam divergentes, sustenta a autora que “não seria adequado identificar o agricultor familiar a uma classe social, como resultado de um processo de diferenciação social onde o termo agricultor familiar seria atribuído à exploração moderna, com base no trabalho familiar, orientada pela lógica empresarial capitalista, em oposição ao camponês, tido como uma categoria social do passado e não capitalista” (CARNEIRO, 1999, p.329).

Abramovay apud SCHNEIDER (2003, p.41), por sua vez, vai adicionar à noção de agricultura familiar o conceito de *gestão* como mais um elemento realizado pela família, isto é, “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

Esta forma mais ampla de ver a *agricultura familiar* abarca outras abordagens mais restritas, tais como, a *agricultura camponesa tradicional*. Esta última é uma forma diferenciada de agricultura familiar, por apresentar particularidades relacionadas “aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1999, p.25).

As características que as sociedades camponesas apresentam - na qual está inserida a agricultura camponesa tradicional - são assim reportadas por Mendras:

“Uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa; uma sociedade de interconhecimentos, isto é, ‘uma coletividade na qual cada um conhecia todos os demais e conhecia todos os aspectos da personalidade dos outros’; e a função dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (Mendras, citado por WANDERLEY, 1999, p.26).

Relata a autora que a autonomia é demográfica, social e econômica. A autonomia econômica se expressa em atender a subsistência imediata e a reprodução da família por gerações, marcada pelas características da especificidade de seu sistema de produção baseado na policultura-pecuária e a centralidade da constituição do patrimônio familiar para garantir a reprodução das futuras gerações.

A agricultura camponesa preocupa-se com a subsistência imediata mas não se reduz apenas a este fim, diferenciando-se portanto da agricultura de subsistência *stricto sensu*, assim como, a agricultura camponesa também não é definida por ser pequena, isto é, “não é a sua dimensão que determina sua natureza, e, sim, suas relações internas e externas” (WANDERLEY, 1999, p.32-33).

O território é também um componente central para a agricultura camponesa tradicional. “A agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida em um território,

lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco” (WANDERLEY, 1999, p.30).

Na obra “*O Capital*” Marx identifica três categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Essas categorias identificam a origem dos rendimentos de classes, ou seja, a burguesia vive do lucro, o operário de salário e o proprietário rural de renda da terra. Porém, o conceito de camponês *N’O Capital* é impossível devido “a impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos...” (ABRAMOVAY, 1992, p.35-6).

Em seu texto “Com Parente não se neguecia – O Campesinato como Ordem Moral”, Klaas Woortmann discute a campesinidade como uma qualidade presente em distintos grupos específicos. O autor recorre ao conceito de cultura para explicar o que ele chama de “culturas camponesas”. Considera a “cultura como o universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade”. Ou ainda “como um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados” (WOORTMANN, 1990, p.23).

Por categorias nucleantes comuns às sociedades camponesas, de uma maneira geral, pode-se entender a *terra, família e trabalho*. Tratando das categorias nas sociedades camponesas o que é importante é que sejam nucleantes e relacionadas, onde uma não existe sem a outra.

“Essas categorias nucleantes agregam conjuntos de significações, os quais, em sua comunicação dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade” (WOORTMANN, 1990, p.23).

Nas culturas camponesas, *terra, família e trabalho* são pensados relacionalmente e, destaca o autor, que se vinculam a valores como a honra e a hierarquia.

Nas culturas camponesas a terra é vista como patrimônio. Cita o autor, na página 12, que:

“Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, (...), a terra não é simples coisa ou mercadoria”.

Por esta perspectiva podem-se opor as sociedades modernas às sociedades camponesas. Nas sociedades modernas as três categorias existem, naturalmente, “mas elas podem ser separadas umas das outras: a terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma, como uma *coisa*, ou como uma mercadoria; a família é também pensada em si, sem relação com o trabalho ou a terra, o mesmo acontecendo com o trabalho, que pode ser pensado como uma abstração, como um ‘fator’” (WOORTMANN, 1990, p.23).

Deste modo o autor conclui que nas sociedades camponesas existe ‘um modelo relacional’ e, nas sociedades modernas ‘um modelo individual’, tanto no plano das categorias, como no plano das relações sociais e das pessoas.

A comunidade pesquisada é beneficiária de projeto de assentamento de reforma agrária, onde cada família recebeu um lote a título de posse, com área de dezessete hectares aproximadamente. A titularidade das terras da Fazenda Pirituba continua com o Estado de São Paulo.

O rótulo de ‘agricultor familiar’ ajuda a caracterizá-los, pois se percebe o inter-relacionamento entre a posse da terra e o trabalho desenvolvido pelos membros que compõem a família. Como será visto mais adiante, às vezes, o trabalho é puramente familiar, em outras, o arranjo é coletivo. O contato com a sociedade se dá através do mercado de trabalho; do comércio de produtos, insumos e equipamentos agrícolas; e das políticas públicas de assistência à saúde, à educação, de previdência social, dentre outras. Informações complementares da comunidade e dos municípios em que estão inseridos encontram-se no próximo capítulo.

### **2.3 Noção de Pluriatividade**

A pluriatividade, dentre os vários temas relacionados às estratégias de reprodução social do agricultor familiar, vem recebendo a atenção de pesquisadores de diferentes partes

do mundo e mais recentemente do Brasil. Esforços pela teorização e estudos empíricos têm sido feitos buscando compreender os efeitos da pluriatividade na dinâmica econômica, produtiva e social da agricultura familiar.

A pluriatividade é uma noção que se refere ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas executadas pelos agricultores familiares, dentro ou fora da propriedade familiar, podendo atender objetivos de natureza diferentes.

Para compreender melhor o que vem a ser a pluriatividade na agricultura familiar recorreu-se a SCHNEIDER (2003), SACCO DOS ANJOS (2003), CARNEIRO (1999) e ANTUNIASSI (2003), que empreenderam a difícil tarefa de teorizar sobre o tema.

SCHNEIDER (2003, p.74) relata que os termos *part time farming* e *pluriactivité* eram utilizados como sinônimos pelos cientistas sociais até meados da década de 1980. O primeiro, usado mais pelos analistas de língua inglesa, e o segundo, pelos acadêmicos franceses, revelaram mais tarde que estas noções incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social relacionado à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional de membros das famílias rurais.

“A principal controvérsia em relação ao termo *part-time farming* refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção *pluriactivité* refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003, p.75).

Isto é, o *part-time farming* está associado à uma fração do tempo anual de trabalho na unidade familiar, enquanto que a *pluriatividade* refere-se à ocupação em mais de uma atividade por parte da família rural ou algum de seus membros, onde a renda familiar será composta pelos ganhos obtidos com estas mesmas atividades.

A noção de pluriatividade recebeu reconhecimento acadêmico e social a partir da década de 1980, pois, o *part-time farming* “dificultava analiticamente a separação do trabalho do operador principal (chefe da propriedade) da função produtiva da propriedade. Existiam muitas propriedades nas quais o trabalho externo não tinha, de fato, relação com a redução das atividades produtivas agrícolas” (Fuller apud SCHNEIDER, 2003, p.78).

Esta noção então foi substituída pelo *multiple job holding* na tentativa de deslocar a atenção dada exclusivamente à agricultura enquanto foco de investigação e reorientar os analistas para considerar como objeto de estudo a família rural e não unicamente o chefe da exploração (Fuller apud SACCO DOS ANJOS, 2003, p.81).

Na sequência o *multiple job holding* foi substituído pela noção de *pluriatividade* que ganhou respaldo a partir de estudos conduzidos pela Arkleton Trust Project<sup>2</sup> sobre a diversidade de atividades desenvolvidas pelas unidades familiares européias. Esta noção “permite condensar, num só conceito, duas outras noções fundamentais: a agricultura a tempo parcial e a diversificação econômica e produtiva” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.82).

Para este autor, os estudos científicos que tratam de explicar e interpretar a pluriatividade, desenvolvidos por analistas de várias partes do mundo, agrupam-se em três grandes blocos de alternativas.

O primeiro tenta explicar o fenômeno a partir de uma perspectiva estritamente macroestrutural, atinente às mudanças no plano das estruturas sociais e econômicas que engendram a aparição da pluriatividade. A crítica sobre esta abordagem recai sobre seu caráter determinista e apriorístico, interpretando a submissão do agricultor familiar frente à macroestrutura e não considerando a diversidade de estratégias adotada por este agente social.

O segundo bloco concentra atenção no plano da exploração familiar, privilegiando a observação do grupo familiar enquanto ator social coletivo, analisando inclusive as circunstâncias históricas, sociais e culturais específicas, porém em detrimento de análises da realidade mais ampla e dos processos gerais que conformam a sociedade na qual estão inseridos.

O terceiro bloco busca aglutinar em sua matriz teórica os elementos dos dois primeiros. Isto é, considera o grupo familiar como unidade de análise buscando compreender sua dinâmica na relação com outros agentes, e mais, conciliando análises do nível macroestrutural com o nível microestrutural das explorações familiares.

CARNEIRO (1999) alerta para o cuidado que se deve tomar ao estudar a pluriatividade no contexto da agricultura familiar, pois fatores de ordem interna, tais como a posição das atividades não-agrícolas no conjunto da economia familiar e das estratégias de

---

<sup>2</sup> É uma fundação do Reino Unido sediada na Escócia, segundo informações de SACCO DOS ANJOS (2003, p.82).

reprodução social, assim como fatores de ordem externa como o contexto socioeconômico em que se insere, afetam essas atividades.

“Neste sentido, a noção de pluriatividade não designa um fenômeno específico, assim como o termo pluriativo não define uma nova categoria social no meio rural. Existem diferentes possibilidades de se associar a atividade não agrícola no interior da unidade familiar agrícola, que implica uma diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social e, conseqüentemente, na posição de cada unidade familiar na estrutura social na agricultura. A pluriatividade, nesta perspectiva interpretativa, não é um fato positivo, um tipo, e sim uma noção que designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção da pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos pelo *campo de possibilidade*<sup>3</sup> de realização dos projetos familiares” (CARNEIRO, 1999, p.326).

Estudos da pluriatividade na agricultura familiar em diferentes circunstâncias históricas e contextos socioeconômicos permitem verificar que se trata de fenômenos diversos e desde sempre praticado pelos camponeses e agricultores familiares em diferentes lugares do mundo. Os seus significados podem ser os mais diversos, respondendo aos interesses da família ou mesmo individuais de membros da família. Mas nem sempre o interesse pela realização de atividades não agrícolas está relacionado às determinações de ordem econômica. Por vezes o valor cultural e até mesmo a ascensão social podem ser os elementos definidores de tais práticas.

A observação da realidade demonstra que é muito maior o contingente de agricultores que apresentam insuficiência da renda agrícola em comparação com aqueles que recorrem às práticas pluriativas. Diante disso, por que alguns recorrem à pluriatividade e outros não? A explicação está no fato de que o patrimônio sócio-cultural – sua tradição

---

<sup>3</sup> “Por *campo de possibilidade* entende-se o espaço para formulação e implementação de projetos, no caso, definido pela combinação das condições socioeconômicas e fatores peculiares às unidades familiares, tais como: o capital cultural, o capital material, a fase de desenvolvimento do grupo doméstico, composição etária e sexual dos membros da unidade familiar e posição dos indivíduos que desenvolvem a atividade não-agrícola na hierarquia familiar.” (CARNEIRO, 1999, p.326).



cultural e o capital social – são elementos responsáveis que também possibilitam ao agricultor recorrer à pluriatividade. No entanto, recorrer às práticas não agrícolas pode ser menos uma resposta às imposições de ordem econômica e mais uma determinação de ordem cultural ou social, tais como, ser reconhecido e valorizado como agricultor, conforme retrata CARNEIRO (1999).

Pesquisa realizada em assentamento rural no município de Araraquara/SP, por ANTUNIASSI (2003), explicita a participação de membros das famílias rurais em atividades exercidas em agroindústrias locais:

“A noção de pluriatividade refere-se a formas de combinação de trabalho agrícola do pequeno proprietário agrícola que, nesse caso, numa determinada época do ano ‘se transforma em operário’ da agroindústria, exercendo suas atividades em tempos e espaços distintos, revelando grande adaptação as suas circunstâncias históricas. Em todo caso, pode-se dizer que se trata de uma pluriatividade peculiar, que não está diretamente ligada a noção de agricultura parcial, part-time farming. Entretanto, não se pode dizer que a atividade dos jovens na agroindústria seja uma atividade meramente complementar, exercida ao acaso em períodos de pouca demanda de força de trabalho na agricultura familiar; ela já se tornou parte integrante da economia familiar e um dos suportes do processo de reprodução e afirmação do grupo na região. A pluriatividade proporciona ainda a articulação da agroindústria com os assentamentos, e contribui para o desenvolvimento do assentamento como lócus de uma agricultura familiar, que renasce depois de ser destruída por essa mesma agroindústria, sobretudo nos anos 70 com o desenvolvimento do projeto Proálcool” (ANTUNIASSI, 2003, p.53).

A autora relacionou a pluriatividade ao desenvolvimento de trabalho externo praticado por membros da família agricultora e revelou a grande adaptação da agricultura familiar frente às circunstâncias históricas. Fez questão ainda de esclarecer que não se tratava de agricultura parcial ou part-time farming. Segundo Fuller e Brun citado por SCHNEIDER (2003, p. 77) “o conceito de *part-time farming* pode ser utilizado, de forma mais precisa, para

definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho”.

Ainda enfatizou que não se tratava de uma atividade meramente complementar, mas sim como atividade integrante da economia familiar, e que, além disso, tinha participação no processo de reprodução e de afirmação dos agricultores familiares assentados. Percebe-se que a realização da pluriatividade não somente ganhou espaço na estrutura econômica da agricultura familiar, mas também a extrapolou, exercendo um papel fundamental para a reprodução e o reconhecimento social do grupo.

SCHNEIDER (2003) ao estudar a pluriatividade na agricultura familiar do sul da Brasil também verificou a emergência de situações em que o exercício de ocupações não-agrícolas por membros das famílias rurais eram executadas cada vez mais fora da unidade de produção.

Para o presente trabalho adotou-se a princípio que a noção de pluriatividade trata da combinação de duas ou mais atividades, sendo pelo menos uma a agricultura, exercidas por membros das famílias rurais e cujas remunerações, em espécie ou em dinheiro, compõem o conjunto da renda do grupo doméstico. Entende-se e buscou-se compreender a partir das entrevistas junto às famílias, como fatores de natureza interna e externa afetavam a realização das atividades, sobretudo, aquelas tidas como não-agrícolas.

## **2.4 Pluriatividade como diferentes processos e diversas funções**

A pluriatividade na agricultura familiar não é um fenômeno recente, nem tampouco restrito a um determinado lugar. As atividades não-agrícolas sempre fizeram parte das estratégias familiares em diferentes contextos históricos e socioeconômicos, e em várias partes do mundo. Apresenta características distintas e desempenha diversas funções. Vários relatos e análises do desenvolvimento da pluriatividade em diferentes contextos históricos e socioeconômicos foram feitos por diversos autores.

Chayanov ao estudar os camponeses russos do final do século XIX e início do século XX relatou “que a força de trabalho da família, ao não encontrar ocupação na empresa agrícola, se volta às atividades artesanais e comerciais” (CHAYANOV, 1974, p.117), a fim de garantir as condições para a sobrevivência familiar. E então apresentou evidências que

pudessem explicar os motivos que levaram os camponeses a recorrer a outros tipos de atividades não-agrícolas.

“...si la insuficiencia de tierra y la escasez de capital son los únicos factores que vuelcan la fuerza de trabajo campesina hacia esas actividades. En otras palabras, debemos explicar *qué determina cuantitativamente la división del trabajo campesino entre oficios no agrícolas y trabajo agrícola*” (CHAYANOV, 1974, p.117).

O autor confirmou sua suposição de que esta configuração do capital e da terra, ou seja, a escassez desses fatores produtivos induzia a família camponesa, na maior parte dos casos, a dedicar uma parte considerável de sua mão-de-obra para atividades não-agrícolas. E que os êxodos faziam os ofícios não-rurais se desenvolverem, com efeito, de modo particular nas zonas de grande densidade de população. E estabeleceu duas condicionantes para esta afirmação, sendo a segunda muito significativa para compreender a natureza da unidade econômica camponesa.

“Em primer lugar, el desarrollo de actividades artesanales y comerciales depende del hecho de que la distribución en el tiempo del trabajo agrícola es muy irregular y durante estaciones enteras, como el invierno, la inactividad es total. En este período, la fuerza de trabajo campesina queda libre, y con muy poca intensidad y, por lo tanto, con pocas fatigas; por lo tanto resulta provechoso utilizarla para establecer el equilibrio económico por medio del trabajo en esos rubros, aliviando así el peso del trabajo agrícola estival (...).

En segundo lugar, y esto es lo principal, en numerosas situaciones no es una falta de medios de producción lo que origina ganancias provenientes de las artesanías y comercio, sino una situación de mercado más favorable para este tipo de trabajo, en el sentido de la remuneración que brinda a la fuerza de trabajo campesina, comparada con la de la agricultura” (CHAYANOV, 1974, p.118).

Neste caso, analisou que a presença de ofícios não rurais não se explicava pela ausência de terra, mas sim, por uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho

e com menos fadigas. Assim a família preferia ajustar o equilíbrio econômico básico entre consumo e desgaste da força de trabalho, principalmente, por meio da ocupação em artesanato e comércio. Ou seja,

“podemos asegurar teóricamente que la división del trabajo en la familia campesina entre agricultura y actividades artesanales y comercio se lleva a cabo por comparación de la situación de mercado en estas dos ramas de la economía nacional. Y como la relación entre estas dos situaciones de mercado es inconstante, también lo es la relación entre el consumo de fuerza de trabajo en artesanías y comercio y en agricultura. En los años en que se da una situación desfavorable en el mercado agrícola – por ejemplo, cuando fracasa una cosecha -, la imposibilidad de alcanzar el equilibrio económico con la ayuda de las ocupaciones generales de la agricultura obliga a los campesinos a arrojar al mercado de fuerza de trabajo enorme cantidad de mano de obra campesina que busca el sustento en las otras actividades”. (CHAYANOV, 1974, p.120-21).

Quando não se tratava de uma questão de mercado, mas de indisponibilidade de terra e de meios de produção diante do grande volume de mão-de-obra:

“... la familia campesina, sin tierra ni médios de producción suficientes para la utilización completa de toda su fuerza de trabajo, coloca su excedente en otra forma de actividad económica (artesanías y comercio). Pero ocurre con frecuencia que la posibilidad de ganancias en esos rubros es también muy limitada o que la remuneración para la fuerza de trabajo es baja.

En este caso, a veces resulta conveniente que la unidad económica campesina viole la combinación óptima de los elementos de producción para su actividad y que fuerce la intensidad de su fuerza de trabajo más allá de los límites óptimos. Si bien pierde inevitablemente en la remuneración unitaria de la fuerza de trabajo, no obstante eso aumenta el ingreso bruto de su empresa agrícola y alcanza un equilibrio básico entre las fatigas del trabajo y el consumo – dentro de los límites de la actividad agrícola,

por supuesto – en un nivel de bienestar inferior al de una unidad de explotación con el tamaño y las proporciones óptimas” (CHAYANOV, 1974, p.125-126).

Nesta situação de precariedade o autor sugeria que a unidade econômica camponesa violasse sua combinação ótima dos fatores produtivos diminuindo a produtividade do trabalho, porém aumentando a produção em termos absolutos. Com esta adaptação procura-se conseguir a reprodução social e econômica da família, mas numa condição distante do que seria o ideal ou satisfatório. Neste caso é flagrante que a pluriatividade se expressava em função da precariedade da condição socioeconômica da família rural.

KAUTSKY (1980) também observou que as famílias camponesas desenvolviam outras atividades simultaneamente à agricultura. Relatou o autor que:

“A família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas, etc. O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível. Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência” (KAUTSKY, 1980, p.29).

Com o surgimento da indústria urbana e do comércio, a autonomia do modo de vida e de produção camponesa, assim como, a pequena indústria dos camponeses que produziam para seu próprio uso, entrou em crise.

“Só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para o seu próprio uso. Unicamente o sistema de comunicações da sociedade capitalista, com as suas estradas de ferro, os seus correios e jornais podem transportar as idéias e os produtos urbanos

até os cantos mais recuados do interior, submetendo assim o conjunto da população agrícola, e não apenas os subúrbios das cidades, a esse processo.

Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro” (KAUTSKY, 1980, p.31).

A auto-suficiência da produção camponesa foi desfeita e em troca lhe foi oferecido o acirramento de necessidades que deviam ser supridas fora da propriedade e da família. Com isso o camponês viu-se cada vez mais dependente do mercado, pois precisava vender seus produtos, agora transformados em mercadoria. E o que era pior, só podia vender aquilo que a indústria urbana não podia oferecer. “Assim, o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: **um agricultor puro**”, enfatizou KAUTSKY (1980, p. 32). Se a crise se aprofundar e ele precisar de empréstimo seu fim poderá ser a perda da terra e a sua proletarização e de sua família. Antes que isso ocorresse o camponês tentava de todo modo garantir a sua reprodução social, sendo forçado a reduzir o número de membros da família quando não lhe restavam alternativas.

Nem mesmo a união familiar foi respeitada. Os filhos foram encaminhados para fora da propriedade dos pais para se empregar em granjas, ou como soldados ou proletários urbanos, ou mesmo irem para a América a fim de constituírem novo lar. Outros fatores que concorreram para a dissolução da família camponesa dizem respeito ao caráter sazonal do trabalho na agricultura que exige grande intensidade de trabalho em apenas algumas épocas do ano; o fim da indústria doméstica que absorvia o excedente de trabalho na época de pouca demanda de trabalho na agricultura; as mudanças tecnológicas na agricultura, com a introdução de máquinas que reduziam significativamente a necessidade de mão-de-obra familiar. Com a família reduzida e em períodos de grande necessidade de trabalho, os camponeses viam-se obrigados a contratar mão-de-obra assalariada para suprir o trabalho daqueles que partiram. Dessa forma, os primeiros camponeses proletários, filhos e filhas de camponeses que estavam sobrando na propriedade começavam a vender sua força de trabalho para outras propriedades e para empresas maiores, relatou KAUTSKY (1980). As formas de

ocupações acessórias a que se referiu o autor e que em sua opinião podia garantir a reprodução social do camponês eram:

- **o trabalho agrícola assalariado:** trabalho exercido nas grandes propriedades agrícolas, especialmente durante a colheita. “Tais momentos, em que o pequeno camponês consegue uma ocupação acessória, são precisamente as ocasiões em que, na sua própria terra, o seu trabalho aparece como de necessidade absoluta. Sendo forçado a ganhar dinheiro, ele negligencia a sua propriedade, cuja exploração, de resto, para não aludirmos à sua exígua superfície e à falta de meios, é irracional ao extremo. Ele é obrigado a confiar à mulher e aos filhos, quando estes já têm uma certa idade, o amanho de sua gleba, na qual só pode trabalhar nos dias de festa e aos domingos” (KAUTSKY, 1980, p.198-99).

- **a indústria a domicílio:** Nesta forma de trabalho acessório, comerciantes e industriais contratavam a mão-de-obra da família camponesa para a execução de atividades em seu próprio domicílio. “A indústria camponesa a domicílio se desenvolve sobretudo nas regiões em que o solo é muito pobre e onde, ao mesmo tempo, as condições técnicas indispensáveis a uma grande exploração agrícola são pouco propícias, mas principalmente onde os obstáculos políticos se opõem ou se opuseram ao progresso da grande propriedade.” (KAUTSKY, 1980, p.201).

- **A fundação da grande indústria no campo:** Eram as indústrias instaladas nas áreas rurais, próximas aos sítios camponeses que forneciam a mão-de-obra de seus membros para a execução de atividades fabris. Diferentemente das indústrias à domicílio onde as atividades fabris eram realizadas na própria residência da família camponesa, neste caso a indústria tinha instalações próprias e toda atividade era realizada em seu interior.

Em resumo, para KAUTSKY (1980), na discussão sobre a questão agrária no final do século XIX, o avanço do capitalismo no campo subordina a agricultura à indústria, processo este comandado pela dinâmica do progresso tecnológico na agricultura, resultando na superioridade técnica da grande propriedade frente às pequenas. No entanto, afirmou que este processo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas

desenvolvessem “formas de trabalho acessório” (trabalho agrícola assalariado, ocupação em indústrias à domicílio e fundação de indústrias no campo) que lhes permitissem manter sua reprodução social. O capitalismo ao chegar no campo reduz a independência da família camponesa, torna precária as condições da vida familiar, destrói sua indústria doméstica e proletariza parte de seus membros. Esta situação, associada à peculiaridade da agricultura necessitar de mão-de-obra intensiva somente em algumas estações do ano levou à diminuição do núcleo familiar. Diante destas situações, a família camponesa, na visão de Kautsky, deveria lançar mão de ocupações não-agrícolas (como a venda de mão-de-obra para a indústria ou para grandes propriedades) caso desejasse continuar se reproduzindo socialmente, mesmo que isso significasse a saída de alguns membros da família da propriedade.

No ano de 1997 Hugues Lamarche coordenou uma equipe de pesquisadores para realizar uma ampla pesquisa internacional sobre a agricultura familiar moderna, em cinco países de diferentes partes do mundo. Na França, assim como no Brasil, foram escolhidas três regiões para pesquisar a agricultura familiar e, no que se refere a pluriatividade foi possível verificar que:

“O desenvolvimento de atividades externas à exploração, sob formas e segundo modalidades diversas, diz respeito a uma proporção crescente da população agrícola francesa: dupla atividade dos chefes de exploração, trabalho externo dos membros da família agrícola. A exploração agrícola não é mais o lugar exclusivo de atividade dos membros da família, assim como a identidade família/exploração, estabelecida do ponto de vista da comunidade de trabalho, é questionada. No âmbito de nossa enquête, apreendemos a pluriatividade em relação ao futuro da exploração familiar. A partir do ponto que ela oferece um complemento de trabalho e porque comporta uma receita suplementar, a pluriatividade pode ser considerada como um dos elementos de estratégia familiar, permitindo a sobrevivência ou a manutenção da exploração em determinados casos, seu desenvolvimento ou sua modernização em outros” (LAMARCHE, 1997, p.109).

Quando Lamarche menciona a exploração agrícola ele se referia à propriedade agrícola e não à prática do cultivo agrícola. Quando ele dizia que “A exploração agrícola não é



mais o lugar exclusivo de atividade dos membros da família”, é preciso atentar que isto ocorre e não é de hoje. Os estudos de Kautsky e Chayanov, realizados há aproximadamente 100 anos, municiam o conhecimento com relatos de trabalho externo à propriedade agrícola praticados pelos agricultores.

LAMARCHE (1997) colocou ainda que a pluriatividade oferecia um complemento de trabalho e uma receita suplementar a família rural contribuindo para sua sobrevivência, manutenção da exploração, ou até mesmo seu desenvolvimento. Por outro lado, ANTUNIASSI (2003), pesquisando assentamentos rurais em Araraquara/SP, enfatizou que a pluriatividade não era uma atividade meramente complementar, mas sim, atividade integrante da economia familiar e que, além disso, tinha participação no processo de reprodução e de afirmação dos agricultores familiares assentados. Percebe-se que a realização da pluriatividade ganha espaço na estrutura econômica da agricultura familiar, mas que também a extrapola, exercendo um papel fundamental para a reprodução e o reconhecimento social do grupo.

Referindo-se ainda à pluriatividade, Lamarche colocou que:

“ela surge como uma forma de adaptação das explorações familiares. Contudo, é preciso igualmente considerar que seu desenvolvimento está submetido a outros determinantes muito mais externos à exploração, principalmente às oportunidades de emprego que se apresentam no meio econômico local” (LAMARCHE, 1997, p.109).

A capacidade de adaptação do agricultor familiar frente ao contexto histórico e socioeconômico a que se referiu Lamarche e a que já se referiram outros autores, talvez seja o elemento principal (o *habitus*, na concepção Bourdieuana) que possibilitará à família rural usar de outras estratégias para sua sobrevivência e reprodução social. Mas esta “capacidade de adaptação” não deve ser entendida apenas como algo conjuntural, onde o agricultor e sua família desenvolvem estratégias ou determinadas atividades que possibilitem sua manutenção naquele contexto em que está inserida. Esta capacidade de adaptação é algo intrínseco à família e que em determinados momentos de seu interesse e diante de condições externas, são acionadas por ela e por seus membros. Como assinalado anteriormente, a família camponesa da Idade Média também realizava atividades não-agrícolas em sua propriedade, e mesmo com

a modernização da agricultura ao longo dos séculos, o agricultor familiar não perdeu esta característica, fato constatado nos países estudados por Lamarche et. al, França, Canadá, Brasil, Tunísia e Polônia, onde, embora com roupagens diferenciadas, se encontram situações de pluriatividade.

Os perfis da pluriatividade francesa referidos por LAMARCHE (1997, p. 110-11) foram:

- “Na Bretanha, a difusão da pluriatividade, que diz respeito às mulheres, sob a forma de uma atividade externa em tempo integral, assegurando um rendimento complementar apreciável”;
- “No Causse, a debilidade da pluriatividade, que interessa a alguns raros chefes de exploração, sob a forma de uma atividade secundária (menos de meio-período)”;
- “No Marais, a pluriatividade não se reveste de dimensões específicas, diz respeito tanto aos cônjuges quanto aos outros membros do grupo, sob as formas de tempo integral ou de meio-período”.

“Somente na Bretanha, nas explorações de porte limitado, onde os encargos com mão-de-obra são altos, que a pluriatividade aparece como ordem estrutural, desempenhando um papel decisivo nas estratégias de manutenção destas explorações. No Causse, onde o modelo de exploração em duas unidades de trabalho é realizado, a pluriatividade pode ser qualificada de adicional, ou seja, não é parte integrante das estratégias de desenvolvimento da exploração”.

O mesmo trabalho coordenado por LAMARCHE (1997, p.207), conduzido por pesquisadores brasileiros em três regiões no Brasil, registrou que a pluriatividade, aqui representada pelo trabalho externo à propriedade agrícola, apresentava-se com frequências diferentes, refletindo “o grau de dinamismo da agricultura local e do mercado regional do trabalho”. Citaram que “No conjunto, são os filhos homens que mais exercem atividades profissionais fora da agricultura. Uma vez saídos do setor agrícola, tornam-se operários ou empregados, enquanto as filhas se empregam no setor público ou em instituições. Outras profissões são pouco representativas”. EIKELAND e LIE (1999) estudaram a pluriatividade na Noruega e verificaram que as análises também revelaram que primeira e principalmente

eram os homens quem exploravam as novas oportunidades para combinação de atividades econômicas. Pluriatividade era uma atividade masculina, e estava aumentando provavelmente a diferença de gênero nos estabelecimentos rurais.

A preocupação de Lamarche, segundo suas próprias palavras, era apreender “a pluriatividade em relação ao futuro da exploração familiar”. Neste sentido, e de acordo com as características da pluriatividade apresentadas pelos pesquisadores, tanto no Brasil como na França, onde ela significa (basicamente) o exercício de trabalho externo à propriedade, esta é uma questão bastante pertinente na medida em que se pensa a continuidade da reprodução social da agricultura familiar.

Ao discutir esta questão WANDERLEY (2004) discordava de autores que acreditavam que o recurso da pluriatividade levará ao abandono das atividades agrícolas, ou a perda da importância para a reprodução das famílias e a migração do meio rural para o meio urbano. Para a autora “a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2004, p.52).

Também preocupado com estas e outras questões Schneider

“estuda a pluriatividade a partir da perspectiva da agricultura familiar ou, dito de outra forma, busca compreender e explicar se o recurso crescente à diversificação das atividades econômicas dos indivíduos e das famílias que residem no espaço rural é uma característica estrutural dessas unidades ou, então, se trata de uma estratégia de reprodução frente a um determinado contexto ou a um conjunto de oportunidades” (SCHNEIDER, 2003, p.23).

A princípio parece que se trata de uma estratégia dentre o conjunto de estratégias de reprodução da agricultura familiar, criada e recriada em virtude da capacidade de adaptação da família rural, que em determinado contexto histórico e socioeconômico será acionada pelo agricultor, desde que as condições externas também o permitam ou exijam.

## 2.5 A pluriatividade como estratégia de reprodução social na agricultura familiar

Os relatos anteriores demonstram que o recurso às atividades não-agrícolas pelos agricultores familiares não era exclusividade de um lugar ou de um período histórico, nem tampouco de um sistema econômico e social. Pelo contrário, agricultores familiares em diferentes partes do mundo, da Idade Média até hoje e vivendo sob regimes econômicos e sociais distintos sempre exerceram ocupações não-agrícolas concomitantes com a agricultura.

Ora estas atividades são realizadas para atendimento do autoconsumo familiar, como por exemplo, a confecção de artesanatos e o processamento de alimentos a fim de garantir a segurança alimentar em períodos de entressafra agrícola, ora estes produtos e serviços são trocados ou comercializados nos mercados locais.

O desenvolvimento de atividades não-agrícolas como estratégia de reprodução social da agricultura familiar depende do que LAMARCHE (1997) denominara de “capacidade de adaptação do agricultor familiar” frente às imposições da sociedade e da economia. Por esta “capacidade de adaptação” entende-se a capacidade ou habilidades do agricultor familiar em elaborar diferentes estratégias de sobrevivência além da agricultura. Estas habilidades fazem parte do patrimônio sociocultural do agricultor familiar construído e elaborado historicamente, fruto de suas relações com outros atores sociais e do conhecimento que detém do ambiente em que vive. Trata-se de um *habitus* da família rural, isto é, de corpos de conhecimentos que são continuamente (re)elaborados ao longo da história, enquanto seus membros valorizarem o patrimônio sociocultural herdado, e é o que permitirá à família elaborar estratégias que garantam sua reprodução enquanto categoria social. Portanto, em primeira instância é este *habitus* o responsável pelas condições internas à família rural que permitirá a realização da pluriatividade enquanto estratégia de reprodução social.

Por outro lado, a não transmissão ou a desvalorização desse patrimônio sociocultural por parte dos membros da família enfraquece sua coesão interna abrindo caminho para sua desarticulação, podendo levar por conseguinte ao término do projeto familiar enquanto valor expresso em seu modo de vida e trabalho. Neste sentido seria o mesmo que dizer que não há capacidade de adaptação, não há *habitus* herdado, portanto, não há estratégias (pluriativas) que possam ser elaboradas e colocadas em prática sem antes haver a reconstrução do patrimônio sociocultural da família rural como valor que a identifica.

Assim como as estratégias pluriativas para serem elaboradas dependem da capacidade de adaptação do agricultor familiar, isto é, depende da existência desse *habitus*, para que se possa colocar em prática vai exigir que as condições objetivas específicas do *campo social* em que está inserida, sejam favoráveis. Estas são as condições que darão à família rural e seus membros a possibilidade de exercerem ocupações pluriativas. Porém, ter as condições favoráveis para isto não significa necessariamente que as famílias tomarão a decisão para sua realização, pois, a pluriatividade é mais uma das muitas e complexas estratégias de reprodução de que o agricultor familiar pode dispor para realizar seu projeto de vida, e deste modo fará parte do conjunto de opções a serem analisadas por esses atores sociais.

Na hipótese de realização da pluriatividade esta poderá assumir diferentes formas em virtude da situação que se apresenta, favorável ou impositiva. Quer dizer, em situações favoráveis tem-se um conjunto de condições sociais e econômicas que privilegiam a tomada de decisão em prol de determinadas ocupações que permitirá ao agricultor familiar aproveitá-las para melhorar sua qualidade de vida. Por outro lado, quando a situação é de imposição, são estas mesmas condições que não estando favoráveis ao agricultor familiar, exige dele a realização de certas atividades ou ocupações a fim de que possa continuar seu projeto de vida.

Em situações desfavoráveis ao agricultor familiar a pluriatividade pode se traduzir no trabalho externo à propriedade por parte de algum membro da família e não raramente, à mudança do local de moradia, migrando-se das terras da família para áreas urbanas distantes do lugar de origem. Por um lado, para aqueles membros que deixam ou tiveram que deixar as terras da família para trabalhar e morar em cidades pode ter seu modo de vida extremamente modificado. Por outro lado, para aqueles membros que permaneceram nas áreas rurais a saída de alguns membros pode significar a própria manutenção do projeto familiar e da propriedade rural.

Em outras situações, agora favoráveis ao agricultor familiar, o recurso à pluriatividade pode se traduzir em oportunidades que melhoram a qualidade de vida e que a família faz questão de aproveitar. Nestes casos são ocupações dentro ou fora da propriedade familiar, criadas pelas famílias rurais ou outros agentes econômicos locais que permitem a inserção produtiva de membros das famílias e que vem contribuir para a economia e coesão familiar.

Assim a pluriatividade encerra uma diversidade de “processos sociais” (para emprestar o termo de CARNEIRO (1999)) complexos onde participam diferentes atores sociais, além do agricultor familiar, e que apresentam interesses contraditórios. De acordo com a posição relativa do agricultor familiar no *campo social* as possibilidades em desempenhar atividades pluriativas mudam, favorecendo ou prejudicando a inserção dos membros das famílias, pois, é esta posição relativa que dará os limites nos quais os agentes podem atuar, determinando inclusive as características das atividades pluriativas possíveis.

A posição relativa de determinado agente ou grupo de agentes no *campo social* é dado pela comparação dos níveis de capital (econômico, cultural, social, etc.) que cada um possui, determinando assim o poder e as condições de cada um dentro do *campo* e, portanto, as possibilidades de uns e de outros. Assim a pluriatividade na agricultura familiar, entendida como processos sociais, concorre nesses campos de força da luta social.

### **3. HISTÓRIA DA REGIÃO DE ITAPEVA - SP E DO ASSENTAMENTO RURAL DA FAZENDA PIRITUBA**

#### **3.1 Conhecendo Itapeva e Itaberá - SP**

As informações descritas neste capítulo apresentam uma caracterização socioeconômica e histórica dos municípios a fim de compreender as relações dessas com as atividades desenvolvidas no interior do assentamento da Fazenda Pirituba II. Especificamente, a questão se traduz em como as características locais interferem nos processos sociais pluriativos do assentamento.

Os municípios de Itapeva e de Itaberá pertencem à Região Administrativa (RA)<sup>4</sup> de Sorocaba que congrega o total de 79 municípios paulistas. Em 2003, a RA obteve o 4º lugar na geração do PIB Paulista, num total de R\$ 27,4 bilhões e o setor industrial foi responsável por 43,5% do valor adicionado total da região. Estavam presentes nesta área a indústria têxtil, a metalurgia básica (alumínio), alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, produtos químicos, cimento e cal e a indústria madeireira. Na agropecuária, destacavam-se as criações de gado bovino de corte e leite, suínos, aves, ovos, cana-de-açúcar, café, tomate, frutas, hortaliças, feijão e milho, além de árvores para reflorestamento. O setor de serviços (inclusive o comércio) estava voltado ao atendimento às empresas, surgido como complemento das atividades industriais, bem como, relacionadas também à consolidação de instituições de ensino superior e centros de pesquisa de alta tecnologia.

Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, biênio 2002-2004, a região ocupava posição razoável em riqueza (6ª colocada), mas bem modesta em longevidade (12ª) e em escolaridade (13ª). Em termos de riqueza, no período, houve um crescimento parecido com a do conjunto do Estado. O rendimento médio do emprego formal em 2004 foi de R\$ 939,00, ou 73,6% da média paulista. No mesmo ano, o valor adicionado fiscal *per*

---

<sup>4</sup> O Estado de São Paulo possui atualmente 15 Regiões Administrativas (RA). As RA foram criadas pelo Poder Executivo a fim de melhor distribuir no território paulista a localização dos diversos órgãos da administração pública estadual. Outras informações podem ser obtidas junto ao Anuário Estatístico do Estado de São Paulo publicado pela Fundação SEADE (2003) e nos Decretos nº 48.162/67, nº 52.576/70, nº 22.970 de 29/11/84, nº 26.581/87, Lei nº 6.207 de 26/10/88 e Decreto nº 32.141 de 14/08/90.

*capita* ficou em R\$ 8.082,00, equivalente a 79,5% do conjunto de São Paulo (SÃO PAULO, 2006).

O indicador de longevidade teve uma pequena melhora e, em 2004, aproximou-se da média paulista (respectivamente, 69 e 70). A escolaridade apresentou comportamento semelhante, embora sua evolução no período tenha sido maior que a paulista; o único item em que a média de São Paulo foi superada foi a taxa de atendimento à pré-escola das crianças de 5 e 6 anos (77,1%, ante 77,0%). Ainda assim, Itapeva e Itaberá faziam parte das cidades com IDH abaixo da média estadual (0,81), com índices abaixo de 0,75.

### **3.1.1 O Município de Itapeva - SP**

O município de Itapeva<sup>5</sup> está localizado na Região Sudoeste do Estado de São Paulo, precisamente a 23°58'56" de latitude sul e 48°52'32" de longitude oeste, numa altitude de 684 metros acima do nível do mar e ocupa uma área de 1827 km<sup>2</sup>.

A Vila de Itapeva foi fundada em 20 de setembro de 1769, por Antonio Furquim Pedroso no local onde existia uma aldeia de índios catequizados e servia de passagem obrigatória para os tropeiros. Nos primórdios do século XVIII, o caminho de São Paulo a Sorocaba começou a ser prolongado para o sul pelos criadores de gado que iam vender seus produtos em Curitiba. Posteriormente, vindos do sul para Sorocaba, as tropas de cavalos e burros haveriam de substituir o bugre no transporte de cargas. Antes de assumir seu nome atual, Itapeva teve outros dois nomes: Itapeva da Faxina (até 1910) e Faxina (até 1938)<sup>6</sup>.

Em 1909 com a inauguração da estrada de ferro começou um ciclo migratório com a chegada de imigrantes de várias partes do mundo. Eram imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, alemães, turcos, sírio-libaneses, austríacos, suecos, além dos africanos que já estavam na região desde o período da escravidão, segundo GRETZ (2002).

A população do município em 2000 totalizava 82.866 habitantes, sendo 73,6% na área urbana e os outros 26,4% na área rural, acima da média do Estado que era de 21,1% na área rural (IBGE, 2000). A taxa média de mortalidade infantil diminuiu entre 2003 e 2007 para 28,2 para cada mil nascidos vivos, índice este considerado alto e bem acima da média do

---

<sup>5,7</sup> Informações obtidas no endereço [http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg\\_08/Reg08\\_Itapeva.htm](http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_08/Reg08_Itapeva.htm) em 19/02/2007.



Estado que foi de 13,8. No ano de 2007 a taxa foi de 25,9 mortos a cada mil nascidos vivos (SEADE, 2007).

Em termos econômicos o município apresentava, em 2003, a 93ª posição no Estado de São Paulo e 10ª na sua Região Administrativa (Sorocaba), com PIB da ordem de R\$ 688,41 milhões (contribuição de 0,139% do PIB Estadual). O valor adicionado da agropecuária (1.189 estabelecimentos rurais) correspondia a R\$ 274,41 milhões; da indústria (com 100 estabelecimentos) e dos serviços (360 estabelecimentos), R\$ 126,15 e R\$ 276,51 milhões, respectivamente (SÃO PAULO, 2006). Os principais setores industriais presentes no município são as indústrias de construção civil, madeira e mineração (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2000).

Estas informações, juntamente com o nível de escolaridade, compõem o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS que permite avaliar as condições de vida da população do Estado de São Paulo. Segundo o último IPRS 2006, Itapeva foi classificada no Grupo 5 que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza (média municipal de R\$ 634,12 em contraponto com R\$ 1.076,21 da média estadual). Os indicadores de longevidade (57 anos contra 70 no Estado) e analfabetismo (9,02% da população local e 6,64% da população de São Paulo) foram insatisfatórios, ficando muito abaixo da média do Estado (SÃO PAULO, 2006).

O emprego no município era da ordem de 9.715 vagas, em 2002, sendo que deste valor estavam ocupados na indústria, 21,6%; no comércio, 24,3%; nos serviços, 41,4%; e agropecuária 12,7% (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2002).

Em termos de infra-estrutura o município é servido pelas rodovias estaduais SP-249 e SP-258, aeroporto, dez empresas de ônibus intermunicipais, duas faculdades privadas e uma Universidade Pública (Unesp), coleta de lixo em 100% da área urbana e apresentava uma taxa de urbanização de 74% (ano 2000) segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, abaixo, portanto, dos 93,6% do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2006).

A estrutura fundiária do município de Itapeva indica uma presença significativa de propriedades de produção familiar, com áreas variando de mais de 0 até 100 hectares (Tabela 1). Porém, a análise dos dados mostra que não existe uma relação direta entre o número de propriedades familiares e o nível de distribuição/concentração de terras. Os dados apontam para uma estrutura fundiária concentrada, aonde cerca de 84% das propriedades detinham

apenas 22,4% da área total, enquanto que, no outro extremo, 16% das propriedades somavam 77,6% da área disponível.

**Tabela 1.** Estrutura fundiária do Município de Itapeva, Estado de São Paulo, 1996

Classes de área - ha	Número de estabelecimentos	% acumulado de estabelecimentos	Área total - ha	% acumulado de área total
0 - 5	338	18,5	893,2	0,6
5 - 10	251	32,2	1.945,60	1,9
10 – 20	383	53,2	5.855,80	5,7
20 – 50	374	73,6	12.114,20	13,6
<b>50 – 100</b>	<b>187</b>	<b>83,9</b>	<b>13.418,00</b>	<b>22,4</b>
100 – 200	131	91,0	18.634,90	34,6
200 – 500	103	96,7	32.117,20	55,6
500 – 1.000	45	99,1	31.293,70	76,0
1.000 – 2.000	11	99,7	14.682,50	85,7
2.000 – 5.000	3	99,9	7.949,90	90,9
5.000 – 10.000	2	100,0	13.986,10	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>1.828</b>		<b>152.891,10</b>	

Fonte: Projeto LUPA – Censo 95/96 (CATI).

Ao longo do século XX a paisagem natural sofreu forte modificação, com a exploração de madeiras das matas nativas, convertendo as terras abertas em pastagens e cultivo de grãos e cereais, e mais adiante, o reflorestamento com pinus e eucalipto. Na década de 1990 era marcante a persistência dessas atividades produtivas (Tabela 2), e atualmente a produção florestal madeireira vem expandindo suas áreas de reflorestamento no município e na região, sobretudo, para produzir matéria-prima para a indústria de papel e celulose.

**Tabela 2.** Ocupação do solo do Município de Itapeva, Estado de São Paulo, 1996

Ocupação	Número de estabelecimentos	Área total - ha
Cultura perene	475	682,20
Cultura semi-perene	362	1.944,20
Cultura anual	1.041	26.102,10
Pastagem	1.552	73.718,30
Reflorestamento	221	24.468,90
Vegetação natural	1.161	16.789,00
Inaproveitada	351	1.913,50
inaproveitável	568	5.496,50
complementar	1.573	1.776,40
<b>TOTAL</b>	<b>1.828</b>	<b>152.891,10</b>

Fonte: Projeto LUPA – Censo 95/96 (CATI).

### 3.1.2 O Município de Itaberá - SP

A população do município totalizava 18.911 habitantes, sendo 58,7% na área urbana e 41,3% na área rural, acima da média do Estado que era de 21,1% na área rural (IBGE, 2000). A taxa média de mortalidade infantil entre 2003 e 2007 foi de 19,1 por cada mil nascidos vivos, índice acima da média do Estado que estava em 13,8. No ano de 2007 a taxa teve uma queda expressiva com índice de 4,2 mortos a cada mil nascidos vivos (SEADE, 2007).

Em termos econômicos o município apresentava em 2003 a 266ª posição no Estado de São Paulo e 32ª na sua RA, com PIB da ordem de R\$ 172,72 milhões (contribuição de 0,035% do PIB Estadual). O valor adicionado da agropecuária (1.763 estabelecimentos rurais) correspondia a R\$ 110,03 milhões; da indústria (com 16 estabelecimentos) e dos serviços (28 estabelecimentos), R\$ 9,53 e R\$ 55,04 milhões, respectivamente (SÃO PAULO, 2006).

Itaberá, que em 2002 pertencia ao Grupo 5 do IPRS, passou a ser classificado em 2004 no Grupo 4, que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza e deficiência em um dos indicadores, longevidade ou escolaridade. Em termos de longevidade o município superou a média do Estado, porém o índice de escolaridade ficou abaixo da média estadual 6,6% e 11%, respectivamente (SÃO PAULO, 2006).

Os empregos no município eram da ordem de 1.396 postos em 2002, sendo o setor de serviços o que mais empregou (45,5%), seguido pela agropecuária (27,3%), indústria (15,3%) e comércio (11,8%) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2002).

A estrutura fundiária do município de Itaberá não diferia muito daquela apresentada para Itapeva - SP. Em Itaberá também existe uma forte presença de propriedades de produção familiar, com áreas variando de mais de 0 até 100 hectares (Tabela 3). A concentração da propriedade da terra encontrava-se também de maneira bastante acentuada, onde 88,4% das propriedades detinham apenas 34,4% da área total, enquanto que, no outro extremo, 11,6% das propriedades somavam 65,6% da área disponível.

**Tabela 3.** Estrutura fundiária do Município de Itaberá, Estado de São Paulo, 1996

Classes de área - ha	Número de estabelecimentos	% acumulado de estabelecimentos	Área total - ha	% acumulado de área total
0 - 5	95	9,6	304,90	0,4
5 - 10	115	21,2	887,80	1,8
10 - 20	228	44,3	3.392,00	6,7
20 - 50	313	75,9	9.998,70	21,4
<b>50 - 100</b>	<b>123</b>	<b>88,4</b>	<b>8.801,00</b>	<b>34,4</b>
100 - 200	66	95,0	8.834,60	47,3
200 - 500	31	98,2	9.568,50	61,4
500 - 1.000	11	99,3	7.924,90	73,1
1.000 - 2.000	3	99,6	3.978,50	78,9
2.000 - 5.000	3	99,9	7.397,20	89,8
5.000 - 10.000	1	100	6.959,60	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>989</b>		<b>68.047,70</b>	

Fonte: Projeto LUPA - Censo 95/96 (CATI).

Na ocupação do solo do município predominava o cultivo de grãos, cereais, e pastagens destinadas, principalmente, à criação de gado bovino (Tabela 4).

**Tabela 4.** Ocupação do solo - do Município de Itaberá, Estado de São Paulo, 1996

Ocupação	Número de estabelecimentos	Área total - ha
Cultura perene	59	274,10
Cultura semi-perene	111	179,60
Cultura anual	731	22.410,40
Pastagem	770	32.442,00
Reflorestamento	154	1.816,70
Vegetação natural	717	6.868,00
Inaproveitada	94	1.703,20
inaproveitável	196	1.719,10
complementar	862	676,90
<b>TOTAL</b>	<b>989</b>	<b>68.047,70</b>

Fonte: Projeto LUPA – Censo 95/96 (CATI).

### 3.2 História da Fazenda Pirituba

Neste capítulo procura-se, resumidamente, expor a história da Fazenda Pirituba antes da criação do Projeto de Assentamento Pirituba II, e a seguir, apresentar as experiências desenvolvidas pelas famílias assentadas nestes últimos vinte e dois anos. Estas informações são importantes para as discussões em torno do modo como estas se relacionam ou explicam a ocorrência e os tipos de atividades pluriativas desenvolvidas pelas famílias.

A Fazenda Pirituba está localizada em parte no município de Itapeva, e em parte no município de Itaberá, ambos no Estado de São Paulo (Figura 1).



**Figura 1.** Localização do Assentamento Rural da Fazenda Pirituba na Região Administrativa de Sorocaba, Estado de São Paulo, Brasil.

Ao longo de sua história teve vários proprietários, sendo que entre os primeiros “estava um coronel do exército conhecido por Barão de Antonina, cujo nome era João da Silva Machado, nascido em 1782 no estado do Rio Grande do Sul (...). Segundo os moradores mais antigos da fazenda, a partir do século XX houve um processo acelerado de derrubada das matas, com comercialização da madeira e formação de pastos para o gado” (SILVA, 2005, p.80), à semelhança do que vinha acontecendo em toda a região de Itapeva.

No ano de 1923, “o Coronel Elisiário Ramos, então proprietário, vendeu parte da fazenda para a Companhia Casa Brandão. Três anos mais tarde, em 1929, outra parte da fazenda foi vendida para S/A Indústria Reunidas Francisco Matarazzo. Após a Companhia Brandão e a S/A Matarazzo, a fazenda foi adquirida pela Companhia Agropecuária Angatuba, cujos donos eram o deputado Toniquinho Vieira e seus filhos, Ivens Vieira e Darcy Vieira. A principal atividade desta empresa, na fazenda, era fornecer madeira para a Companhia Sorocabana de Ferrovias, pois os trens eram movidos a vapor. Abasteceram esta empresa ferroviária com madeira nativa por muito tempo, e afirmam os moradores mais antigos, após a derrubada da mata, cultivava-se lavoura e formava-se pasto” (SILVA, 2005, p.81).

No ano de 1950 a fazenda foi entregue aos bancos públicos por motivo de hipoteca, cuja dívida os proprietários da Companhia Angatuba não tinham como pagar. Administrada pelo Estado tentou-se implementar o primeiro projeto de colonização de pequenos agricultores

no intuito de produzir trigo, mas devido a problemas de corrupção o projeto não se concretizou, conforme SILVA (2005).

Na década de 1960, o Estado tentou reaver, mas sem muito sucesso, as terras da Fazenda Pirituba que estavam irregularmente arrendadas. Nos anos de 1970 ocorreram novas tentativas de recuperação da fazenda, sendo que em 1973 o Estado conseguiu retomar mais uma parte das terras e tentou-se novamente um novo programa de colonização que ficou conhecido como Pirituba I. Porém esta foi mais uma tentativa fracassada por vários motivos que levaram à permanência do conflito agrário no local (SILVA, 2005).

No início de 1980, depois de três décadas de tentativas fracassadas de colonização da Fazenda Pirituba, um grupo de 40 famílias de pequenos produtores arrendatários resolveu ocupar parte das terras ociosas e começaram a trabalhar no local. Foram expulsos pelo poder público duas vezes, mas na terceira tentativa conseguiram permanecer na terra. Iniciava-se assim o projeto de assentamento de trabalhadores rurais Pirituba II. Deste período em diante ocorreram diversas ocupações durante as décadas de 1980 e 1990, resultando no assentamento de 357 famílias, numa área correspondente a 8.007,64 hectares, dos 17.500 hectares da fazenda (COSTA e BERGAMASCO, 2003).

A Tabela 5 apresenta os números das conquistas realizadas pelos pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra da região, ao longo dos anos 1980 e 1990.

A relação de beneficiários fornecida pelo escritório local do INCRA no município de Itapeva, com data de 02 de outubro de 2006, registrava os seguintes números de beneficiários: na área I a presença de cento e seis (106) famílias, sendo doze famílias transferidas da área VI; na área II o número de famílias assentadas é cinquenta e seis (56); na área III, setenta e duas (72) famílias; na área IV, cinquenta (50) famílias; na área V, trinta e nove (39) famílias e; na área VI, trinta e oito (38) famílias.

Segundo informações obtidas junto às lideranças locais não havia mais terras disponíveis para novas áreas de assentamento na Fazenda Pirituba, ocorrendo apenas o remanejamento de famílias entre os lotes. Em julho de 2007, durante a realização desta pesquisa em campo, a área seis (VI) continuava em situação emergencial por não ter

completado a área dos lotes, prejudicando as condições sociais e econômicas das famílias assentadas<sup>7</sup>.

**Tabela 5.** Localização, número de famílias, data de início e área ocupada no Projeto Pirituba II, municípios de Itapeva e Itaberá, 1998/1999 e 2003

Área	Município	Nº. Família	Início	Área Total (ha)
1	Itapeva	89	1984	2.511,00
2	Itaberá	53	1984	1.341,20
3	Itaberá	73	1986	2.142,33
4	Itapeva	51	1991	1.096,83
5	Itaberá	39	1992	807,71
6	Itapeva	52	1996	108,57
Total		357		8.007,64

Fonte: Costa e Bergamasco, 2003 / Fundação ITESP/DAF, caderneta de campo 1998/99.

Os trabalhadores rurais ocupantes das primeiras áreas do projeto de assentamento Pirituba optaram pela criação de agrovilas pelo fato de facilitar a comunicação entre eles e pela facilidade de instalação de infra-estrutura. Este modelo influenciou as áreas que foram criadas posteriormente na fazenda, com exceção da área VI que continuava em caráter emergencial, mas aparentemente deveria seguir pelo mesmo caminho que as demais.

A organização para o trabalho apresentava tanto similaridades quanto diversidades entre as áreas do assentamento. Encontravam-se famílias que organizavam o trabalho na produção de maneira coletiva, outras associadas às cooperativas, em associações e grupos informais, e também aquelas que preferiam organizar o trabalho servindo-se apenas da mão-de-obra do núcleo familiar. COSTA e BERGAMASCO (2003), pesquisando o processo de

<sup>7</sup> Este breve relato da história da Fazenda Pirituba evidencia a realidade conflituosa que é o acesso à terra em nosso país. Evidencia também a lentidão e por vezes a falta de interesse do Estado em resolver a questão. Somente quando os trabalhadores rurais resolvem se organizar e ocupar as terras é que o Estado aparece para mediar o conflito e tentar resolver o problema, reforçando a tese de que as ocupações promovidas pelos trabalhadores rurais sem terra é um fator importante na conquista da terra. Corrobora com isso, o estudo coordenado por LEITE et al. (2004), e publicado pelo NEAD Estudos 6, em seis manchas de assentamentos espalhados pelo Brasil, que mostra que, de 92 projetos de assentamentos consolidados, 82 o foram em virtude de pressão dos movimentos sociais ou por iniciativas dos trabalhadores rurais, e apenas 10 por iniciativa dos órgãos governamentais. Estes dados permitem concluir que o Estado brasileiro não tem nenhum interesse em fazer reforma agrária e com isso resolver definitivamente os conflitos agrários em todo o país.



organização da produção, obtiveram algumas formas de arranjos laboriais-produtivos (Tabela 6).

**Tabela 6.** Formas de Organização da Produção nas Áreas do Assentamento Pirituba II, 2000

Nome	Tipo de organização da produção	Área
COPROCOL	Parcialmente coletiva e individual	1
13 de Maio	Parcialmente coletiva	1
Grupo Informal (ex-área 6)	coletiva	1
COPADEC	Coletiva	4
Grupo do Alemão	Coletiva	4
Associação 1º de outubro	Individual	4
COPANOSSA <sup>1</sup>	Coletiva	5
COPAVA	Coletiva	3
COPAESE	Coletiva	3
Grupo dos 8	Coletiva	3
Coop. Chico Mendes	coletiva	6

Fonte: COSTA e BERGAMASCO (2003, p.128).

OBS.: <sup>1</sup> esta cooperativa encerrou suas operações no mês de julho de 2007 quando da realização dessa pesquisa de campo.

Desde seu início, o Projeto de Assentamento da Fazenda Pirituba II tem experimentado formas coletivas de trabalho. A história da organização do trabalho é muito semelhante entre as áreas e começou quando estavam acampados reivindicando acesso à terra. Tão logo foram assentados criaram associações a fim de somar esforços para obtenção de recursos para a compra de máquinas, equipamentos e outros insumos necessários à produção agrícola. Com o passar do tempo e o surgimento de alguns conflitos na administração das organizações ocorreu o esvaziamento das associações culminando em outras formas de organização do trabalho. Algumas famílias preferiram trabalhar apenas com seu núcleo familiar, outras criaram cooperativas e novas associações, e outras escolheram organizar seu trabalho em grupos informais.

As famílias que optaram por montar cooperativas receberam capacitação do Laboratório Organizacional do Campo (LOC)<sup>8</sup> a fim de compreender qual era a função e como se organizava o trabalho dentro desse tipo de organização. O perfil de capacitação e organização do trabalho em todas as cooperativas que participaram do LOC adotaram o funcionamento por setores (divisão técnica de trabalho), com trabalho e terra coletivos.

Além dessas formas, existe ainda a Cooperativa de Assentados e Pequenos Agricultores da Região de Itapeva e Itaberá – COAPRI<sup>9</sup> cuja atribuição é criar estratégias de “articulação das várias cooperativas, associações e grupos de produção dos assentados e dos agricultores familiares da região, com o objetivo de possibilitar a ação conjunta na reivindicação e defesa dos interesses comuns” (COSTA e BERGAMASCO, 2003, p.153).

Passados mais de duas décadas desde a criação dos primeiros assentamentos da Fazenda Pirituba II, estes são relatos de organização do trabalho para a produção que apontam na direção da sobrevivência das famílias daquele lugar, e, que tem servido de exemplo para que outras famílias, em outros assentamentos, possam criar suas próprias formas de organização do trabalho.

O acúmulo histórico de experiências em organização do trabalho também facilitou a criação de outras instâncias e formas de organização para resolver problemas relacionados à produção e assuntos sobre a reprodução socioeconômica das famílias.

No ano de 2004, os agricultores assentados com o apoio de técnicos que atuam nas seis áreas do assentamento, organizaram o Fórum Temporário de Renda e Trabalho<sup>10</sup> para a elaboração de um diagnóstico dos problemas enfrentados pelas famílias na produção e atividades afins. Proposições para o equacionamento dos problemas encontram-se no documento “Plano para o Aumento da Renda dos Assentados no Projeto de Assentamento Pirituba II” (BEZE JR., 2004), apresentado como resultado do Fórum.

---

<sup>8</sup> Segundo informações dos agricultores assentados os LOCs foram cursos teórico-práticos sobre criação, funcionamento e administração de cooperativas rurais oferecidos aos agricultores assentados por técnicos contratados pelas organizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>9</sup> Cooperativa criada pelos agricultores do assentamento rural da Fazenda Pirituba no intuito de fortalecer a intercooperação entre agricultores assentados e outros agricultores familiares locais, inclusive, articulando a agroindustrialização e a comercialização conjunta como formas de agregação de valor e ganho de escala da produção agropecuária.

<sup>10</sup> Diante das dificuldades para a geração de trabalho e renda no assentamento rural da Fazenda Pirituba II, no ano de 2004, técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MDA, em parceria com os agricultores assentados, criaram um fórum de discussão que culminou com a realização de um diagnóstico sobre a situação socioeconômica e produtiva do assentamento.

Segundo este relatório, a produção de grãos (feijão, milho, arroz, trigo e soja) era a atividade que ocupava a maior área do assentamento e era a principal fonte de renda da maioria dos agricultores. As áreas com pastagens faziam parte da paisagem de quase metade das famílias do assentamento e era considerada uma atividade complementar à produção de grãos. Os plantios de hortaliças e frutas eram praticados por vários grupos, e dão sinais de que podem vir a se transformar em importante fonte de renda para os agricultores, principalmente frente à realidade de pouca renda líquida propiciada pelo cultivo de grãos. Entretanto, segue afirmando o relatório que, a expansão dessas atividades esbarrava na falta de infra-estrutura adequada e de capacitação técnica dos agricultores há muito acostumados a lidar com a produção de grãos. A área II era a que mais tinha experimentado o cultivo de hortaliças para fins comerciais.

Outras receitas, além da produção e venda de produtos da agropecuária, acrescem o total recebido por alguns grupos de assentados, por um lado, e por outro explicam a sobrevivência de agricultores que dispunham de poucos recursos para produzir na agricultura. Dentre estas receitas, o relatório aponta o arrendamento de máquinas para outros agricultores, o trabalho assalariado, pequenos comércios e a venda de produtos de fabricação caseira (doces, salgados e pães), alguns assentados davam em arrendamentos esporádicos parte de terras disponíveis, sejam para atender a sobrevivência das famílias ou para eventualmente aplicar em plantios e criações. Além dessas rendas, as aposentadorias rurais e os programas sociais governamentais eram fontes que ajudavam na sobrevivência das famílias.

Apesar de essas rendas terem proporcionado a sobrevivência das famílias por mais de duas décadas, elas ainda não eram suficientes para oferecer um grau de conforto aos assentados compatível com melhor qualidade de vida. Ou mesmo permitir investimentos quantitativos e qualitativos na produção agropecuária. Para tentar melhorar as condições de vida das famílias, passando pela geração de renda e de trabalho no assentamento, os agricultores apontam no referido Plano de Rendas de 2004 as seguintes diretrizes gerais:

“a) melhorar a renda obtida com os plantios tradicionais de grãos (feijão, milho, soja, arroz e outros) dentro do sistema tecnológico de produção existente na região e no assentamento;

- b) iniciar e fortalecer outras produções agrícolas e de criação que possam dar mais renda pela terra utilizada, que usem mais a mão-de-obra disponível da família (principalmente jovens) e que permitam diversificar as fontes de renda do assentado;
- c) fortalecer a produção e o comércio interno no assentamento de produtos para a alimentação das famílias dos assentados, aumentando a renda de subsistência;
- d) desenvolver a produção de produtos artesanais não-agropecuários;
- e) prevenir e remediar problemas ambientais que podem prejudicar no futuro a renda e as condições de vida dos assentados;
- f) resolver o problema das dívidas bancárias que impedem vários assentados de conseguir financiamento para as lavouras de grãos e principalmente para a diversificação da produção;
- g) buscar formas de desenvolver outras técnicas de plantio de lavouras de grãos que não obriguem o agricultor a tantos gastos e que tornem os assentados menos dependentes da compra de insumos (adubos, defensivos, etc.)” (BEZE JR., 2004, p.15-16).

O relatório, no entanto, vai além dessas diretrizes, especificando as ações em cada uma delas e estabelecendo um *ranking* de prioridades, que deverão ser implementadas a partir de iniciativas que envolvam a articulação e organização dos próprios assentados, por um lado, e do apoio de instituições públicas que tenham como atribuição o estímulo ao aumento da renda dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária, por outro lado.

### **3.2.1 Outras estruturas que geram trabalho e renda no Assentamento**

Neste item procurou-se descrever as atividades produtivas não-agrícolas criadas pelos próprios agricultores, e outras atividades não necessariamente produtivas, tais como, escolas e postos de saúde, mas que permitiam a ocupação de mão-de-obra de pessoas que moravam nas áreas do assentamento rural da Fazenda Pirituba. As informações foram obtidas através de entrevistas semi-estruturadas com agricultores, técnicos locais e com funcionários e diretores das escolas citadas.

A maioria das agroindústrias era administrada pela COAPRI, mas existiam também aquelas que tinham a gestão feita por grupos informais e por cooperativas de produção. A

implantação de agroindústrias vinha sendo discutida pela comunidade desde a década de 1990 com o intuito de agregar valor aos produtos agropecuários produzidos pelas famílias e grupos dentro do assentamento. A implantação dessas agroindústrias contou com o apoio e o incentivo do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de instituições governamentais e não-governamentais. Esperava-se aumentar a renda das famílias assentadas e gerar mais ocupações, de modo que os filhos pudessem se ocupar em atividades dentro do próprio sítio da família ou diretamente nas ocupações agroindustriais. Durante a realização da pesquisa de campo, em 2007, as agroindústrias não estavam funcionando a plena carga e estava-se implantando as extratoras de óleo e a usina de leite.

Durante a década de 1990 também foram criados grupos de mulheres, incentivadas pelas políticas de trabalho coletivo e de igualdade nas relações de gêneros do MST, resultando em atividades de processamento de plantas medicinais, fabricação de doces e de artesanato. Estas políticas tiveram a primazia de valorizar a capacidade de trabalho das mulheres, elevando seu poder social dentro da própria família e da comunidade, além de possibilitar a geração de renda e o resgate e socialização de conhecimentos entre as mulheres participantes.

Estas estratégias implementadas pelas famílias vem transformando a paisagem do assentamento rural da Fazenda Pirituba, configurando-o num assentamento multifuncional com características produtivas agropecuárias e agroindustriais, e com múltiplas formas organizativas.

A seguir apresentam-se estas estruturas produtivas, os grupos de mulheres e outros serviços públicos que empregam também algumas pessoas da comunidade.

### **Entrepósito do Mel – COAPRI**

A COAPRI tem uma fábrica para processamento de mel, mas durante a realização da pesquisa de campo encontrava-se operando abaixo da capacidade instalada.

Os equipamentos disponíveis eram centrífuga, filtro, estufa, dois decantadores, embaladora e balança. O mel produzido podia ser embalado em potes de vidro, de plástico e em sachês.

Funcionando em condições ideais poderia gerar ocupações diretas nas operações de processamento do mel e novos projetos de apicultura, contribuindo para a geração de novas ocupações diretas nos sítios das famílias associadas à Cooperativa.

### **Fábricas de Óleo Vegetal – COAPRI, Áreas III e VI**

Existe no assentamento três prensas para extração de óleo de sementes de amendoim, mamona, pinhão manso, girassol e nabo forrageiro, estando uma, com capacidade para prensar 100 kg de sementes/hora na COAPRI, e outras duas com capacidade de 40 kg/hora cada uma, na COPAVA e no Grupo Chico Mendes, totalizando um rendimento de 180 kg/hora.

A proposta dos agricultores era que fosse produzido óleo para fim energético, utilizado nos tratores da comunidade, e que o excedente fosse vendido para a produção de biocombustível. As prensas também deveriam ser utilizadas para produção de óleo para fins alimentícios, substituindo a compra de óleo nos supermercados das cidades próximas. Esperava-se com isso, além de gerar sete empregos diretos nas extratoras de óleo, reduzir os gastos das famílias com a compra de óleo diesel e óleo para alimentação.

Os resíduos resultantes da extração do óleo (as tortas) deverão ser utilizados como adubos orgânicos nas plantações e/ou como complemento alimentar para as criações a fim de reduzir os gastos com a compra de fertilizantes químicos utilizados na agricultura e de ração para os animais.

### **Fábrica de Ração – COAPRI**

A fábrica de ração também se encontrava subutilizada à época da pesquisa de campo, atendendo apenas as encomendas esporádicas. Quando funcionou em tempo integral (oito horas diárias), pôde gerar três empregos diretos nas atividades de operação.

## **Usina de Leite – COAPRI**

Esta fábrica foi construída em 2007, através de apoio do INCRA, com a finalidade de fazer o beneficiamento e o processamento do leite produzido nas áreas de assentamento da Fazenda Pirituba.

Em 2007, os agricultores, juntamente com os técnicos que prestavam assistência técnica, discutiam o planejamento da produção de leite nos sítios do assentamento, a organização e funcionamento da fábrica e a logística de distribuição dos produtos. A equipe era composta por três trabalhadores assentados que deverão trabalhar na operacionalização das etapas de recebimento e processamento da matéria-prima, um trabalhador responsável pela administração da usina de leite, um veterinário e uma sanitarista, funcionários da Cooperativa Central dos Assentados - CCA.

Para a distribuição dos produtos até os pontos de venda deverá ser contratado o serviço de terceiros.

## **Secador de Grãos – COAPRI**

O secador de grãos pertencente à COAPRI tinha capacidade para secagem de 1000 sacas por dia e em 2007 estava operando abaixo da capacidade instalada. Empregava diretamente três pessoas, membros de famílias assentadas, cujas funções eram controle de estoque, operação de balança e do secador de grãos. O barracão onde estava instalado o secador também serve de local de armazenamento e era onde a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB armazenava suas sacas de grãos por um valor de R\$ 0,25/sc. Também eram prestados serviços de secagem de grãos para terceiros ao custo de R\$ 0,65/sc para sócios e R\$ 0,80/sc para não-sócios da cooperativa (preços referentes a julho de 2007).

## **Manipulação de Plantas Medicinais – Área III**

O coletivo de mulheres da área III foi formado havia onze anos por quatro agricultoras que queriam cultivar plantas medicinais e produzir alguns produtos terapêuticos, resgatando receitas caseiras que os pais usavam com o objetivo de tratar alguns problemas de

saúde. O coletivo era formado por doze mulheres que se reuniam duas vezes por semana para produzir uma grande diversidade de tinturas, sabonetes, xampus, pomadas, xaropes, e cuidar das mais de cem espécies de plantas medicinais cultivadas na horta comunitária.

O coletivo fabricava seus produtos num cômodo de aproximadamente 10 m<sup>2</sup>, mas estavam construindo um prédio novo para abrigar a produção dos fitoterápicos em condições sanitárias que possibilitasse obter registro do Estado para comercialização dos produtos em farmácias. Segundo as integrantes do grupo os produtos apresentavam boa aceitação e com a obtenção de registro poderiam comercializá-los em pontos de venda onde a demanda era maior para esse tipo de produto.

Desde sua constituição o coletivo de mulheres contava com o apoio de diferentes parceiros. No início uma freira de Itaberá e uma agente comunitária do Comitê de Solidariedade Suíço colaboraram com a organização do grupo e com o resgate e ensinamentos de algumas receitas. Algumas mulheres do coletivo da área V que já produziam esses produtos também colaboraram. Além desses apoios, o grupo já participou de cursos que ajudaram no cultivo das plantas medicinais e no aprendizado de novas receitas.

Os recursos obtidos com a venda dos produtos eram investidos na compra de embalagens e outras matérias-primas necessárias à fabricação de novos produtos e, eventualmente, quando havia sobras, era feita a divisão entre as mulheres do coletivo.

O grupo almejava conseguir apoio para terminar a construção do prédio que abrigará a nova fábrica, comprar equipamentos que possibilitasse a fabricação de novos produtos e obter o registro dos produtos para poderem comercializar no mercado local e regional.

### **Fábrica de Doces – Área V**

As tentativas de implantar o trabalho coletivo dentro das áreas de assentamentos como uma forma de aumentar a cooperação entre as famílias assentadas e, em alguns casos, promover a geração de trabalho e renda, tem sido uma constante do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em especial os militantes que atuam na Fazenda Pirituba. Deste estímulo, surgiu no ano de 1999 um grupo de mulheres na Agrovila V interessadas na fabricação de doces artesanais de frutas, olerícolas e leite, produzidas no próprio assentamento e nos quintais de suas casas.



Durante muitos anos as mulheres, em número de doze, envolvidas na fabricação de doces utilizaram uma construção inacabada para fabricarem e participarem de cursos que as qualificassem para este ofício. Com muito esforço e persistência conseguiram construir um prédio novo com recursos próprios e de outras entidades. O acabamento do prédio foi financiado pelo Estado; o material de construção e a mão-de-obra foram financiados pelo próprio grupo através de recursos oriundos da venda dos produtos fabricados; alguns equipamentos (liquidificador industrial e roupas) fornecidos pelo INCRA através de comodato; e o Instituto Amora Carambola forneceu recursos para compra de telas, forro de PVC e outras pequenas adequações, além de curso de capacitação em higiene e boas práticas de fabricação de alimentos e contabilidade. A fábrica conta ainda com os seguintes equipamentos: fogão, estufa, forno para panificação, freezer e balança digital.

As mulheres reuniam-se um dia por semana para a produção de doces e, extraordinariamente, sempre que surgiam encomendas. A periodicidade irregular da renda advinda dos doces tinha como uma das principais razões a dificuldade de comercialização, provocando, às vezes, o encerramento temporário das atividades por até três meses. Como ainda não havia um ponto fixo para a comercialização dos doces, as vendas eram feitas na comunidade local, para visitantes e em feiras de eventos culturais e de promoção da agricultura familiar. Segundo estimativa da agricultora entrevistada, se houvesse a possibilidade de venda dos produtos diretos ao consumidor, seria possível gerar renda mensal de R\$ 200,00 por trabalhadora com um dia de trabalho semanal.

Em 2007 o grupo estava com dificuldades para continuar suas atividades porque a cooperativa (COPANOSSA) da qual eram sócias foi fechada. A partir daquele momento as mulheres tiveram que dedicar um tempo maior na reorganização dos lotes familiares de produção, mas ainda havia o interesse em manter a organização do grupo de mulheres.

### **Manipulação de Plantas Medicinais – Área V**

O mesmo grupo de mulheres que produzia os doces também se reunia as terças e quintas-feiras para a preparação de fitoterápicos e para os tratos com a horta de plantas medicinais.

Criado havia doze anos, antes mesmo de começar a produzir os doces, o grupo devia permanecer com estas atividades, mesmo com as dificuldades decorrentes do fim da COPANOSSA, pois segundo as agricultoras os fitoterápicos eram muito importantes para o uso familiar. Além do valor de uso, os produtos eram comercializados para outras famílias da comunidade, para pessoas que visitavam o assentamento e em eventos e festas. Entretanto, a venda era muito irregular e gerava pouca renda para as mulheres. Normalmente a receita obtida com a venda dos produtos era reinvestida na compra de materiais para a horta e para a farmácia. Para a construção do prédio, aonde fazem os preparos dos fitoterápicos, as agricultoras conseguiram apoio da COPANOSSA e da entidade internacional Irmãos Sem Fronteiras; do MST que contribuiu com o alambrado para a horta de plantas medicinais; e ainda tinha recebido apoio da ONG Giramundo Mutuando com sede no município de Botucatu.

### **Grupo de Artesanato – Área III**

Havia um grupo que se reunia para a confecção de artesanato, porém durante a pesquisa de campo não se encontrava em atividade.

### **Padaria da COPAVA – Área III**

A padaria pertencente à Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida – COPAVA contava com quarenta e seis sócios. A padaria foi criada em 2003 com o objetivo de gerar trabalho (menos penoso) para as mulheres e fornecer pão para os sócios consumirem no café da manhã, pois até então, as famílias consumiam apenas leite e café.

Com o tempo perceberam que além da produção para o autoconsumo poderiam produzir para vender nas seis áreas que compõem o assentamento da Fazenda Pirituba, e assim gerar renda para os sócios da cooperativa. Com as boas perspectivas na comercialização dos pães estavam pensando em ampliar a oferta de pães e iniciar a produção de bolos, biscoitos e bolachas.

A produção diária de pães de sal era de 650 unidades, sendo que 150 eram fornecidos gratuitamente para o consumo das famílias associadas. Além desses pães, duas vezes por

semana também eram produzidos pães doces. Parte das matérias-primas era produzida pela própria cooperativa (ovos e leite) e o restante (farinha de trigo, etc.) era comprado no mercado local. Trabalhavam diretamente na fabricação de pães e na comercialização seis pessoas diariamente (quatro horas de trabalho/dia cada uma).

A padaria estava instalada num prédio exclusivo construído com recursos do antigo PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária)<sup>11</sup> e os equipamentos foram adquiridos com recursos próprios. Os equipamentos utilizados eram forno, máquina de bater, cilindro, máquina de enrolar pão, duas estufas, balança, formas para pão doce. Para a ampliação da produção e diversificação de produtos, outros equipamentos eram necessários.

Um agricultor assentado pelo programa Banco da Terra, vizinho à área III, com experiência na fabricação de pães foi quem ensinou as mulheres a produzi-los, porém, com a diversificação de produtos que estava sendo discutidos, outros cursos serão necessários para capacitação das agricultoras que trabalhavam na padaria.

### **Entreposto de Hortaliças – Área II**

Foi criada uma cooperativa para comercialização de olerícolas produzidas no assentamento. A produção de olerícolas era recente no assentamento e a maior parte da produção concentrava-se na Área II. A cooperativa utilizava a estrutura de um barracão adaptado para receber as caixas de hortaliças dos sócios. Também funcionava no mesmo local um resfriador de leite e o escritório da cooperativa.

### **Oficina para Construção de Equipamentos – COAPRI**

Um projeto em parceria entre o Instituto de Capacitação e Pesquisa em Agroecologia Laudenor de Souza (Escola de Agroecologia do assentamento) e um grupo de pesquisadores da Universidade Politécnica da Catalunya na Espanha vinha formando técnicos em gestão de

---

<sup>11</sup> “o PROCERA propiciava uma linha de assistência creditícia aos beneficiários da política de Reforma Agrária, mediante financiamento de projetos para estruturação de suas capacidades produtivas e, conseqüentemente, para o aproveitamento econômico eficiente das áreas de assentamentos aprovadas pelo INCRA, conduzindo-os às suas devidas emancipações” (JORGE e SOUZA, 2003, p.189). Segundo os autores ainda o PROCERA foi criado em 1986 e posteriormente fundido ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1999.

fontes de energias renováveis a fim de promover o uso dessas fontes energéticas nas áreas do assentamento. Desta parceria surgiu também o interesse dos agricultores em montar uma oficina para fabricar equipamentos para desidratação de frutas e olerícolas; secar plantas medicinais; uso de energia eólica para geração de energia elétrica e bombeamento de água; uso da energia solar para aquecimento de água; uso de energia hidráulica para bombeamento de água e energia elétrica.

Esta proposta estava sendo discutida entre os agricultores e os pesquisadores envolvidos na parceria.

### **Serigrafia - COAPRI**

Um agricultor assentado tinha qualificação em serigrafia e estava capacitando dois jovens do assentamento para trabalharem neste ofício.

### **Escola Municipal Terezinha de Moura - Área I**

Esta escola oferecia Maternal, Jardim, Pré-escola e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, para um total de 182 alunos provenientes das áreas do assentamento e de fazendas vizinhas.

Contava com a infra-estrutura de quatro salas de aula, biblioteca, cozinha, almoxarifado, sala de professores, sala ambiente (para brincadeiras), quadra coberta usada em conjunto com a Escola Franco Montoro.

A escola tinha um total de quinze pessoas distribuídas nas seguintes funções: uma diretora; oito professores, sendo três membros de famílias assentadas e cinco do município de Itapeva; duas funcionárias que trabalhavam na cozinha, sendo uma assentada; dois funcionários no setor administrativo e; dois no setor de manutenção.

### **Escola Estadual Agrovila III**

A escola oferecia curso de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, pré-escola (municipal) e educação de jovens e adultos, totalizando um total de 130 alunos matriculados.

Possuía um quadro com três funcionárias, sendo uma de serviços gerais (assentada), uma cozinheira (assentada) e uma auxiliar administrativa (moradora em sítio vizinho ao assentamento) e com oito professores moradores na cidade.

A infra-estrutura da escola contava com duas salas de aula, uma secretaria, uma cozinha, uma biblioteca, quatro banheiros, uma dispensa, além de um pátio e uma pequena varanda com cobertura.

### **Escola Municipal Governador Franco Montoro – Área I**

A escola oferecia Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série a uma média de 25 a 28 alunos por sala. Os alunos tinham aulas de canto oferecidas pelo Projeto Guri na sede do município de Itapeva.

Apresentava uma infra-estrutura composta por uma sala de direção, uma dos professores, duas de aula, uma de informática, biblioteca, cozinha, mini-almojarifado, casa de caseiro (cozinha, dois quartos, sala, banheiro), quadra coberta, mini-dispensa na cozinha, e duas salas de aula em construção.

O corpo de funcionários era composto por um diretor; sete professores; três funcionárias que trabalhavam na cozinha, sendo duas assentadas e; quatro funcionários administrativos, sendo um membro de família assentada.

### **Escola Laudenor de Souza**

Foi criado o Instituto de Capacitação e Pesquisa em Agroecologia Laudenor de Souza, localizado na área pertencente a COAPRI, no intuito de fortalecer as ações e parcerias na área de educação e capacitação técnica dos agricultores assentados e seus filhos. Desde o segundo semestre de 2007 estava sendo oferecido um curso técnico profissionalizante (ensino médio) em agroecologia para sessenta alunos, filhos e filhas de agricultores de diversos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Este curso fazia parte de um convênio estabelecido entre a Unicamp, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Laudenor de Souza.

A Escola Laudenor de Souza contava com uma infra-estrutura de três salas para alojamento, uma sala de aula, uma cozinha e um refeitório, banheiros convencionais e secos, aquecimento de água para banho com células solares, escritório, biblioteca e uma área experimental para agricultura. Também serão construídas outras salas de aula e um anfiteatro no local.

### **Escola Estadual Agrovila I**

Esta escola oferecia ensino médio e supletivo no período noturno e funcionava nas mesmas dependências da Escola Municipal Governador Franco Montoro.

### **Escritório dos Técnicos – COAPRI**

O escritório instalado na área pertencente à COAPRI atendia as seis áreas do assentamento. O corpo técnico era formado por um médico veterinário (CCA), uma engenheira de alimentos (CCA), um engenheiro florestal (INCRA), um técnico em contabilidade (INCRA), três técnicos agrícolas (INCRA), um técnico em administração (INCRA) e dois técnicos veterinários (INCRA) que prestavam serviços aos agricultores e às suas cooperativas.

### **Posto de Saúde - Área I**

O posto foi criado no ano de 1989 para o atendimento básico de saúde às pessoas que moravam no assentamento e em áreas vizinhas.

A equipe de funcionários contava com um oficial administrativo; dois auxiliares de serviços gerais, sendo um assentado; dois técnicos de enfermagem, sendo um assentado; um médico; dois agentes comunitários membros de famílias assentadas e um motorista.

A infra-estrutura do posto contava com sala de curativos, sala de esterilização, sala de pré-consulta, sala de vacina, farmácia, enfermaria com banheiro, consultório, sala de reunião com banheiro, cozinha com banheiro.

O atendimento médico básico era realizado as terças e sextas-feiras e quando havia necessidade de atendimento especializado, deslocava-se um médico especialista do município para o posto de saúde.

### **Posto de Saúde - Área III**

O posto funcionava desde 1989 e contava com os serviços de um atendente fixo e duas agentes de saúde local, estas, assentadas na mesma área do assentamento (uma era casada com filho de agricultor assentado e a outra era filha de agricultor assentado).

No posto eram tratados apenas os problemas básicos de saúde e quando havia necessidade de atendimento médico especializado os pacientes eram encaminhados para a sede do município, distante cerca de vinte quilômetros.

O posto contava com uma infra-estrutura de duas salas de médico, sala de atendimento, duas cozinhas, dois banheiros e sala de remédios.

### **Bairro de Engenheiro Maia**

O bairro rural de Engenheiro Maia dista cerca de cinco quilômetros da agrovila V e também oferecia alguns serviços aos agricultores, tais como, escola, correios, posto de saúde, mercado, bares e onde se localiza o escritório local dos técnicos de campo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP.

### **Outras ocupações dentro do assentamento**

Dentro do assentamento também existiam outras atividades que geravam renda e trabalho e que eram de propriedade de algumas famílias assentadas. Verificou-se a existência de pequenos comércios como, mercado, bares, mercearias e restaurantes, e uma oficina mecânica para caminhões, tratores e carros.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A proposta para realização desta pesquisa nas áreas do assentamento surgiu após observações e conversas informais com os agricultores e participação em reuniões desde o ano de 2004, quando se constatou a problemática para geração de trabalho e renda na comunidade, culminando, em parte, com a saída de jovens para trabalhar e até mesmo morar em cidades da região e de outros Estados.

Embora os primeiros passos para a realização da pesquisa tivessem ocorrido em 2004, numa reunião realizada no dia 17 de fevereiro de 2007 no escritório do Instituto de Tecnologia e Pesquisa Agroecológica Laudenor de Souza (Escola de Agroecologia), localizado na Sede Social do Assentamento Rural da Fazenda Pirituba II, que contou com a participação de quatro líderes comunitários, foi apresentada e discutida a intenção da pesquisa no intuito de esclarecer o tipo de contribuição que poderia trazer à comunidade, confirmar o interesse da comunidade na execução da pesquisa e definir as estratégias e calendário para o início das visitas aos agricultores locais a fim de dar continuidade à coleta de informações.

O principal motivo da escolha da pluriatividade como objeto de pesquisa deveu-se ao fato de se tratar de um tema novo, e que necessitava de estudos empíricos, a fim de aprofundar a compreensão desse processo social em curso nas áreas de agricultura familiar no Brasil e também em outras partes do mundo. Particularmente nas áreas do assentamento da Fazenda Pirituba II este tema ainda não tinha merecido estudo científico como uma das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, diferentemente de outros assuntos, tais como a agricultura e a agroecologia. Assim, ao constatar que havia outras estratégias, além da agricultura, que faziam parte das ações dos agricultores para resolver alguns de seus problemas de trabalho e renda, resolveu-se explorá-lo como objeto de investigação científica.

A pluriatividade é entendida como diferentes processos sociais resultantes das relações socioeconômicas construídas pelas famílias agricultoras com outros agentes sociais num ambiente contraditório, ao mesmo tempo cooperativo e conflituoso. Quer dizer, em determinados momentos as famílias cooperam e contam com o auxílio de outros agentes representantes de instituições governamentais e de organização não-governamentais para o investimento na criação de novas ocupações não-agrícolas, como por exemplo, a implantação de agroindústrias financiadas pelo Estado e apoiadas por agentes não-governamentais no



processo de planejamento e na capacitação para a gestão. Durante a realização da pesquisa de campo, em 2007, notou-se o apoio estatal na implantação das agroindústrias extratoras de óleo e a usina para produção de leite pasteurizado e queijo. Porém, nem sempre a política do Estado atende aos interesses de classe dos agricultores assentados, pelo contrário, marginaliza-os. Portanto, o pensamento que orienta a explicação da pluriatividade é do tipo relacional. Este tipo de pensamento procura “investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas. Parte-se do pressuposto de que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade. Ao contrário, esses processos estão sempre profundamente vinculados às desigualdades culturais, econômicas e políticas que dominam nossa sociedade” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001, p.139).

Pensando relacionalmente faz-se uso da noção de *campo* de Bourdieu para a construção do objeto de pesquisa e que, portanto, orientou todas as opções práticas da pesquisa. Esta noção “funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 2001, p.27). Desta forma, defende o autor que o mundo social não deve ser pensado de maneira realista, mas que deve pensá-lo relacionalmente. Por exemplo, ao invés de pensar a pluriatividade como uma característica em si mesma, um tipo de ação que identifica um grupo de agricultores ou como antagonismos entre grupos, propõe pensá-la como forma de um espaço de relações sociais.

#### **4.1 A Família como Universo de Observação**

Antes de apresentar as razões pelas quais se considera a família como unidade de observação, convém apresentar e discutir brevemente a noção de família e definir o conceito de família utilizado neste trabalho.

Na bibliografia científica se encontram algumas definições de *família*. No entendimento de SCHNEIDER (2003) ao estudar a agricultura familiar na região Sul do Brasil, por exemplo, a família é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Está

ligada por laços de parentesco e/ou consangüinidade, podendo pertencer outros membros não consangüíneos. Desta forma o autor qualifica a família agricultora, diferenciando-a de um grupo qualquer de pessoas.

ALMEIDA (1986) apresentou também algumas definições de família, assim descritas:

(I) “...família são as pessoas que pertencem a uma unidade doméstica. São os que compartilham uma casa e uma cozinha, e que (como ocorre em áreas rurais) trabalham conjuntamente (grupo doméstico)” (ALMEIDA, 1986, p.68).

Em seguida restringiu esta definição,

(Ia) “exigindo que o grupo doméstico para ser família, constitua-se de parentes. (...) Parentes seriam, digamos, pessoas ligadas por uma linguagem de filiação e casamento” (ALMEIDA, 1986, p.68).

Ou seja, *família* neste caso são as pessoas que moram juntas, trabalham juntas e são parentes. No caso II, família é, a priori, um conjunto de parentes. Em seguida restringe esta noção dizendo que também é um grupo econômico (IIa), isto é, uma unidade de consumo e de trabalho.

(II) “... família é algo intrínseco: refere-se a *um determinado conjunto de parentes*, que é previamente especificado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) e há outros tipos (a idéia subjacente é que a família é uma unidade de produção de novas pessoas)” (ALMEIDA, 1986, p.68 – grifo do autor).

(IIa) “Se acrescentarmos a II a exigência de que a família (no sentido intrínseco) seja também um grupo econômico (unidade de consumo, unidade de trabalho), temos uma acepção mais restrita de II” (ALMEIDA, 1986, p.68).

As noções I e II são diferentes. Já as noções Ia e IIa se aproximam, mas partindo de pontos distintos. No caso IIa tem-se que *família* é antes de tudo formada por parentes, acrescida da função econômica. Por outro lado, no caso Ia, tem-se por *família* um grupo de pessoas que moram e trabalham juntas e, somente *a posteriori*, é que se determina que devam ser parentes.

Outros termos e tipos de famílias são amplamente encontrados nos textos bibliográficos, mas restringiu-se a expor e discutir aqueles conceitos que mais se aproximavam ao tipo de família que foi objeto do presente estudo e que ajudavam a explicá-la. Neste sentido, apresenta e discute-se, a seguir, a noção de família extensa por ser esta a forma usada como universo de observação nesta pesquisa.

Por família extensa “...subentende-se a idéia de uma unidade técnica comum que aqui é mais que uma casa: um lote de terra, reciprocidade, cooperação econômica; mais residências separadas e áreas distintas de cultivo” (ALMEIDA, 1986, p.69).

A unidade técnica a que se referia o autor é o que ele definiu de *grupo doméstico* (unidade residencial e de consumo) associada à unidade de trabalho. Aqui, portanto, a família extensa é entendida como um grupo de pessoas que vivem num mesmo espaço físico (uma propriedade rural, p.ex.), independente de laços de parentesco e consangüinidade, mas que apresentam vínculos de reciprocidade e cooperação econômica, mesmo habitando residências separadas e cultivando áreas distintas.

Podia também, para este autor, designar um conjunto de duas ou mais famílias conjugais que tenham vínculos de parentesco.

Neste caso, é o parentesco que define a família extensa, desde que, obviamente, haja mais de uma família conjugal. Família extensa também apresenta diferenças tipológicas. Por exemplo,

“Famílias-tronco são um caso de famílias extensas (...), onde as famílias conjugais agrupadas compartilham uma residência e são ligadas por filiação... O outro tipo, onde famílias conjugais moram em residências distintas e são ligadas também por fraternidade, poderia então ser chamado de família ramificada” (ALMEIDA, 1986, p.69).

O que diferencia um tipo do outro é, sobretudo, o compartilhamento ou não da mesma residência.

Assim, para a realização desta pesquisa e atendimento dos objetivos propostos foi usada a noção de família extensa, entendida como duas ou mais famílias conjugais vinculadas por laços de parentesco e consangüinidade (composta por pais, filhos e outros agregados consangüíneos ou não), que geralmente habitam residências diferentes e podem ou não exercer cooperação econômica e no trabalho.

A escolha, portanto, da família como universo de observação se justifica porque é no seu interior que se origina as decisões das estratégias a serem adotadas para a reprodução do grupo. Também é ela quem regula as relações sociais de seus indivíduos dentro e fora de seus limites. Como bem colocou CARNEIRO (1999), a família como universo de observação se justifica porque desempenha a função de agente integrador das relações sociais no interior dos estabelecimentos de agricultura familiar; a qualidade das relações sociais da família agrícola é muito diversa, mas é nas interrelações entre os domínios do parentesco e do trabalho que se encontram os principais sistemas de relações que articulam e estruturam os indivíduos na unidade familiar e na de produção. A unidade familiar (mais que laços de aliança e consangüinidade) deve ser percebida como um valor (próximo a um sentimento de identidade) que integra seus membros, dando sentido às suas relações, e informa as estratégias coletivas e individuais; permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da produção.

É por estes motivos que a autora sustentava também que a análise deveria ser orientada para as relações entre os agentes sociais na dinâmica de reprodução social, e que a família deveria ser vista como unidade de reprodução social (e não apenas como unidade de produção), pois, havia complexas relações sociais definindo e redefinindo a família na agricultura familiar pluriativa.

Para este trabalho, portanto, foi utilizada a noção de família extensa como universo de observação, a fim de possibilitar a análise da inserção profissional de duas gerações de agricultores assentados na Fazenda Pirituba II. Com isso, foram entrevistadas as famílias mais velhas (primeira geração assentada), para que se pudessem ter filhos com idade suficiente para exercer alguma atividade profissional, e que também, geralmente, estariam compondo outros núcleos familiares (famílias nucleares). Entretanto, apesar de priorizar as famílias mais velhas,

quando alguma não era encontrada e sorteava-se uma nova, ocorria, às vezes, dessa família caracterizar-se mais como uma família nuclear ou grupo doméstico do que como família extensa, pois seu ciclo de vida não tinha sido completado e os filhos ainda não haviam constituído outro núcleo. Isto foi mais comum nas áreas de assentamento mais novas.

As famílias entrevistadas foram agrupadas em duas categorias de acordo com a natureza das atividades que desenvolviam. Isto é, as famílias que praticavam exclusivamente atividades agrícolas foram denominadas de *famílias agricultoras* e aquelas que além da agricultura desenvolviam atividades não-agrícolas foram chamadas de *famílias pluriativas*. Contudo, salienta-se que não se trata, *a priori*, de considerá-las atores sociais diferentes. Esta construção teve a serventia de identificar as famílias que desenvolviam e aquelas que não desenvolviam atividades não-agrícolas a fim de possibilitar o estudo no que diz respeito à dinâmica da pluriatividade.

**Família Pluriativa** é aquela família extensa (composta por pais, filhos e outros agregados consangüíneos ou não) onde pelo menos um membro da família exerce atividade não-agrícola remunerada, dentro ou fora da unidade familiar, e existe pelo menos uma das seguintes relações de trabalho, moradia, renda ou consumo entre este membro e o restante da família.

**Família Agricultora** é a família extensa onde os membros exercem atividades exclusivamente agrícolas no interior da unidade familiar, ou do grupo a que pertence, podendo realizar ainda algum tipo de transformação de produtos agropecuários destinados ao autoconsumo familiar. Parte dos membros pode exercer atividades não-agrícolas fora da unidade de produção, porém, não há qualquer tipo de relação de trabalho, renda, consumo ou moradia com o restante da família que continua vivendo no sítio.

## 4.2 Unidade Amostral

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira para uma caracterização geral das famílias nos dois conjuntos pluriativas e agricultoras com a identificação de tipologias dessas famílias. A segunda (Etapa II) foi importante para o aprofundamento da análise considerando cada tipo detectado anteriormente.

Inicialmente foram obtidas seis Listas de Beneficiários fornecidas pelo escritório local do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde constavam todas as 361 famílias assentadas nas seis áreas que compõem o assentamento rural da Fazenda Pirituba II. Deste número total de famílias foram subtraídas as famílias transferidas da área VI para a área I (área do “Pastão”) e os filhos(as) assentados de pais também assentados a fim de que sobrassem somente os pais nas novas listas denominadas por *famílias aptas para os sorteios* (Tabela 7). Esta triagem foi realizada com o auxílio de técnicos do INCRA e de agricultores e se justifica por dois motivos: a) a pesquisa buscou privilegiar as famílias com mais tempo de assentamento e por esta razão as famílias transferidas para a área I no ano de 2000 foram excluídas do sorteio; b) como a unidade de observação é a família extensa, ao sortear os pais toda família estaria participando da pesquisa.

Com as seis listas das *famílias aptas para o sorteio* foram realizados os sorteios, um para cada área do assentamento de modo que em cada amostra estivessem representadas aproximadamente dez por cento das famílias assentadas, constituindo um total de trinta e duas famílias entrevistadas posteriormente (Tabela 7).

**Tabela 7.** Número de famílias assentadas aptas para o sorteio e entrevistadas, 2007

área	famílias assentadas	famílias aptas para o sorteio	famílias entrevistadas Etapa I
I	106	94	9
II	56	56	6
III	72	72	5
IV	50	42	5
V	39	26	3
VI	38	38	4
Total	361	328	32

Fonte: dados da pesquisa.

Para a realização da segunda etapa, as trinta e duas famílias entrevistadas anteriormente foram caracterizadas enquanto família agricultora e família pluriativa. Do total, dezenove famílias caracterizaram-se como *agricultoras* e treze como *pluriativas*.

As informações obtidas com o primeiro questionário permitiram construir ainda seis diferentes tipos de famílias pluriativas e dois tipos de famílias agricultoras em virtude da

natureza das atividades produtivas realizadas pela família e seus membros. As famílias foram distribuídas dentro dessa classificação, e através de escolha intencional planejou-se aplicar um segundo questionário de modo a aprofundar a análise da pluriatividade em pelo menos uma família representante de cada tipo. Entretanto, as famílias pluriativas de tipos III, V e VI não foram entrevistadas na segunda etapa porque elas não foram encontradas e, no caso dos dois últimos tipos, as atividades não-agrícolas mencionadas não vinham sendo realizadas nos últimos meses.

Mesmo com o foco no estudo da pluriatividade optou-se pela realização inicial de entrevistas aleatoriamente definidas por sorteio com a intenção de conhecer a quantidade relativa de famílias pluriativas e de famílias agricultoras presentes nas áreas do assentamento, ao invés de entrevistar somente as famílias pluriativas e com isso não poder registrar a distribuição relativa do fenômeno no local de estudo.

#### **4.3 Procedimentos e instrumental de coleta e análise de dados**

Os procedimentos e instrumentos para a coleta e análise de dados são bastante variados e pesquisas qualitativas exigem a utilização de muitas delas. Para a realização deste trabalho, por exemplo, foram usadas diferentes técnicas após a reunião de apresentação do projeto aos líderes comunitários e a obtenção de sua anuência para desenvolver a pesquisa na comunidade.

Dentre as técnicas utilizadas, primeiramente buscou-se documentos que trouxessem informações secundárias sobre o assentamento, tais como relatórios, teses e dissertações, artigos publicados em revistas científicas e capítulos de livros que retratassem algum aspecto da comunidade. Estes documentos permitiram traçar um resumo da história do assentamento e da situação social e econômica da comunidade.

Para conhecer a realidade dos municípios onde se localizavam as áreas do assentamento foram feitas pesquisas em sítios da internet e visitas ao município de Itapeva a fim de obter informações sobre a história e a socioeconomia local.

Para a pesquisa de campo no assentamento foram usadas diferentes técnicas de coletas de dados em cada uma das etapas do trabalho no intuito de coletar e confirmar as informações obtidas.

Nas entrevistas com as trinta e duas famílias na 1ª Etapa foi utilizado um questionário estruturado com perguntas abertas<sup>12</sup> (vide APÊNDICES) com o objetivo de coletar informações para caracterização geral das famílias. Interessava neste momento saber a composição da família; a posição de cada membro na família; atividades que cada um desenvolvia e onde trabalhava; a forma de organização do trabalho e o local de moradia dos filhos e filhas. Conhecendo as atividades laborais da família foi possível caracterizá-la enquanto família pluriativa ou família agricultora. Estas entrevistas duravam em torno de dez a quinze minutos cada uma.

Na 2ª Etapa entrevistou-se uma sub-amostra das famílias da 1ª Etapa no intuito de obter informações mais detalhadas e aprofundadas sobre a caracterização da família; as atividades laborais desenvolvidas por seus membros; a renda da família e de seus membros e; perguntas que expressassem a opinião do entrevistado sobre alguns assuntos. Nestas entrevistas foi utilizado um questionário estruturado com perguntas abertas (vide APÊNDICES) a fim de permitir ao entrevistado maior grau de liberdade para expressar suas respostas. Estas entrevistas duravam em torno de uma a uma hora e meia cada.

Para obtenção de informações sobre as estruturas produtivas agroindustriais, postos de saúde, escolas, dentre outras, foram utilizadas as técnicas de observação *in loco* e entrevista semi-estruturada com líderes comunitários, diretores e funcionários de escolas e trabalhadores que operavam os equipamentos nas agroindústrias a fim de que essas informações auxiliassem na caracterização produtiva e de geração de trabalho não-agrícola dentro do assentamento.

As entrevistas semi-estruturadas foram feitas também com técnicos, filhos das famílias assentadas e com líderes comunitários a fim de coletar informações complementares e cruzar aquelas obtidas nas etapas anteriores.

A utilização do caderno de campo<sup>13</sup> se mostrou importante em todas as etapas do trabalho, pois permitiu que muitas anotações fossem feitas durante as entrevistas com os agricultores e os técnicos locais. Impressões e observações realizadas no deslocamento entre as áreas do assentamento também foram anotadas em caderno de campo. Este procedimento mostrou-se eficaz para a anotação dessas informações, pois, ao funcionar como uma memória

---

<sup>12</sup> Ver técnicas de coleta de dados em CERVO e BERVIAN (1976, p.145).

<sup>13</sup> Informações sobre a técnica do Caderno de Campo em WHITAKER (2002).



escrita possibilitou, em diferentes momentos, relembrar situações sobre a vida no assentamento durante as visitas em campo.

No intuito de maximizar a confiabilidade das informações obtidas e fazer o cruzamento de dados foi usado o critério de permanência em campo. Durante a fase inicial de aproximação e de coleta de dados em campo foram feitas cinco visitas de aproximadamente cinco dias cada uma. Antes dessas visitas para a coleta sistemática de dados, foram feitas diversas visitas de um dia a partir de agosto de 2004, quando do início do curso de doutorado.

Quando as visitas eram de cinco dias os deslocamentos foram feitos de motocicleta até o assentamento (distante 220 km da cidade de origem) e entre as seis áreas que o compõe. Como a distância entre as áreas é relativamente grande, isto é, mais de quatro quilômetros, o uso de um veículo automotor facilitou o deslocamento para a realização das entrevistas e das observações. Nas visitas de um dia o trânsito se dava por “carona” em projetos de extensão, em que também participava e aproveitava-se a oportunidade para coletar novas informações.

Quanto à hospedagem fez-se uso do alojamento coletivo dos técnicos do assentamento e duas vezes da casa de uma família assentada. Este tipo de hospedagem dentro do próprio assentamento contribuiu para uma maior aproximação junto aos técnicos e agricultores e assim melhorar a compreensão dos objetivos da pesquisa e sua importância para o planejamento de atividades no interior da comunidade. Quanto à alimentação, ora fazia-se em pequenos restaurantes, ora nas casas das famílias que estavam sendo entrevistadas, ora no alojamento dos técnicos, todas as opções dentro do próprio assentamento.

A receptividade dos agricultores, dos técnicos, das lideranças locais, dos diretores e funcionários das escolas e dos postos de saúde foi muito boa, não havendo quem rejeitasse ser entrevistado. As maiores dificuldades era encontrar alguns agricultores em suas casas para agendar uma data para as entrevistas e a disponibilidade de tempo deles, pois, durante a realização da pesquisa de campo houve liberação de recursos do governo federal para reformas, ampliações e construções de casas e os agricultores precisaram organizar mutirões<sup>14</sup> para cumprir com os prazos estabelecidos pelo governo. Apesar disso estiveram sempre

---

<sup>14</sup> Os mutirões eram formados por representantes (chefes e filhos) de 3 a 4 famílias com maior afinidade entre si ou com algum grau de parentesco. Geralmente o mestre de obras era um agricultor assentado na própria Fazenda Pirituba e, eventualmente, era remunerado pelo serviço prestado ao grupo. Assim que terminava a etapa da obra numa família, passava-se imediatamente para a obra de outra família do grupo de mutirão.

receptivos e não houve nada que impedisse a obtenção das informações, à exceção das famílias não encontradas por ocasião da entrevista.

## **5. PLURIATIVIDADE NO ASSENTAMENTO RURAL DA FAZENDA PIRITUBA**

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa de modo a subsidiar as discussões em torno da questão central desta tese, isto é, analisar a pluriatividade enquanto estratégia de reprodução social e econômica do agricultor familiar.

O capítulo está organizado em duas seções, uma com apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir das entrevistas com as famílias nas etapas I e II, e numa segunda parte a análise da pluriatividade nos grupos formais e informais (cooperativas e grupos de mulheres).

### **5.1 A pluriatividade no interior das famílias entrevistadas**

As famílias assentadas na Fazenda Pirituba têm suas origens ligadas à agricultura e a vida rural. Antes de serem assentadas viviam e trabalhavam nos municípios da própria região e, algumas delas vieram de Arapoti, Estado do Paraná. Levavam a vida de trabalhadores rurais pobres em condições precárias, sem estabilidade no trabalho e tendo que migrar constantemente em busca de ocupação e renda para sustentar a família. Geralmente trabalhavam na condição de diaristas (bóias-frias) em fazendas, outros arrendavam um pedaço de terra para cultivo de plantas e criação de animais e outros ainda eram posseiros. Raramente tinham um emprego formal, com os direitos trabalhistas atendidos.

Esta condição de vida migrante e precária, associada à deficitária infra-estrutura de comunicação e educação da época, dificultava o acesso aos serviços de saúde e de educação resultando num baixo nível de escolaridade como colocado mais à frente.

Dispostos e incentivados a melhorar sua qualidade de vida e lutar para ter seus direitos respeitados foi que, no início da década de 1980, começaram a se organizar na busca de um item básico para a vida e o trabalho do agricultor: a terra. Assim, começaram os esforços para o acesso a terra e até hoje continuam sua trajetória, elaborando e combinando outras estratégias para continuar se reproduzindo no que consideram seu “pedaço de chão”.

### 5.1.1 Características das famílias entrevistadas na Etapa I

Além da agricultura, outras atividades tidas como não-agrícolas fazem parte da paisagem do assentamento rural da Fazenda Pirituba, e com o decorrer dos anos nota-se sua ampliação e importância para o conjunto daquelas famílias.

As entrevistas realizadas com as trinta e duas famílias assentadas permitiram verificar que treze (40,6%) caracterizavam-se por serem pluriativas e dezenove (59,4%) por serem agricultoras (Tabela 8).

**Tabela 8.** Caracterização das famílias amostradas, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Caracterização da família	Número de famílias	% de famílias
pluriativa	13	40,6
agricultora	19	59,4
Total de famílias	32	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Ao classificar as famílias pluriativas de acordo com a natureza das ocupações e das relações de trabalho, foi possível delinear a seguinte tipologia:

- Tipo I (agricultores + assalariados): são aquelas famílias que praticavam atividades agrícolas e parte de seus membros são assalariados, havendo algum tipo de relação seja de trabalho, renda, produção ou consumo com o grupo doméstico que mora no sítio;

- Tipo II (agricultores + indústria caseira): famílias que praticavam atividades agrícolas e de processamento de alimentos ou de outro tipo na própria casa com finalidade comercial, como por exemplo, a fabricação caseira de queijos, doces, salgados, etc. Podia ou não ter membros assalariados, porém, sem haver qualquer tipo de relação seja de trabalho, renda, produção ou consumo com o grupo doméstico que mora no sítio;

- Tipo III (agricultores + indústria + assalariados): eram as que praticavam atividades agrícolas, industriais e/ou agroindustriais, geralmente em grupos informais ou formais (cooperativas, associações) e com finalidade comercial, como por exemplo, a fabricação de pães, leite e queijos beneficiados e processados, doces, salgados, etc., e ainda havia membros assalariados com algum tipo de relação, seja de trabalho, renda, produção ou consumo com o

grupo doméstico que morava no sítio. Podia ou não ter outros membros assalariados sem nenhuma das relações acima citadas;

- Tipo IV (agricultores + indústria + comércio + assalariados): famílias que praticavam atividades agrícolas, industriais e/ou agroindustriais, geralmente em grupos informais ou formais (cooperativas, associações) e com finalidade comercial, comércio informal e ambulante e ainda havia membros assalariados com algum tipo de relação, seja de trabalho, renda, produção ou consumo com o grupo doméstico que morava no sítio. Podia ou não ter outros membros assalariados sem nenhuma das relações acima citadas;

- Tipo V (agricultores + serviços eventuais): famílias que praticavam atividades agrícolas e prestavam serviços eventuais em atividades não-agrícolas, tais como, ajudante de pedreiro, pedreiro, eletricista, etc;

- Tipo VI (agricultores + artesanato): eram as famílias que praticavam atividades agrícolas e eventualmente faziam artesanato.

De maneira semelhante também foram classificadas as famílias agricultoras em dois tipos diferentes, quais sejam:

- Tipo VII (agricultores puros): famílias que praticavam atividades agrícolas exclusivamente;

- Tipo VIII (agricultores e assalariados sem relação): as famílias que praticavam atividades agrícolas e parte de seus membros eram assalariados, porém, sem haver qualquer tipo de relação seja de trabalho, renda, produção ou consumo com o grupo doméstico que morava no sítio.

Entre as famílias pluriativas, os Tipos I e II tiveram quatro ocorrências cada, o Tipo III, duas, os Tipos IV, V e VI, uma ocorrência cada, sendo que os Tipos V e VI informaram que não vinham realizando trabalho não-agrícola no período em que as entrevistas foram feitas. Estavam se dedicando exclusivamente à agricultura e era dela que advinha a renda das famílias. Entre as agricultoras, o Tipo VII apresentou dezessete ocorrências e o Tipo VIII, apenas duas.

Esses tipos demonstram que as famílias acionavam diferentes estratégias a fim de garantir sua reprodução. A análise de alguns fatores, em maior profundidade mais adiante, permitiu observar as formas como a pluriatividade se manifestava no conjunto dos tipos detectados.

Quando se passa à organização do trabalho observa-se que havia heterogeneidade nas formas encontradas, porém com predomínio da mão-de-obra familiar, assim como ocorria em outras áreas de assentamentos rurais pelo país como bem observou LEITE et al. (2004). A maioria das famílias entrevistadas realizava as atividades produtivas apenas com a participação da mão-de-obra familiar e no próprio sítio (19 famílias ou 59,4% - familiar); seis famílias (18,7%) declararam participar de grupos distintos (cooperativas, grupos informais) onde o trabalho era realizado conjuntamente com outros agricultores do mesmo grupo na porção de terras pertencente ao grupo (coletiva); cinco famílias (15,6%) participavam de grupo familiar onde os núcleos familiares de pais e filhos assentados trabalhavam juntos (coletivo familiar); e duas famílias (6,3%) se declararam mistas, isto é, uma fração das terras do sítio de cada família era explorada pelos seus próprios membros e a outra parte se juntava às terras de outros agricultores para que o trabalho fosse realizado coletivamente por todos aqueles pertencentes ao grupo (Tabela 9).

**Tabela 9.** Formas de organização do trabalho, por tipo e total de famílias entrevistadas, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Organização do trabalho	Caracterização da família				Total de famílias	
	Pluriativa		agricultora		n <sup>o</sup>	%
	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%		
coletiva	3	23,1	3	15,8	6	18,7
coletivo familiar	3	23,1	2	10,5	5	15,6
familiar	7	53,8	12	63,2	19	59,4
mista	-	-	2	10,5	2	6,3
<b>Total de famílias</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Entre as famílias pluriativas e agricultoras também predominava o trabalho familiar e, diferentemente das famílias agricultoras, nas pluriativas não existia a forma de organização ‘mista’.

No trabalho de COSTA e BERGAMASCO (2003), realizado no mesmo assentamento, há um depoimento de assentado que afirma sempre ter havido cooperação entre os agricultores. Diz ele:

“(…) na verdade a história lá do assentamento, lá da Pirituba, da cooperação tem alguns fatores importantes que é primeiro a grande maioria dos assentados, acampados e assentados, são pequenos agricultores, são camponês. E, eles tinham um pouco de tradição de cooperação. Quer dizer, o camponês tradicional, ele desenvolve a cooperação naturalmente, troca de trabalho, troca de serviço, ajuda mútua, então, é um processo já que ele traz como experiência dele próprio. Este foi um fator que pesou bastante. Outro foi o período, *o Estado teve também uma presença muito forte na definição de como iniciar o assentamento, já iniciou de uma forma associativa. Já criou a associação para iniciar o assentamento*” (pág.131 – grifo das autoras).

Mas, assim como há a tradição da cooperação entre os agricultores, também houve neste caso, a “imposição” por parte do Estado, da adoção do modo de organização coletiva da produção, materializada na criação da associação:

“Houve todo um processo de indução para a adoção da forma coletiva de organizar a produção, em função principalmente do capital disponível. (...) Tudo era decidido em assembléia, mas os elementos necessários à tomada de decisão pertenciam mais a um agente social do que a outro, ou seja, os técnicos detinham um saber que não era de domínio dos assentados, e estes por sua vez decidiam com base em seus interesses de momento” (COSTA e BERGAMASCO, 2003, p.133).

De fato não foram atendidas plenamente as reivindicações e anseios dos assentados, mas imposto um modelo de organização de interesse do governo, e as assembléias para a tomada de decisão serviam apenas para referendar o que o Estado apresentava como única proposta. Nas palavras de um assentado local:

“Nós podemos fazer isso ou isso, mas isso é mais fácil, então aí, votamos nisso, que é mais fácil. Então, tipo assim, nós podemos dividir essa terra toda em lote de 7 alqueire e dar para cada um, mas podemos não dividir, mas receber financiamento para a compra de máquinas e tudo que nós precisamos, se for coletivo. O que vocês preferem? Ah, preferimos então o coletivo. Nós podemos plantar isso aqui, um pedacinho cada um, com os recursos que tem, mas podemos financiar através da Caixa, mas tem que ser coletivo. O que vocês preferem? Preferimos o coletivo. Então, foi um processo de indução, e o dinheiro, fator principal para induzir” (COSTA e BERGAMASCO, 2003, p.133-134).

Esta experiência aconteceu na criação das áreas I e II do assentamento rural Fazenda Pirituba II. Com o surgimento das outras áreas, esta e outras formas de organização do trabalho agrícola também foram experimentadas e o que se vê ao longo da história é um contínuo processo de criação e recriação de formas de organização coletiva, coletivo familiar, familiar e mista.

O fato de algumas famílias optarem exclusivamente pelo trabalho familiar, depois de algum tempo atuando coletivamente em associação ou cooperativa, pode ser explicado pela estranheza a este tipo de organização e não simplesmente pela aversão à cooperação, pois, conforme depoimento anteriormente constatado, a cooperação entre os agricultores faz parte de seu *modus operandi*. Logo, a imposição de formas coletivas de organizar a produção e o trabalho não é a maneira mais ajustada à cooperação, que pode estar naturalmente presente entre os agricultores. Esta maneira de agir e as formas de organização coletivas impostas, muitas vezes, vai contra o projeto de autonomia da família que perde seu relativo poder de decisão sobre a produção, uma vez que esta passa a ser decidida coletivamente. Fica claro que esta situação de convívio forçado na tomada de decisões conjuntas gera insatisfação ao longo do tempo. Isto é, a função do *pai de família* não se realiza, pois, se perde “a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho” (WOORTMANN, 1990, p.43).

Diante disso, muitas famílias preferem sair das organizações coletivas e recriam a produção baseada na organização do trabalho familiar. Entretanto, isto não impede que ela continue exercendo a cooperação (troca de serviço, troca de trabalho, participação em grupo



informal, mutirão, etc.), pelo contrário, pode ampliá-la e até fortalecê-la diante de circunstâncias favoráveis. A recriação das formas de organização, coletiva ou familiar, expressa a manifestação de um *habitus* – de uma matriz de saberes do agricultor familiar – que permite resguardar a sua identidade cultural frente às pressões de outros agentes ou grupos sociais. A organização do trabalho sofre então modificações como respostas às condições socioeconômicas da família e às circunstâncias históricas, visando em última instância a reprodução social do grupo doméstico.

A princípio parecia não haver relação entre as formas de organização do trabalho e os tipos de famílias pluriativas, à exceção do Tipo III. Este inclui as indústrias e agroindústrias pertencentes aos grupos de famílias e que exige certa escala produtiva alcançável somente com o somatório da produção dessas famílias. Os demais tipos independem da forma de organização (Tabela 10).

**Tabela 10.** Formas de organização do trabalho em relação aos tipos de famílias pluriativas, em número, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Formas de organização	Tipos de famílias pluriativas					
	I	II	III	IV	V	VI
coletiva	1	-	2	-	-	-
coletivo familiar	2	1	-	-	-	-
familiar	1	3	-	1	1	1

Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar as formas de organização do trabalho, em virtude do tamanho do grupo doméstico, verifica-se que ela não era afetada por este. Na Tabela 11 observa-se que em todos os tamanhos de grupo doméstico predominava a forma de organização familiar e somente nas famílias com 3-4 pessoas igualmente ocorria a forma coletiva.

**Tabela 11.** Formas de organização do trabalho em relação ao tamanho do grupo doméstico, por tipo e total de famílias entrevistadas, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Tamanho do grupo doméstico	Formas de organização do trabalho <sup>1</sup>												
	Número de famílias pluriativas				Número de famílias agricultoras				Número total de famílias				
	n <sup>o</sup> pessoas	C	CF	F	M	C	CF	F	M	C	CF	F	M
1-2	1	1	2	-	-	-	3	-	-	1	1	5	-
3-4	2	1	2	-	3	1	3	-	-	5	2	5	-
5-6	-	1	1	-	-	-	4	2	-	-	1	5	2
7-9	-	-	2	-	-	1	2	-	-	-	1	4	-

<sup>1</sup> C – coletiva; CF – coletivo familiar; F – familiar e M – mista.

Fonte: dados da pesquisa.

Por outro lado, a saída dos filhos afeta o tamanho do grupo doméstico. Na Tabela 12, do total de famílias entrevistadas, 21,9% tinha de 1 a 2 pessoas, 37,5% apresentavam de 3 a 4 pessoas, 25,0% de 5 a 6 pessoas e 15,6% de 7 a 9 pessoas. Grupos relativamente pequenos estavam presentes pelo fato da maioria dos filhos estarem morando fora do assentamento ou mesmo porque passaram também a assentados (Tabela 13).

**Tabela 12.** Tamanho do grupo doméstico<sup>1</sup> por tipo de família entrevistada, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Número de pessoas por família	Família pluriativa número	Família agricultora número	Total de famílias		
			número	%	% acumulada
1-2	4	3	7	21,9	21,9
3-4	5	7	12	37,5	59,4
5-6	2	6	8	25,0	84,4
7-9	2	3	5	15,6	100,0
Total de famílias	13	19	32	100,0	100,0

<sup>1</sup> foram consideradas somente as pessoas que moravam nos lotes das famílias entrevistadas.

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 13 expõe a situação de domicílio dos cento e vinte filhos e filhas das trinta e duas famílias entrevistadas, separados por sexo. Deste total, vinte filhos (16,7%) (10 homens e 10 mulheres) estavam na condição de assentados, sessenta e cinco filhos (54,2%) (35 homens e 30 mulheres) eram agregados, isto é, moravam no assentamento com os pais ou sogros, e, trinta e cinco filhos (29,1%) (12 homens e 23 mulheres) moravam fora do assentamento, seja

em cidades da região, em outras regiões do Estado de São Paulo ou até mesmo em outros Estados da Federação.

**Tabela 13.** Situação de domicílio dos filhos, por sexo e tipo de família entrevistada, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Situação de moradia	Sexo	Família pluriativa		Família agricultora		Total de filhos	
		n <sup>o</sup> filhos	%	n <sup>o</sup> filhos	%	n <sup>o</sup> filhos	%
assentado	masculino	4		6		10	
	feminino	4	13,6	6	19,7	10	16,7
agregado	masculino	15		20		35	
	feminino	13	47,5	17	60,6	30	54,2
fora do assentamento	masculino	6		6		12	
	feminino	17	38,9	6	19,7	23	29,1
Total de filhos		59	100,0	61	100,0	120	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

A maioria absoluta dos filhos(as) continuava morando no assentamento, porém, apenas 16,7% se tornaram assentados. A condição de agregados (54,2%) apesar de incluir os filhos ainda em idade infante-juvenil (de 0 a 17 anos), indicava um quadro de dependência dos jovens aos seus pais. Quando se comparam os dados das famílias pluriativas e agricultoras observa-se que nas primeiras 47,5% dos filhos(as) eram agregados contra 60,6% nas famílias agricultoras. Aqueles que se assentaram contabilizaram apenas 13,6% nas pluriativas e 19,7% nas agricultoras.

As famílias pluriativas apresentaram uma porcentagem elevada do total de seus filhos, 38,9%, morando fora do assentamento, enquanto as agricultoras tinham apenas 19,7% dos filhos ausentes. Majoritariamente estes filhos estavam ocupados com atividades não-agrícolas nas cidades onde se encontravam, e confirmando uma tendência de masculinização do campo, do total de trinta e cinco filhos(as) que moravam fora, 34,3% eram do sexo masculino e 65,7% do sexo feminino. CAMARANO e ABRAMOVAY (1999) analisaram dados da migração rural no Brasil nas cinco últimas décadas do século XX e verificaram que houve maior saída de jovens, com predomínio de mulheres, à exceção da década de 1960, elevando a razão de masculinização rural que é o instrumento para medir a diferença de sexo de uma população.

A relativamente alta evasão da segunda geração dos assentados causa preocupação para a continuidade da produção na agricultura. De fato, o que pode ter provocado esse fenômeno? Trata-se de um processo social “normal” advindo da atração da cidade, e da vontade de se ter uma profissão “urbana” que possibilitasse ascensão social, reunindo trabalho e moradia na cidade? Ou é um processo de decomposição e de diferenciação demográfica, levando os filhos dos agricultores para o caminho da proletarianização, decorrente das (precárias) condições de trabalho e renda nos assentamentos? Existem recursos produtivos para atender satisfatoriamente a reprodução social e econômica de todos os membros da família?

As respostas obtidas nas entrevistas dos pais parecem apontar na direção da segunda hipótese, hipótese esta anteriormente sugerida por WANDERLEY (1998). Segundo os agricultores, seus filhos saíram do assentamento em busca de trabalho e renda, uma vez que, as condições socioeconômicas internas não permitiam que eles continuassem morando nos sítios com suas famílias, impossibilitando a reprodução social do grupo familiar como um todo. Sua saída viabilizaria a continuidade daqueles que ficaram no campo. A falta de trabalho e renda, aliada à lentidão do Estado em prover novos assentamentos, não possibilitam a permanência das novas gerações no campo e tem levado a um contínuo movimento migratório “para fora” em busca de uma colocação profissional. Este movimento é provocado mais por fatores de expulsão do campo do que propriamente pelos de atração da cidade.

O número de filhos(as) que estavam na condição de agregados, morando no lote dos pais, mesmo depois de constituírem seu núcleo familiar, também é reflexo da morosidade do Estado em prover novas áreas para assentar os jovens. Por outro lado, mostra a resistência desses jovens ao processo de migração para as áreas urbanas, mesmo submetidos às condições precárias que afetam todo o grupo doméstico. Colabora para esta resistência o fato de alguns jovens terem formação técnica (técnico agrícola) que alimenta a expectativa em gerir o sítio da família ou conseguir outro lote de terra no assentamento. O baixo dinamismo do mercado de trabalho local também concorre para a permanência dos jovens no assentamento.

Além da procura por trabalho e renda, outros fatores concorrem para a saída dos filhos do assentamento. Segundo os pais entrevistados, o casamento com pessoas da cidade e o anseio em continuar os estudos, em menor proporção, constituíam causas da saída dos jovens. Porém, em conversas com técnicos que prestavam assistência no assentamento e com filhos agregados, os motivos para tais afastamentos eram a falta de autonomia, ou mesmo de diálogo

com os pais, para o planejamento e execução das atividades dentro do sítio. Geralmente os pais centralizavam as decisões, restando aos filhos ajudar na realização das atividades, enquanto meros executores de tarefas.

Este comportamento gera frustrações nos jovens e desestimula a moradia e trabalho na terra dos pais, razão pela qual alguns preferiam sair do assentamento. Este fenômeno parece apontar para o processo de individualização e de busca de autonomia dos filhos, opinião esta compartilhada com WANDERLEY (2004, p.52-3) ao dizer que “o trabalho externo dos filhos adultos, que ainda moram sob o mesmo teto dos pais, provavelmente aponta para o processo de individualização e de busca de autonomia desses filhos rumo à constituição em breve de uma outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro”.

Os motivos definitivos que estimularam a saída dos filhos do assentamento poderiam ser confirmados em consulta direta a essas pessoas, porém a dificuldade em acessá-las é grande em virtude dos diferentes locais de moradia, incluindo cidades de outros Estados brasileiros.

Outra característica obtida durante a pesquisa de campo tratava da posição dos membros na família. A posição dos membros na família, e a conseqüente hierarquia dentro do conjunto doméstico, permite perceber a abrangência do papel e autonomia de cada pessoa no contexto do grupo familiar.

A Tabela 14 apresenta os dados sobre a posição de homens e mulheres no interior das famílias pluriativas. Os dados revelam que filhos que moravam no lote dos pais (agregados) representavam 27,8% do total de membros das famílias; 25,6% filhos que moravam fora do assentamento, 14,4% eram chefes, 10,0% eram cônjuges, 10,0% outros agregados, 8,9% filhos assentados e 3,3% filhos que eram agregados em outros lotes. Entre o total de homens verifica-se que 25,0% eram chefes e não havia cônjuges de pessoas deste sexo. A relação inversa acontecia com o total das mulheres onde apenas 6,0% eram chefes e 18,0% eram cônjuges. Os dados revelaram ainda a existência de 6,9 pessoas por família, em média, e os filhos representavam 65,6% dos membros das famílias.

**Tabela 14.** Posição dos membros nas famílias pluriativas entrevistadas, por sexo, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Posição dos membros nas famílias	Sexo				Total	
	masculino		feminino		número	%
	número	%	número	%		
Chefe	10	25,0	3	6,0	13	14,4
Cônjuge	-	-	9	18,0	9	10,0
Filhos que moravam no lote dos pais	14	35,0	11	22,0	25	27,8
Filhos assentados	4	10,0	4	8,0	8	8,9
Filhos fora do assentamento	6	15,0	17	34,0	23	25,6
Filhos agregados em outros lotes	1	2,5	2	4,0	3	3,3
Outros agregados <sup>1</sup>	5	12,5	4	8,0	9	10,0
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> são os netos, cunhados, amigos, tios, noras, genros e outras pessoas que moravam no lote.

Fonte: dados da pesquisa.

Nas famílias agricultoras, assim como acontecia com as pluriativas, também ocorria o predomínio de pessoas do sexo masculino na condição de chefes de família, e pessoas do sexo feminino na condição de cônjuge. Estas eram bem menos numerosas, apresentando média de 4,7 pessoas em comparação aos 6,9 das famílias pluriativas. Além disso, as agricultoras tinham uma proporção de filhos e filhas também menor, cerca de 56,0% de seus membros (Tabela 15).

**Tabela 15.** Posição dos membros nas famílias agricultoras entrevistadas, por sexo, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Posição dos membros nas famílias	Sexo				Total	
	masculino		feminino		Número	%
	número	%	número	%		
Chefe	17	29,4	2	3,9	19	17,4
Cônjuge	2	3,5	14	27,4	16	14,7
Filhos que moravam no lote dos pais	19	32,7	13	25,5	32	29,4
Filhos assentados	6	10,3	6	11,8	12	11,0
Filhos fora do assentamento	6	10,3	6	11,8	12	11,0
Filhos agregados em outros lotes	1	1,7	4	7,8	5	4,6
Outros agregados <sup>1</sup>	7	12,1	6	11,8	13	11,9
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>	<b>51</b>	<b>100,0</b>	<b>109</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> são os netos, cunhados, amigos, tios, noras, genros e outras pessoas que moravam no lote.

Fonte: dados da pesquisa.

Outro dado interessante era o fato de apenas 1,7% dos filhos do sexo masculino estarem agregado em outro lote contra os 7,8% das filhas do sexo feminino. Isto mostra o costume existente entre as famílias rurais em trazer a esposa do filho para morar no sítio dos pais do rapaz.

Entre as famílias pluriativas tinha-se, em média, 1,9 filhos(as) por unidade familiar e entre as agricultoras, 1,7 filhos que continuavam morando com os pais. A presença dos filhos(as) torna-se importante para a família que deposita suas expectativas no processo sucessório como uma das estratégias para a continuidade da reprodução da unidade e do projeto familiar.

Como relatado anteriormente, as famílias pluriativas tinham mais filhos morando fora do que as agricultoras. Enquanto nas pluriativas este número representava 25,6% do total de seus membros, nas famílias agricultoras este valor era de apenas 11,0%. O mesmo acontecia quando se tratava de ocupações fora do assentamento. Nas famílias pluriativas este número era de vinte e quatro pessoas (26,7% dos membros) enquanto que nas agricultoras, dez pessoas (9,2% dos membros). Eram os filhos também que predominavam quando se tratava de ocupações fora do assentamento, ficando os pais na direção do sítio da família. Como as famílias pluriativas eram mais numerosas, a pressão sobre sua já precária condição socioeconômica era mais aguda e, conseqüentemente, gerava uma tendência de migração mais acentuada nessas famílias. Os ramos de ocupações de todos os membros das famílias, dentro e fora do assentamento, são apresentados nas Tabelas 16 e 17.

**Tabela 16.** Ramos de ocupação dos membros<sup>1</sup> das famílias pluriativas entrevistadas, por posição e local, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Ramo de ocupação	Dentro do assentamento				Fora do assentamento				Total de pessoas n°
	Chefe	Cônjuge	Filho	Filha	Chefe	Cônjuge	Filho	Filha	
	n°	n°	n°	n°	n°	n°	n°	n°	
<b>1. Ocupação remunerada</b>									
Agricultura	11	-	11	1	-	-	-	-	23
Agroindústria	-	-	1	-	-	-	1	1	3
Artesanato	-	1	-	1	-	-	-	-	2
Autônomo <sup>2</sup>	-	1	-	-	-	-	-	3	4
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Construção civil	2	-	3	-	-	-	2	-	7
Empregado na agricultura <sup>3</sup>	-	-	1	1	1	-	3	-	6
Indústria	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Processamento artesanal <sup>4</sup>	3	4	1	-	-	-	-	-	8
Serviço doméstico remunerado	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Serviço público <sup>5</sup>	-	1	-	1	-	-	-	2	4
Serviço <sup>6</sup>	-	-	1	1	-	-	1	2	5
<b>2. Ocupação não remunerada</b>									
Do lar	-	7	-	6	-	1	-	2	16
Estudante	-	-	2	7	-	-	1	-	10
Sem ocupação <sup>7</sup>	-	-	1	1	-	-	-	-	2
Não informado	-	-	-	-	-	-	-	4	4

<sup>1</sup> alguns membros das famílias ocupavam-se em mais de um ramo.

<sup>2</sup> vendedora, oficina de costura e transporte escolar próprios.

<sup>3</sup> inclui assalariados e diaristas.

<sup>4</sup> inclui produção artesanal de doces, queijos, pães, processamento de plantas medicinais e de mel para a venda.

<sup>5</sup> inclui serviço de saúde, educação e agricultura.

<sup>6</sup> empregados em estabelecimentos de prestação de serviços.

<sup>7</sup> inclui aposentado sem ocupação, inválidos e crianças menores de 7 anos.

Fonte: dados da pesquisa.



Nestas tabelas é possível verificar que predominava a *agricultura* como principal ramo de ocupação dos membros das famílias, mesmo naquelas consideradas pluriativas. Na seqüência vinha a ocupação de *do lar* exercida majoritariamente por mulheres, seguida pela de *estudante*. Nos demais ramos as pessoas se distribuíam entre as diferentes ocupações e, também é possível identificar que, nas famílias pluriativas havia membros ocupados numa diversidade maior de ramos quando comparados aos das agricultoras. No estudo conduzido por SCHNEIDER (2003), diferentemente, era a indústria quem mais empregava, com uma taxa mínima de 59% em Santa Catarina, o que mostra que as características da economia local determinam as ocupações e a versatilidade dos jovens rurais em exercer diferentes funções profissionais.

Outra diferença que existia entre as famílias diz respeito à ocupação de seus membros na agricultura. Entre as famílias pluriativas predominava o trabalho exercido por homens enquanto que nas agricultoras tanto homens quanto mulheres exerciam esta atividade.

Quando se observa a ocupação de filhos e filhas fora do assentamento, verifica-se que na maioria eram ocupações não-agrícolas e o número de mulheres superava o de homens, ou seja, eram vinte e três mulheres contra quinze homens ao considerar os dois tipos de famílias. As regras de transferência do patrimônio fundiário na agricultura familiar podem ser a razão que provoca a saída de mais jovens do sexo feminino do que jovens do sexo masculino. Nos processos de sucessão da propriedade familiar percebe-se que as mulheres são praticamente excluídas, cabendo, à um dos filhos o direito à herança do patrimônio. Estudo conduzido por SACCO DOS ANJOS e CALDAS (2006) no Estado do Rio Grande do Sul contribui com tal assertiva, mostrando que entre os beneficiários pela herança da terra, 64,0% eram homens, 10,2% eram mulheres, 8,8% o casal, 2,7% outras pessoas e 14,3% não responderam/não se aplica.

**Tabela 17.** Ramos de ocupação dos membros<sup>1</sup> das famílias agricultoras entrevistadas, por posição e local, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Ramo de ocupação	Dentro do assentamento				Fora do assentamento				Total de pessoas
	Chefe n <sup>o</sup>	Cônjuge n <sup>o</sup>	Filho n <sup>o</sup>	Filha n <sup>o</sup>	Chefe n <sup>o</sup>	Cônjuge n <sup>o</sup>	Filho n <sup>o</sup>	Filha n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>
<b>1. Ocupação remunerada</b>									
Agricultura	18	12	17	9	-	-	-	-	56
Agroindústria	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Comércio	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Construção civil	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Empregado na agricultura <sup>2</sup>	-	-	1	-	-	-	-	2	3
Indústria	-	-	-	-	-	-	1	-	1
<b>2. Ocupação não remunerada</b>									
Do lar	4	12	-	8	-	-	-	3	27
Estudante	-	-	8	6	-	-	-	-	14
Sem ocupação <sup>3</sup>	1	2	2	3	-	-	-	-	8
Sem trabalho ou emprego <sup>4</sup>	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Não informado	-	-	1	-	-	-	1	-	2

<sup>1</sup> alguns membros das famílias ocupavam-se em mais de um ramo.

<sup>2</sup> inclui assalariados e diaristas.

<sup>3</sup> inclui aposentado sem ocupação, inválidos e crianças menores de 7 anos.

<sup>4</sup> pessoas em idade economicamente ativa.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes resultados diferem daqueles obtidos por LAMARCHE (1997, p.207), em três regiões brasileiras, onde “no conjunto, são os filhos homens que mais exercem atividades profissionais fora da agricultura. Uma vez saídos do setor agrícola, tornam-se operários ou empregados, enquanto as filhas se empregam no setor público ou em instituições. Outras profissões são pouco representativas”. Para o autor, o trabalho fora da agricultura estava associado ao dinamismo da agricultura local (sobretudo, falta de terra ou de capital para aquisição de nova terra) e do mercado de trabalho regional. Outra pesquisa, conduzida por EIKELAND e LIE (1999) na Noruega, também revelou que, primeira e principalmente, eram os homens quem exploravam as novas oportunidades para combinação de atividades econômicas. Os autores afirmaram que a pluriatividade era uma atividade masculina, e estava aumentando, provavelmente, a diferença de gênero nos estabelecimentos rurais.

Passando-se para a análise do número de ocupações<sup>15</sup> dos membros das famílias verifica-se que a maioria das pessoas exercia apenas uma atividade, ou seja, eram indivíduos monoativos. Nas famílias pluriativas 71,1% dos membros se ocupavam com apenas uma atividade, seguido por 16,7% dos membros que exerciam duas atividades e 5,6% sem ocupação, conforme demonstram os dados da Tabela 18.

Resultados semelhantes eram apresentados pelas famílias agricultoras onde 60,5% dos membros ocupavam-se com apenas uma atividade, 19,3% com duas atividades, 13,8% eram aposentados, inválidos e crianças sem ocupação e apenas 2,7% eram pessoas desempregadas ou sem trabalho (Tabela 19). Destacava-se o valor de 62,5% dos cônjuges realizando a dupla jornada de trabalho, geralmente se dividindo entre as atividades domésticas e outras atividades agrícolas ou não-agrícolas.

---

<sup>15</sup> Foram consideradas todas as ocupações remuneradas e não remuneradas, exercidas pelos membros das famílias, tais como, agricultura, não-agrícola, do lar, estudante, etc.

**Tabela 18.** Número de ocupação dos membros das famílias pluriativas entrevistadas, por posição, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Número de ocupação	Chefe		Cônjuge		Filho		Filha		Outros agregados <sup>1</sup>		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0 <sup>2</sup>	-	-	-	-	1	4,0	1	2,9	3	33,3	5	5,6
1	9	69,2	5	55,6	19	76,0	26	76,5	5	55,6	64	71,1
2	4	30,8	3	33,3	4	16,0	3	8,8	1	11,1	15	16,7
3	-	-	-	-	1	4,0	-	-	-	-	1	1,1
4	-	-	1	11,1	-	-	-	-	-	-	1	1,1
não informado	-	-	-	-	-	-	4	11,8	-	-	4	4,4
Total	13	100,0	9	100,0	25	100,0	34	100,0	9	100,0	90	100,0

<sup>1</sup> netos, cunhado, nora, sogro(a), etc.

<sup>2</sup> crianças menores de 7 anos de idade.

Fonte: dados da pesquisa.

**Tabela 19.** Número de ocupação dos membros das famílias agricultoras entrevistadas, por posição, Etapa I, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Número de ocupação	Chefe		Cônjuge		Filho		Filha		Outros agregados <sup>1</sup>		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0 <sup>2</sup>	1	5,3	2	12,5	2	6,2	3	10,3	7	53,8	15	13,8
0 <sup>3</sup>	-	-	-	-	1	3,2	1	3,5	1	7,7	3	2,7
1	14	73,7	4	25,0	23	71,9	22	75,9	3	23,1	66	60,5
2	4	21,0	10	62,5	4	12,5	3	10,3	-	-	21	19,3
não informado	-	-	-	-	2	6,2	-	-	2	15,4	4	3,7
Total	19	100,0	16	100,0	32	100,0	29	100,0	13	100,0	109	100,0

<sup>1</sup> netos, cunhado, nora, sogro(a), etc.

<sup>2</sup> aposentados, inválidos e crianças menores de 7 anos de idade.

<sup>3</sup> desempregados ou sem trabalho.

Fonte: dados da pesquisa.

A elaboração desses dados foi feita a partir das declarações dos pais. Acredita-se que possa haver uma subestimação dos valores de dupla atividade dos filhos e filhas, de ambas as famílias, por dois motivos: 1º.) as ajudas esporádicas dos filhos(as) podem não ter sido devidamente relatadas pelos pais e; 2º.) para aqueles filhos(as) que trabalhavam e moravam fora do assentamento os pais declararam apenas uma ocupação. Às vezes, os filhos(as) trabalhavam fora, mas também eram responsáveis pelos serviços domésticos o que caracterizaria a dupla jornada de trabalho.

### **5.1.2 Resultados e Discussão – Etapa II**

Nesta seção procurou-se aprofundar o estudo da pluriatividade a partir da análise focada em sete das trinta e duas famílias entrevistadas anteriormente, que representam cada tipo encontrado, aplicando-se um segundo questionário para obtenção de informações a respeito da escolaridade, das ocupações e das receitas dos membros das famílias. As análises versaram sobre o conjunto das sete famílias e não na comparação entre elas porque, neste caso, havia necessidade de maior aprofundamento do estudo de cada uma das famílias representativas para a elaboração de tipologias mais rigorosas, mas que não se coadunava com os objetivos propostos. As entrevistas foram feitas com quatro famílias pluriativas e três agricultoras, que foram tomadas como representativas da diversidade das famílias locais, e que apresentavam as seguintes características:

Família 1: Tipo II (agricultores + indústria caseira) família pluriativa com filhos agregados e outros fora do assentamento. Caracterizava-se por pluriativa porque produzia e vendia queijo e processava e vendia mel, própolis e cera de abelhas. Os filhos que moravam fora exerciam as atividades de vigilante, confeitaria, jardineiro e do lar, porém, não havia qualquer relação de trabalho, produção e renda entre estes filhos e o grupo doméstico que continuava morando no sítio. Desta forma, as atividades desenvolvidas pelos filhos não foram consideradas na classificação da família como pluriativa.

Família 2: Tipo I (agricultores + assalariados) família pluriativa com um filho agregado, três filhos assentados e uma fora do assentamento. Caracterizava-se por pluriativa porque o filho

agregado era assalariado, operador de secador de grãos em agroindústria da COAPRI. A filha que morava fora não teve sua ocupação informada. Os filhos assentados constituíam outros núcleos familiares, porém, a produção agropecuária era conjunta com o sítio do pai. Além disso, uma filha era contratada pelo INCRA e outra era cozinheira num restaurante no próprio assentamento.

Família 3: Tipo II (agricultores + indústria caseira) família pluriativa com quatro filhos assentados e uma fora do assentamento. Caracterizava-se por pluriativa porque produzia e vendia queijo no próprio assentamento. A filha que morava fora era professora no município de Itararé-SP. Os filhos assentados constituíam outros núcleos familiares, porém, a produção agropecuária era conjunta com o sítio do pai. Além disso, um filho era pedreiro. A renda auferida na atividade agropecuária conjunta era dividida igualmente entre os núcleos familiares parceiros e as rendas não-agrícolas eram dos respectivos núcleos que as receberam.

Família 4: Tipo IV (agricultores + indústria + comércio + assalariados) família pluriativa com cinco filhos agregados. Caracterizava-se por pluriativa porque a cômputo participava de grupo de mulheres que produzia e vendia pães e artesanato, e revendia roupas no próprio assentamento. Além disso, uma das filhas era agente de saúde do SUS no assentamento e no bairro rural de Engenheiro Maia – Município de Itaberá-SP e vivia no lote paterno.

Família 5: Tipo VIII (agricultores + assalariados sem relação) família agricultora com cinco filhos agregados e quatro morando fora do assentamento. Três filhos que moravam fora eram empregados em fazenda e em metalurgia, porém, como não havia relação de trabalho, renda e consumo entre eles e o restante da família que continuava no sítio, o grupo doméstico foi classificado como família agricultora.

Família 6: Tipo VIII (agricultores + assalariados sem relação) família agricultora com dois filhos-enteados morando no sítio e seis filhos morando e trabalhando fora do assentamento em atividades não-agrícolas. Assim como na família 5, neste caso também não havia relação de trabalho, renda e consumo entre os que continuam no sítio e aqueles que saíram.

Família 7: Tipo VII (agricultores puro) família agricultora com quatro filhos agregados e uma filha assentada. Desenvolvia atividades agropecuárias e tinha dois filhos sem trabalho e outras trabalham como do lar.

As famílias pluriativas de Tipo V e VI não estavam desenvolvendo as respectivas atividades não-agrícolas à época das entrevistas, vivendo unicamente da renda obtida da agricultura. As famílias do Tipo III foram procuradas, mas não encontradas para conceder entrevistas para a presente pesquisa, o que, acredita-se, não afetou a análise da pluriatividade das famílias assentadas.

O estudo da escolaridade dos membros das famílias rurais como um dos fatores que interfere na realização de atividades não-agrícolas, ou mesmo da pluriatividade, é pertinente, pois, acredita-se que quanto mais anos de estudo tem uma pessoa, maiores serão suas chances de colocação profissional. Este pensamento vale tanto para as famílias urbanas como para as famílias rurais. Sobretudo para estas últimas seria uma das maneiras de deixar a zona rural rumo às cidades, em busca de melhores empregos fora da agricultura, com a promessa de ascensão social e melhores condições de vida. Há ainda a hipótese que o aumento da escolaridade levaria inevitavelmente os jovens rurais para as ocupações não-agrícolas oferecidas nas cidades.

Estudo da CEPAL sobre juventude rural realizado por DURSTON (1998) revelou que no Brasil, segundo dados do ano de 1995, os jovens com idade entre vinte e vinte e quatro anos, com menos de quatro anos de estudo, representavam 49% dos homens e 39% das mulheres, valores superiores aos de países como Chile e México. Entre os jovens com sete ou mais anos de estudo, 19% eram homens e 23% mulheres. Para toda a América Latina o estudo revelou que os jovens rurais de hoje têm taxas de analfabetismo entre a metade e um terço da geração de seus pais, o que mostra a evolução da escolaridade na área rural da região.

No estudo conduzido no assentamento rural da Fazenda Pirituba foi possível obter os dados sobre a escolaridade dos membros das famílias entrevistadas, apresentados na Tabela 20. Os pais (chefes e cônjuges) eram os que apareciam entre as pessoas com menores índices de escolaridade. Por outro lado, os filhos e filhas ajudavam a elevar as taxas de escolaridade do assentamento. Entre aqueles que apresentaram de 0 a 4 anos de estudos a taxa acumulada foi de 26,8% e entre 9 e 12 anos a taxa foi de 37,5%, valores melhores que os apontados no

estudo da CEPAL para todo o Brasil. Assim como verificou DURSTON (1998) para vários países da América Latina, no assentamento rural da Fazenda Pirituba as filhas tinham mais anos de estudo que os filhos do sexo masculino. Constatação semelhante foi verificada por WANDERLEY (2006) em pesquisa realizada com jovens de três municípios pernambucanos. Para esta autora “chama a atenção, de modo especial, o fato de que também para as mulheres, a educação é primordial, já que elas têm projetos profissionais para o futuro. Estes dados podem estar apontando para uma mudança significativa, dos jovens rurais em geral, em relação à profissão de agricultor, e das mulheres, em particular, em relação aos papéis que lhes são tradicionalmente atribuídos” (Idem, p.83). Também pode ser uma estratégia da família que esteja relacionada às regras de sucessão hereditária do patrimônio familiar. Como os filhos são os beneficiários pela herança da terra, as filhas são estimuladas a estudar a fim de permitir-lhes o acesso a uma profissão ou ocupação fora da agricultura e da própria propriedade rural. Pode ser também uma estratégia elaborada pelas famílias/mães no intuito de oferecer às filhas condições para conseguir ocupações mais leves e menos desgastantes, em prol de uma melhor qualidade de vida. Às vezes essa via pode ser o casamento com alguém que mora na área urbana e que poderá oferecer melhores condições de vida à filha.



**Tabela 20.** Escolaridade dos membros<sup>1</sup> das famílias entrevistadas, por tipo, posição e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Anos de estudo	Família pluriativa						Família agricultora						Total		
	chefe		cônjuge		total		chefe		cônjuge		total				
	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	% acum.
Sem estudo	1	1	-	-	2	6,9	1	-	-	-	1	3,7	3	5,4	5,4
1-4	2	2	2	1	7	24,1	2	2	1	-	5	18,6	12	21,4	26,8
5-8	1	1	3	5	10	34,5	-	1	5	4	10	37,0	20	35,7	62,5
9-12	-	-	3	7	10	34,5	-	-	4	7	11	40,7	21	37,5	100,0
Total					29	100,0					27	100,0	56	100,0	

<sup>1</sup> considerou-se pessoas com sete anos ou mais.

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 21 apresentam os anos de estudo em função da faixa etária dos membros das famílias entrevistadas e revelam a evolução da escolaridade das famílias ao longo de sua história. Entre os jovens com idade de 16 à 25 anos, 83,3% tinham de 9 à 12 anos de estudo e os outros 16,7%, 5 à 8 anos. Entre as pessoas com faixa etária de 36 à 45 anos, a escolaridade era superior a 5 anos. Os pais, situados acima dos 45 anos de idade apresentaram os menores índices de escolaridade, onde 80% tinham até 4 anos de estudo.

**Tabela 21.** Escolaridade em função da faixa etária dos membros das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Anos de estudo	Faixa etária (anos)									
	06-15		16-25		26-35		36-45		45+	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem estudo	-	-	-	-	-	-	-	-	3	20,0
1-4	2	33,3	-	-	-	-	1	14,3	9	60,0
5-8	2	33,3	3	16,7	7	70,0	5	71,4	3	20,0
9-12	2	33,3	15	83,3	3	30,0	1	14,3	-	-
Total	6	100,0	18	100,0	10	100,0	7	100,0	15	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

A baixa escolaridade dos pais está associada aos fatores de natureza social e econômica. Isto é, quando crianças e durante a juventude, precisaram trabalhar para ajudar na economia familiar; existiam poucas escolas nas áreas rurais onde moravam ou então eram muito distantes; não havia transporte escolar para conduzi-los às escolas; diante da precariedade da economia familiar eram submetidos à deslocamentos por diferentes municípios ou regiões em busca de trabalho na agricultura. Enfim, as condições de vida material e o estilo de vida migratória porque passaram os pais, durante a infância e juventude, foram determinantes para a baixa escolaridade apresentada por eles. Depoimento de agricultor assentado colhido por IOKOI et al. (2005) também revelou as condições anteriores e atuais e o valor que davam ao ensino dos filhos.

*“Lugar gostoso, livre! Se quiser estudar, você estuda! Eu sempre falo para os meus filhos: ‘Puxa, se eu tivesse a oportunidade!’ O homem vem buscar na porta da casa. Busca, leva e traz! No meu tempo, tinha que andar a pé, com uma sacola ou com um saco nas costas, passando no meio daqueles matão, debaixo de chuva! Hoje, não! E outra, se ia fazer ginásio, se passava do primário para o ginásio, tinha que pagar!*

*Não existia nada de graça não! Hoje tem tudo... Pode ser o estudo mais fraco, sei lá se é, eu não acredito também... o estudo pago é melhor, mas não pode existir isso, gente! Acho que o que manda é a inteligência!”* IOKOI et al. (2005, p.49 – grifo dos autores).

Posteriormente, com a criação das duas primeiras áreas do assentamento rural no ano de 1984 essa história começou a mudar. Naquele momento, deixaram de ser trabalhadores rurais, que frequentemente precisavam migrar de um lugar para outro em busca permanente por trabalho, e passaram à categoria de agricultores familiares com um lote de terra para cultivar e moradia fixa. Esta mudança da condição social das famílias fomentou a ampliação da sociabilidade entre elas e foi importante para se verem e se pensarem enquanto uma comunidade rural. Apesar de continuarem em situação muito precária, ao longo dos anos houve investimentos em infra-estrutura e comunicação, incluindo a construção de escolas, a melhoria de estradas rurais e do transporte escolar, gerando reflexos positivos na escolaridade dos membros das famílias, sobretudo, das crianças e jovens. Atualmente, com a oferta de vagas no ensino fundamental e médio (inclusive técnico) em escolas localizadas dentro das áreas do assentamento e em bairros rurais vizinhos, vê-se o impacto positivo nos índices de escolaridade, sobretudo entre os jovens na faixa etária dos 16 aos 25 anos de idade.

Estudo realizado por ANTUNIASSI (2003, p.52) em assentamento rural na região de Araraquara-SP verificou evolução escolar no mesmo sentido, isto é, “... embora a nova geração tenha pouca instrução, ela é bem maior que a de seus pais e avós, analfabetos ou semi-alfabetizados. A maioria dos jovens cursou até a 8ª série do ensino fundamental...”. Estes fatos demonstram que os investimentos realizados em educação são aproveitados pelas comunidades beneficiárias e melhoram o nível de instrução de seus membros. Com o maior nível escolar melhoram a comunicação com outros agentes e acumulam poder (capital cultural) que os ajudam nas conquistas de seus direitos sociais.

Outro questionamento, que o presente estudo colocou, foi saber se esta elevação dos índices de escolaridade levaria as pessoas a saírem do assentamento rural para trabalhar e viver nas cidades. Neste sentido, ao levantar os dados relacionando os anos de estudo com a situação de domicílio dos filhos das famílias entrevistadas (Tabela 22), observou-se que do total de filhos com sete ou mais anos de idade, vinte e seis continuavam morando no

assentamento e dezesseis residiam fora. Dos vinte e seis, oito eram assentados e dezoito eram agregados, isto é, viviam nos sítios dos pais ou de sogros.

Os filhos que optaram ou tiveram que sair do assentamento tinham mais de quatro anos de estudo, provavelmente porque as chances de ocupação profissional nas cidades exijam um maior nível de instrução. Entretanto, era entre os filhos agregados que se tinha o maior índice de instrução e o maior número absoluto de pessoas com nove ou mais anos de estudo. Entre os filhos agregados, 66,7% tinham de 9 à 12 anos de estudo, contra 50% dos filhos que moravam fora e 12,5% dos filhos assentados. Em termos absolutos, eram 12 pessoas agregadas que detinham esta escolaridade, contra 8 dos que moravam fora e 1 assentado. Estes dados contribuem para elevar os índices de escolaridade da zona rural e podem estar revelando que, mesmo com mais estudo, os jovens almejam continuar morando e trabalhando na área rural. A saída do assentamento parece ser mesmo uma imposição das condições socioeconômicas das famílias associadas às oportunidades oferecidas na localidade e ao projeto de autonomia dos jovens. Se aos jovens for oferecida a tão desejada autonomia, associada às mínimas condições socioeconômicas, parece muito mais provável sua permanência no campo e próximo ao restante da família, pois assim seriam capazes de expressar suas habilidades herdadas na prática cotidiana.

**Tabela 22.** Escolaridade em função da situação de domicílio dos filhos<sup>1</sup> das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Anos de estudo	Situação de domicílio					
	Assentado		Agregado		Fora do assentamento	
	nº	%	nº	%	nº	%
1-4	2	25,0	2	11,1	-	-
5-8	5	62,5	4	22,2	8	50,0
9-12	1	12,5	12	66,7	8	50,0
Total	8	100,0	18	100,0	16	100,0

<sup>1</sup> considerou-se pessoas com sete anos ou mais.

Fonte: dados da pesquisa.

Entre os filhos assentados, 62,5% tinham entre 5 e 8 anos de estudo. Na sua maioria eram os filhos com maior faixa etária, e que viveram a fase da infância e juventude em situação escolar desfavorável se comparada à situação atual do assentamento. No início das áreas do assentamento, quando a situação escolar ainda era muito precária, tinham que se

dedicar ao trabalho, pois, já compunham outro núcleo familiar com o qual tinham compromissos a cumprir independente da tutela dos pais.

Associar o maior nível de instrução dos jovens como a causa principal de sua saída do campo parece não ser o mais correto no caso do Assentamento Rural da Fazenda Pirituba II. Apesar do trabalho nas cidades exigir maiores anos de estudo, o fato dos jovens terem alcançado um nível escolar maior não significa automaticamente que eles estejam dispostos a deixar a zona rural em direção às cidades. Sobretudo quando vislumbram a possibilidade de utilizarem a qualificação profissional obtida com os estudos (alguns são formados em colégio técnico agrícola) nas atividades agrícolas ou não-agrícolas conduzidas dentro do sítio da família.

Ao estudar essas atividades nas áreas do assentamento rural apreendeu-se que a agricultura era a principal atividade desenvolvida por 36,2% das pessoas, seguida pelas atividades não-agrícolas com 25,9%, e serviços domésticos não-remunerados com uma taxa de 24,2% de ocupação (Tabela 23). SCHNEIDER (2003) obteve resultados diferentes ficando em primeiro lugar as ocupações em atividades não-agrícolas (RS: 36,2% e SC: 33,9%) seguida pelas atividades agrícolas (RS: 23,2% e SC: 30,4%) e em terceira posição os serviços domésticos.

Os dados de ambas as pesquisas demonstram que a agricultura continuava tendo um papel importante na lista de ocupações principais dos agricultores familiares, mesmo que no estudo de Schneider ela tenha ficado na segunda posição. A explicação que este autor deu era que “...a atividade fora da propriedade pode ser apenas um trabalho acessório ou temporário para fazer frente às dificuldades conjunturais da atividade principal” (SCHNEIDER, 2003, p.196). Mesmo que o trabalho acessório ou temporário não seja conjuntural, mas sim incorporado à economia familiar, isto de maneira nenhuma diminui a importância do trabalho na agricultura, pois, ambos são relevantes na estrutura econômica da família.

**Tabela 23.** Ocupação principal dos membros<sup>1</sup> das famílias entrevistadas, por posição e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Ocupação principal	Posição na família										Total	
	chefe		cônjuge		filho		filha		outros agregados <sup>2</sup>		n <sup>o</sup>	%
	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%		
agricultura	7	100,0	-	-	6	35,3	7	28,0	1	50,0	21	36,2
não-agrícola	-	-	1	14,3	8	47,1	6	24,0	-	-	15	25,9
do lar	-	-	6	85,7	-	-	7	28,0	1	50,0	14	24,2
estudante	-	-	-	-	3	17,6	3	12,0	-	-	6	10,3
sem ocupação	-	-	-	-	-	-	1	4,0	-	-	1	1,7
não sabe	-	-	-	-	-	-	1	4,0	-	-	1	1,7
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>	<b>25</b>	<b>100,0</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> considerou-se pessoas com sete anos ou mais.

<sup>2</sup> genro, neta, etc.

Fonte: dados da pesquisa.

No estudo conduzido no assentamento rural todos os chefes de família se ocupavam das atividades agrícolas no próprio sítio ou no grupo a que pertenciam. Entre os cônjuges, 85,7% se ocupavam dos serviços domésticos não-remunerados e 14,3% em atividade não-agrícola. Entre os filhos do sexo masculino, 47,1% exerciam atividades não-agrícolas e 35,3% atividades agrícolas. Entre as filhas havia uma maior pulverização dos dados de ocupação principal, havendo empate entre as ocupações na agricultura e de *do lar* com 28,0% e, em atividades não-agrícolas registrou-se 24,0% (Tabela 23).

Outras ocupações tinham menor importância. Considerando-se o somatório de todos os filhos e filhas, as principais ocupações exercidas eram as atividades não-agrícolas e a agricultura, respectivamente, com taxas de 33,3% e 30,9%, demonstrando um relativo equilíbrio na distribuição das ocupações entre atividades agrícolas e não-agrícolas numa região que é predominantemente agrícola. SCHNEIDER (2003) estudando a pluriatividade nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentou taxas de 38,5% em atividades não-agrícolas e 15,6% na agricultura. Segundo este autor, a explicação para o significativo percentual de filhos ocupados em atividades não-agrícolas em comparação ao agrícola era decorrente do tipo de força de trabalho demandada pelas indústrias (têxteis e calçadistas) das regiões estudadas, que devem preferir contratar indivíduos mais jovens.

Os dados acima revelam que as características da sociedade e da economia local também são fatores que interferem no tipo de ocupação que os membros das famílias rurais vão exercer. Numa localidade onde a atividade industrial oferece oportunidades de trabalho os jovens rurais poderão usufruir dessas colocações, sem, contudo, terem que deixar o lugar de origem. Isto mostra a versatilidade que têm esses jovens por um lado, e permite-lhes continuar morando com ou próximo aos pais, por outro lado.

Para verificar se haviam diferenças de ocupações por parte dos membros das famílias pluriativas e agricultoras entrevistadas, foram elaboradas as Tabelas 24 e 25. Na Tabela 24 observam-se os dados das famílias pluriativas. Nela é possível verificar que a ocupação principal dos membros era a agricultura com 38,7%, seguida das ocupações não-agrícolas com 29,0% e em terceiro lugar com 19,4% a ocupação de *do lar*. Entre as famílias agricultoras a ocupação principal também era a agricultura com 33,4%, mas ocorreu inversão entre o segundo e terceiro lugares comparada às famílias pluriativas. Nas agricultoras, em segundo

lugar com 29,6% das pessoas ocupadas, estavam as atividades domésticas não-remuneradas, seguida das não-agrícolas com 22,2% (Tabela 25).

Diante das características da economia local baseada na agricultura, e se a previsão de melhoria de gestão das agroindústrias localizadas dentro do assentamento e de propriedade das famílias se concretizar, mesmo com a criação de ocupações diretas nessas agroindústrias, o maior crescimento de ocupações deverá se dar mesmo é na agricultura, pois, novos projetos agropecuários deverão ser implantados ou ampliados para atenderem ao crescimento da demanda por matéria-prima das agroindústrias, beneficiando as famílias rurais locais, com a conseqüente fixação dos filhos no sítio. Se assim for, a agricultura poderá continuar sendo a principal ocupação dos membros das famílias. Por estes e outros motivos é que os projetos de assentamentos rurais são importantes geradores de emprego, tanto para pessoas de dentro como para as de fora, como observou LEITE et al. (2004) em diferentes áreas de assentamentos rurais distribuídos por todo o país.

Outra informação que chama a atenção era a ocupação principal dos filhos. Entre aqueles do sexo masculino nas famílias pluriativas observa-se que 50,0% estavam ocupados na agricultura e 37,5% em atividades não-agrícolas. O inverso ocorria entre os filhos das famílias agricultoras, onde 55,6% ocupavam-se em atividades não-agrícolas e em segundo lugar empatados com 22,2% estavam agricultura e estudantes. Cabe esclarecer que os filhos das famílias agricultoras exerciam atividades não-agrícolas fora da unidade produtiva e moravam fora do assentamento, por vezes constituindo outro núcleo familiar, independente produtiva e economicamente do restante da família que continuava morando no sítio. Estes filhos não se reproduziam econômica e socialmente enquanto agricultores familiares. Esta situação não caracterizava a família enquanto pluriativa, pois, não existia qualquer tipo de relação econômica e social de trabalho, consumo e moradia apesar de continuarem existindo outras relações intrínsecas, tais como, de parentesco e afetividade. A saída de filhos para trabalhar e morar fora do sítio dos pais pode evidenciar a condição socioeconômica da família, por vezes, muito precária, exigindo a saída de alguns filhos, como pode também mostrar os anseios e interesses dos jovens por autonomia de vida.



**Tabela 24.** Ocupação principal dos membros<sup>1</sup> das famílias pluriativas entrevistadas, por posição e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Ocupação principal	Posição na família										Total	
	chefe		Cônjuge		filho		filha		outros agregados <sup>2</sup>		n°	%
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%		
agricultura	4	100,0	-	-	4	50,0	3	23,1	1	50,0	12	38,7
não-agrícola	-	-	1	25,0	3	37,5	5	38,4	-	-	9	29,0
do lar	-	-	3	75,0	-	-	2	15,4	1	50,0	6	19,4
estudante	-	-	-	-	1	12,5	2	15,4	-	-	3	9,7
não sabe	-	-	-	-	-	-	1	7,7	-	-	1	3,2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> considerou-se pessoas com sete anos ou mais.

<sup>2</sup> genro, neta, etc.

Fonte: dados da pesquisa.

**Tabela 25.** Ocupação principal dos membros<sup>1</sup> das famílias agricultoras entrevistadas, por posição e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Ocupação principal	Posição na família								Total	
	chefe		cônjuge		filho		Filha			
	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%
agricultura	3	100,0	-	-	2	22,2	4	33,4	9	33,4
não-agrícola	-	-	-	-	5	55,6	1	8,3	6	22,2
do lar	-	-	3	100,0	-	-	5	41,7	8	29,6
estudante	-	-	-	-	2	22,2	1	8,3	3	11,1
sem ocupação	-	-	-	-	-	-	1	8,3	1	3,7
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>	<b>12</b>	<b>100,0</b>	<b>27</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> considerou-se pessoas com sete anos ou mais.

Fonte: dados da pesquisa.

Assim, a pluriatividade na agricultura familiar não pode ser totalmente atrelada ao trabalho externo quando não há relação entre os que continuam no sítio e aqueles que saíram para exercer esse tipo de trabalho. Nesses casos, o trabalho externo pode ser uma opção que possibilite a reprodução social e econômica de parte da família enquanto agricultora familiar, porém, vai exigir o sacrifício dessa condição para alguns de seus membros.

Entre as filhas do sexo feminino nas famílias pluriativas predominavam as ocupações não-agrícolas com 38,4%, seguida da agricultura com 23,1%. Já nas famílias agricultoras eram os serviços domésticos que predominavam com 41,7%, seguida da agricultura com 33,4% e as ocupações não-agrícolas apareciam somente em terceiro lugar, juntamente com a de estudante e sem ocupação, cada uma com 8,3%. Os níveis de escolaridade das filhas, bem como as condições sociais e econômicas dos dois tipos de famílias eram semelhantes e não ajudam a explicar esta diferença. Provavelmente o que esteja acontecendo é uma mudança de valores no interior das famílias rurais, gerando mudanças de costumes, assim como ocorre em outros setores da sociedade de uma forma mais intensa e generalizada. Isto é, uma parcela das jovens rurais está usufruindo das conquistas resultantes das lutas feministas em curso nas últimas décadas. Como conseqüência dessas lutas, as jovens rurais conquistaram mais espaços na sociedade e no interior da própria família, reivindicando seu desenvolvimento profissional, buscando reconhecimento de realização e autonomia financeira. Com isso ela adquire mais poder e muda as relações de força que existem no interior da família. Mas estas conquistas ainda não atingem igualmente todas as famílias, motivo que explica porque nas famílias agricultoras as filhas continuam se ocupando de funções tradicionais na estrutura social interna, enquanto que nas pluriativas os traços das mudanças modernas são mais marcantes.

De todo modo é um processo que está em andamento e muitas mudanças parecem que ainda estão por vir. Este é um fenômeno que precisa ser melhor explorado pelos pesquisadores sociais no intuito de elucidá-lo.

Ainda com relação à ocupação principal dos filhos, agora frente aos anos de estudo, verifica-se que aqueles que tinham menos de quatro anos de estudo, 75,0% estavam ocupados em atividades agrícolas e provavelmente os poucos anos de estudo os impediam de exercer outras ocupações (Tabela 26). Com cinco a oito anos de estudo predominava a ocupação em atividades não-agrícolas com 41,2%, seguida de agricultura e *do lar* empatados com 17,6% e em quarto lugar *estudante* com 11,8%. Mas o que chama mais a atenção era o fato daqueles que tinham mais de nove anos de estudo estarem empatados em primeiro lugar com atividades agrícolas e não-agrícolas, 33,3% cada uma. Estes dados podem estar indicando duas situações: o maior número de anos de estudo possibilita às pessoas um leque maior de alternativas de trabalho, transitando entre atividades agrícolas e não-agrícolas; e, diferentemente do que se poderia concluir, a agricultura pode ser uma opção daqueles que detêm maior escolaridade, sobretudo para quem faz ou concluiu o ensino técnico agrícola, pois, desfrutarão de melhores condições intelectuais e técnicas para gerir a propriedade rural.

O maior nível de escolaridade, de uma forma geral, aumenta as possibilidades dos membros das famílias conseguirem ocupação, tanto na agricultura quanto em atividades não-agrícolas. Porém, a ocupação em atividades não-agrícolas não significa necessariamente assumir trabalho externo à propriedade rural, nem tampouco a migração para as áreas urbanas. Pelo contrário, a pluriatividade pode se expressar dentro dos limites da propriedade ou através de arranjos organizacionais das famílias rurais no intuito de juntar forças para o desenvolvimento de atividades conjuntas, tais como a agroindustrialização de alimentos, o turismo rural e outras atividades, associadas à vida e ao trabalho no campo. BUAINAIN et al. (2003) citaram que estudos sobre sistemas de produção familiares realizados pelo Convênio FAO/INCRA vão nesta direção, desde que os produtores familiares contem com apoio suficiente, e que isto gera uma tendência de redução das rendas obtidas fora da unidade familiar. Ou seja, investimentos feitos a favor da população rural melhoram sua condição de vida e têm impacto direto na redução do potencial de migração campo-cidade e do trabalho externo.

**Tabela 26.** Ocupação principal em relação à escolaridade dos filhos<sup>1</sup> das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Ocupação principal	Anos de estudo						Total	
	1-4		5-8		9-12			
	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%
agricultura	3	75,0	3	17,6	7	33,3	13	30,9
não-agrícola	-	-	7	41,2	7	33,3	14	33,3
do lar	-	-	3	17,6	4	19,0	7	16,7
estudante	1	25,0	2	11,8	3	14,4	6	14,3
sem ocupação	-	-	1	5,9	-	-	1	2,4
não sabe	-	-	1	5,9	-	-	1	2,4
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>	<b>21</b>	<b>100,0</b>	<b>42</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> considerou-se pessoas com sete anos ou mais.

Fonte: dados da pesquisa.

Um dos fatores que afeta a saída dos filhos da propriedade dos pais é a forma como são tomadas as decisões no interior da família. Geralmente são os pais que tomam as decisões sobre o que será produzido, como será produzido e para quem será vendida a produção, ficando os filhos fora dessas discussões. Mesmo quando as decisões eram tomadas dentro dos grupos eram os próprios pais quem decidiam, pois, eram representantes das famílias nesses coletivos. A Tabela 27 expressa bem essa realidade onde apenas em 25% dos casos as decisões das atividades não-agrícolas realizadas eram atribuídas aos filhos. Como já foi colocado, aos filhos ficava reservada a execução das tarefas decididas pelos pais ou pelo grupo, o que leva a um sentimento de insatisfação, conduzindo os filhos para fora do sítio dos pais, migrando para as cidades, conquistando, deste modo a desejada autonomia para decidir que profissão seguir.

**Tabela 27.** Decisão das atividades<sup>1</sup> das famílias entrevistadas, por tipo de atividade e membros familiares, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Decisão	Família pluriativa				Família agricultora		Total	
	agrícola		não-agrícola		agrícola		agrícola	
	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%
a família	1	25,0	1	25,0	1	33,3	2	28,6
os pais	-	-	2	50,0	-	-	-	-
o chefe de família	1	25,0	-	-	1	33,3	2	28,6
os filhos	-	-	1	25,0	-	-	-	-
o coletivo	2	50,0	-	-	1	33,3	3	42,8
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> consideradas as atividades que geravam renda e trabalho para o grupo doméstico. Os filhos ocupados e que moravam fora e que não ofereciam contribuição para a família que continuava no sítio não foram considerados.

Fonte: dados da pesquisa.

Quando a pergunta sobre a saída de filhos para trabalhar e morar na cidade é direcionada aos pais, eles eram unânimes em dizer que era a falta de trabalho e de renda suficiente para toda a família que empurrava alguns membros para fora do assentamento. Nenhuma família associou a saída dos jovens ao interesse em conseguir remuneração própria ou à falta de interesse dos filhos em continuar morando no sítio. Também não se referiram ao trabalho mais fácil que o agrícola como motivação pela busca de atividade não-agrícola, diferentemente dos 23,1% das famílias pluriativas gaúchas, entrevistadas por SCHNEIDER (2003), que consideravam as atividades não-agrícolas uma alternativa ao trabalho penoso e pouco rentável da agricultura.

As quatro famílias pluriativas argumentavam que executar atividades não-agrícolas conferia outras vantagens, tais como a melhor remuneração em comparação à agricultura; a complementaridade à agricultura; e no caso específico do artesanato a facilidade para comercializar e a menor concorrência, visto que eram poucas as famílias que se dedicavam a esta atividade com a finalidade de vender suas manufaturas. Entretanto, quando perguntados sobre quais projetos tinham interesse em desenvolver no futuro, três famílias, sendo duas agricultoras e uma pluriativa, citaram projetos agropecuários (peixes, suínos, bovino de leite, abelhas, hortaliças, frutíferas) e apenas uma quarta família pluriativa se interessou pelo comércio de hortaliças. As outras três famílias não tinham planos para desenvolvimento de novos projetos.

Essas estratégias eram pensadas num contexto de aumentar a diversificação das atividades produtivas visando além da geração de trabalho e renda para seus membros, diminuir os riscos associados à produção e comercialização das culturas de milho e feijão tradicionalmente produzidas pelas famílias do assentamento. Neste horizonte nota-se que a agricultura continua tendo um peso forte no conjunto das estratégias dos agricultores familiares e que a existência da pluriatividade não significa a redução da importância da agricultura para estas famílias. As estratégias pluriativas entendidas como a realização de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior das propriedades familiares cumprem o papel de comporem a estrutura da economia familiar.

Esses novos projetos são importantes, sobretudo, para reduzir o nível de ociosidade no interior das famílias. O estudo revelou que em média havia 0,86 pessoas ociosas por

família. Considerado o universo total de famílias assentadas na Fazenda Pirituba este número poderá ultrapassar trezentas pessoas configurando um alto custo social e econômico para essas famílias.

Ao que tudo indica as estratégias anteriormente citadas podem ajudar a diminuir o índice de ociosidade, entretanto, outras formas para solucionar a questão são requeridas a fim de evitar uma migração em massa em direção à cidade, pois, não encontrando maneiras de sobreviver no campo a tendência é procurar por outros caminhos.

#### **5.1.2.1 Receitas agrícolas e não-agrícolas dos membros das famílias do assentamento**

Foram identificadas a origem das receitas monetárias, o destino das receitas no interior das unidades familiares e a forma de divisão no interior da família. Grandes dificuldades foram enfrentadas para a obtenção desses dados decorrentes da resistência dos agricultores em fornecê-los, e da dificuldade em lembrarem-se das diferentes origens das receitas, pois, não era comum que fizessem anotações das despesas e receitas das atividades realizadas tendo que recorrer apenas à própria memória. Porém, com persistência e esforço foi possível obtê-los possibilitando esclarecer alguns pontos importantes nas estratégias pluriativas das famílias.

Cabe lembrar que as receitas relatadas aqui eram apenas aquelas dos membros das famílias que colaboravam para compor a renda do grupo que continuava morando no sítio dos pais. As rendas obtidas pelos membros que trabalhavam e moravam fora do sítio, e que não contribuía para quem continuava morando no assentamento, não foram incluídas no somatório das receitas. Os valores do autoconsumo também não foram mensurados, mas percebe-se que tinham grande importância para as famílias, sobretudo porque era a base da dieta familiar. Este montante era composto por pequenas criações e por cultivos diversificados em quintais.

A Tabela 28 apresenta as receitas monetárias das famílias entrevistadas na Etapa II. A agricultura continuava sendo a principal fonte de renda monetária das famílias, com um percentual de 52,8%, seguida dos benefícios das aposentadorias com 29,8% e somente em terceiro lugar apareciam as não-agrícolas com 17,4%. Entretanto, entre as famílias pluriativas, as aposentadorias apareciam em primeiro lugar com 49,8% do total monetário arrecadado,

diferindo das famílias pluriativas analisadas por SCHNEIDER (2003) onde as atividades não-agrícolas provinham a maior entrada monetária. Este autor também verificou em seu estudo o aumento da importância das aposentadorias na composição das receitas das famílias. Concorda-se com SACCO DOS ANJOS e CALDAS (2006) que as aposentadorias contribuem para assegurar um nível de consumo socialmente aceitável para o conjunto da população rural e pode reduzir significativamente a propensão ao êxodo rural, e também com LEITE et al. (2004, p. 239) que aludia que “a renda previdenciária tem se constituído numa espécie de garantia da manutenção de diversas famílias rurais”.

**Tabela 28.** Médias mensais das receitas monetárias das famílias<sup>1</sup> entrevistadas, por origem e total, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Origem das receitas	médias mensais das receitas monetárias <sup>2</sup>					
	Família pluriativa		Família agricultora		Total médio	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Agropecuária	160,75	21,1	514,00	100,0	337,37	52,8
atividade não-agrícola	221,75	29,1	-	-	110,88	17,4
aposentadorias <sup>3</sup>	380,00	49,8	-	-	190,00	29,8
<b>Total (receita média / família)</b>	<b>762,50</b>	<b>100,0</b>	<b>514,00</b>	<b>100,0</b>	<b>638,25</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> considerou-se as receitas monetárias do grupo doméstico.

<sup>2</sup> receitas das famílias pluriativas foram divididas por quatro e das famílias agricultoras divididas por três que são os números de famílias, respectivamente.

<sup>3</sup> o valor da aposentadoria e do salário mínimo à época das entrevistas (maio-setembro/2007) era de R\$ 380,00.

Fonte: dados da pesquisa.

Apesar das receitas não-agrícolas aparecerem somente em terceiro lugar em importância para ambas as categorias de famílias, a infra-estrutura instalada no assentamento, descrita no capítulo 3, tem potencial para aumentar a participação desta receita no conjunto da economia familiar. Para isso os problemas de natureza organizacional, financeira e de comercialização precisam ser resolvidos a fim de impulsionar o beneficiamento e processamento da produção agropecuária nas áreas do assentamento. O funcionamento adequado das agroindústrias locais demandará a implantação de novos projetos agropecuários capazes de fornecer matéria-prima para elas, e com isso poderá contribuir para o aumento das receitas agrícolas e não-agrícolas das famílias participantes.

Em relação ao destino das receitas verificou-se que as sete famílias destinavam parte para a manutenção da própria família; quatro disseram que separavam uma parcela das receitas

para o pagamento de dívidas contraídas anteriormente, e apenas uma família disse ter feito investimento em máquinas e equipamentos no último ano. Nenhuma delas mencionou a formação de poupança para fins de investimento futuro na propriedade, para o conforto doméstico ou mesmo para socorrê-las em momentos de dificuldades financeiras (Tabela 29).

**Tabela 29.** Destino<sup>1</sup> das receitas monetárias e aposentadorias das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Destino das receitas	Número de famílias
investimentos na propriedade (máquinas e equipamentos)	1
despesas da família	7
pagamento de dívidas	4

<sup>1</sup> destino nos últimos doze meses.

Fonte: dados da pesquisa.

A prioridade das famílias era com o seu próprio sustento. Quando se tornava possível, parte dos recursos era utilizada para quitar dívidas e restabelecer o crédito, de modo que pudesse futuramente voltar a investir na unidade familiar e assim assegurar sua reprodução social. Mesmo passando por situação de dificuldades financeiras nenhuma família cogitou deixar o sítio para ir morar na cidade. O que existia eram alguns membros (sobretudo, filhos e filhas) que deixavam o sítio para buscar trabalho fora como argumentado anteriormente.

Quanto às formas de divisão das receitas no interior da família verificou-se que em quatro famílias eram os casais que centralizavam e dividiam conforme suas decisões, semelhante ao que observou SCHNEIDER (2003) para as entradas oriundas da agricultura. Nas outras três famílias, formas distintas eram adotadas para a divisão das receitas, ou seja, em uma família era o chefe que centralizava os rendimentos; em outra, cada um ficava com o que ganhava em atividades individuais e os pais sustentavam a casa com o que ganhavam na propriedade e com as aposentadorias; e, uma última família dividia as receitas auferidas com todos os membros que trabalharam na propriedade (Tabela 30).



**Tabela 30.** Forma de divisão das receitas monetárias e aposentadorias das famílias entrevistadas, Etapa II, Assentamento Pirituba II, Itapeva, Estado de São Paulo, 2007

Forma de divisão	Número de famílias
O chefe centraliza os rendimentos	1
O casal centraliza todas as entradas e divide conforme sua decisão	4
Cada um fica com o que ganha e os pais sustentam a casa e a família	1
Receitas divididas entre quem trabalha na propriedade	1

Fonte: dados da pesquisa.

A forma como era feita a repartição dos benefícios entre os membros que compunham o núcleo familiar (doméstico) permite expressar o tipo de relações de poder e de hierarquia familiar (SCHNEIDER, 2003). Assim, é possível constatar que os pais, e mais restritamente o chefe de família era quem detinha o poder sobre a forma de divisão dos bens dentro da família.

As rendas de autoconsumo não foram quantificadas para este estudo, porém, nos discursos das famílias e nas observações de campo realizadas, foi possível verificar que elas representavam um valor importante no consumo de produtos de origem animal e vegetal pelas famílias assentadas.

## **5.2 A pluriatividade na COAPRI e nos Grupos de Mulheres**

O estudo da pluriatividade foi feito, até aqui, tomando como objeto de observação as trinta e duas famílias amostradas e a análise feita a partir das relações intra e extrafamiliares. Além das famílias, o estudo também focou a análise das organizações de trabalho dos agricultores assentados, tais como, grupos de mulheres e cooperativas que desenvolvem atividades não-agrícolas. As atividades analisadas a seguir foram descritas anteriormente no capítulo 3.

Essas organizações de trabalho foram criadas no intuito de contribuir para a produção agropecuária e para as atividades não-agrícolas, ampliando a escala produtiva e buscando melhores opções para comercialização de seus produtos. A Cooperativa de Assentados e Pequenos Agricultores da Região de Itapeva e Itaberá (COAPRI), particularmente, foi criada

para centralizar as agroindústrias do assentamento a fim de beneficiar e processar a produção agropecuária das famílias assentadas e outros agricultores familiares da região, além de organizar a comercialização desses produtos. A produção agropecuária ficou a cargo das cooperativas de produção, grupos informais e pelas próprias famílias no interior de seus sítios. Todavia, as famílias a partir de suas próprias iniciativas também desenvolviam outras atividades não-agrícolas como ficou demonstrado na primeira parte deste capítulo.

Este foi o modelo de organização que agricultores e técnicos vinham trabalhando para alavancar a produção agropecuária e as atividades não-agrícolas dentro do assentamento. A COAPRI tinha cinco agroindústrias, três delas operando havia alguns anos e as outras duas em estágio de implantação e planejamento das operações. Esperava-se que, juntas, elas pudessem agregar valor à produção agropecuária das famílias através do beneficiamento e processamento das matérias-primas e da abertura de novos canais de comercialização que favorecessem a cooperativa e seus sócios, as famílias rurais, em termos de geração de renda e trabalho.

A expectativa com a gestão adequada das agroindústrias e a conquista de mercado para seus produtos podem incentivar a ampliação e geração de novos projetos agropecuários nos sítios das famílias sócias da COAPRI e, eventualmente, de outras famílias não-sócias que desejam vender sua produção para a cooperativa. Com isso, as agroindústrias podem contribuir com a geração de renda agrícola e não-agrícola para as famílias, além de criar alguns empregos diretos nas agroindústrias, com o mérito de propiciar grande quantidade de trabalho nos sítios das famílias, absorvendo parte da mão-de-obra de filhos e outros agregados e ajudar à diminuir o risco de êxodo rural, principalmente de jovens.

O assentamento rural da Fazenda Pirituba, deste modo, começa a projetar seu perfil agropecuário e agroindustrial, onde a expressão desta pluriatividade é, em parte, objeto de sonhos e conquistas das famílias rurais organizadas e apoiadas por outros atores sociais e instituições governamentais e não-governamentais. Esta fórmula poderá contribuir para a reprodução social e econômica das famílias, pois, permite a ocupação remunerada de mais membros das famílias em atividades produtivas dentro do assentamento. Por outro lado, tem seus limites na geração de trabalho e renda e, diante do ciclo das famílias e de seu tamanho, outras estratégias terão que ser elaboradas e colocadas em prática.

A pluriatividade dos grupos de mulheres também tem importância na reprodução social e econômica das famílias. As rendas auferidas nessas atividades contribuem para o conjunto das rendas familiares, porém, o que mais parece interessar às mulheres é a conquista de espaço social na comunidade e no interior da família. Através do grupo as mulheres mostram que são capazes, tanto quanto os homens, de trabalhar e gerar renda. Apesar da dupla jornada que lhes são impostas, ou seja, os cuidados com a casa e a família, mais o trabalho extra-lar, os processos pluriativos no interior dos grupos de mulheres parecem ter grande importância nas relações de gêneros, sobretudo, na conquista da igualdade de gênero num ambiente tradicionalmente caracterizado pelo domínio masculino. Este é outro tema que merece a atenção dos pesquisadores sociais que estudam pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar.

## 6. CONCLUSÕES

Perceber a atividade agropecuária e a pluriatividade na agricultura familiar como processos sociais pressupõe considerar a existência de redes de relações entre diferentes agentes sociais. Isto é, considera-se a atuação de agentes em campos de poder lutando por interesses que essencialmente são contraditórios. Esses processos, circunscritos em seus respectivos campos sociais, se desenvolvem permanentemente em uma ou outra direção em virtude dos enfrentamentos que ocorrem entre os agentes participantes.

Para os agricultores familiares o que predominantemente está em jogo é sua possibilidade de reprodução social e econômica, a manutenção de seu estilo de vida e de trabalho – seu patrimônio sociocultural – e seu patrimônio material representado pela propriedade rural e seus meios de produção e sobrevivência.

Para eles, a agricultura (atividade agropecuária) e a pluriatividade são estratégias elaboradas no intuito de permitir, em última instância, a manutenção e a reprodução de seu modo de vida hoje e para as gerações vindouras. Por meio delas os agricultores familiares entram nas disputas travadas nos respectivos campos sociais, de modo a tentar defender seus interesses contra o de outros agentes ou grupos. Essas estratégias, por sua vez, são tributárias de um *habitus* específico do agricultor familiar, qual seja, sua capacidade de adaptação diante de circunstâncias históricas que lhe são impostas.

No caso particular dos agricultores do assentamento rural da Fazenda Pirituba II a primeira grande luta se deu na metade inicial da década de 1980, quando decidiram se organizar em acampamento de famílias sem terra para travar as disputas no campo da reforma agrária que possibilitassem o acesso a terra. A partir dessa conquista outros embates foram travados no campo da agricultura para obtenção de financiamentos e de assistência técnica, nos campos da educação e da saúde, dentre outros. Com essas ações desenvolveram um *habitus* de enfrentamento de modo a reivindicar direitos que antes não eram respeitados pelo Estado e por setores da sociedade. Este *habitus*, agora incorporado a este grupo, é ensinado, repassado e reproduzido por outras famílias que vivem precariamente sob barracos de lona preta ao longo das estradas brasileiras, sem a devida atenção do Estado e da sociedade para o atendimento dos direitos humanos fundamentais.

O desenvolvimento das atividades agropecuárias e da pluriatividade na agricultura familiar são a continuidade das lutas anteriores, pois numa sociedade marcada pela ação de diferentes grupos com interesses contraditórios as disputas têm um caráter permanente. Os agricultores participantes dos embates anteriores e detentores do *habitus* de enfrentamento sabem e estão preparados para lidar com o Estado e outros setores contrários a sua reprodução. As lutas anteriores, pedagogicamente, formam, capacitam e incorporam conhecimentos e habilidades que serão usadas pelos agricultores familiares nos embates futuros que marcam a sociedade de classes.

Na comunidade objeto desse estudo foi possível confirmar isso. Esta pesquisa detectou que a prática da agricultura era realizada por todas as famílias do assentamento rural e os resultados mostraram que era o principal ramo de atividade em termos de ocupação de mão-de-obra e geração de renda monetária. A agricultura, apesar da histórica desvalorização que vem sofrendo, ainda assim era a principal fonte de geração de trabalho e renda utilizada pelos agricultores locais.

Nas diretrizes do Plano de Rendas do assentamento, descrito resumidamente no capítulo 3, foi possível perceber a importância que tinha a agricultura para essas famílias. Elas ressaltaram a necessidade de fazer melhorias nos sistemas de produção e criação existentes; introduzir novos sistemas de produção e de criação; iniciar novas produções agrícolas e criações e melhorar o sistema de comercialização de seus produtos como forma de aumentar a renda auferida da agricultura. Apesar das dificuldades enfrentadas com o trabalho na agricultura, e em razão mesmo dessas dificuldades, contavam com o apoio de técnicos extensionistas na discussão dos problemas de modo a encaminhar propostas que possam auxiliá-las a encontrar as soluções mais adequadas.

Essas famílias têm suas histórias de vida basicamente ligadas à agricultura, o que explica a importância que elas davam a essa atividade. Além desse fator, os investimentos feitos pelas políticas públicas, priorizando a produção agrícola e a criação animal, também foram muito importantes, primeiro, destinados à produção para o sustento das famílias, e depois, para a geração de renda a partir da comercialização dos excedentes. Neste particular os instrumentos de crédito PROCERA e PRONAF ofereceram grande contribuição. Além deles, os serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER oficiais, assim como de outros agentes não-governamentais, também deram suas colaborações. O terceiro fator que merece

destaque era a característica e a dinâmica socioeconômica local. Isto é, o assentamento está localizado em municípios que apresentavam suas economias baseadas eminentemente na agricultura e com baixo dinamismo industrial, comercial e de serviços. Com isso, a oferta de trabalho fora da agricultura tinha um potencial bastante reduzido impossibilitando a ocupação de grande parte da mão-de-obra excedente que se encontrava dentro das áreas do assentamento. Além da reduzida oferta de trabalho, a distância do assentamento até as cidades mais próximas (mínimo de 25 quilômetros) era outro fator limitante, assim como a discriminação que sofriam por serem agricultores assentados e ligados a um movimento social de grande repercussão no país, nem sempre compreendido pela sociedade. Assim, outra opção seria buscar trabalho em regiões mais distantes, o que de certa forma acontecia com alguns dos membros das famílias.

O rebaixamento dos preços agrícolas ocorridos nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que houve aumentos de custos de produção das principais atividades agropecuárias praticadas, afetaram drasticamente a renda das famílias, contudo, não foi suficiente para fazê-los desistir dessas atividades. Prova disso é possível verificar nas diretrizes do Plano de Rendas do assentamento e nos depoimentos dos agricultores, discussão sobre as melhorias nos sistemas produtivos para viabilizar a produção agropecuária tanto em termos de geração de renda como de trabalho. Quando indagados também sobre projetos que gostariam de desenvolver relataram planos de cultivo e de criações de outras espécies.

Além disso, esses agricultores também desenvolviam outras estratégias que lhes permitiam se reproduzir econômica e socialmente. Na comunidade estudada foi possível conferir o desenvolvimento da pluriatividade em 40,6% das famílias entrevistadas, expressas no trabalho assalariado em vários ramos de atividades (comércio, serviços e indústrias) fora e dentro do assentamento, na implantação de agroindústrias familiares, na confecção de artesanato, na fabricação de pães e na criação de agroindústrias coletivas vinculadas às cooperativas dos próprios agricultores.

A pluriatividade, assim como a agricultura, faz parte do imenso repertório de estratégias do agricultor familiar, e há muito tempo este patrimônio sociocultural vem sendo desenvolvido, adquirido e adaptado para fazer valer os interesses dessa categoria social frente às imposições de natureza interna e externa. Estudos clássicos de Kautsky e Chayanov, há

mais de cem anos, relatavam a existência do trabalho assalariado, as indústrias a domicílio e outras estratégias como fazendo parte das ocupações das famílias rurais.

O que se constatou na comunidade estudada já se verificava há várias décadas e em outras partes do mundo. O fato de a agricultura ser a principal atividade não diminui a importância da pluriatividade. Por conferir a base de sustentação da economia familiar, sobretudo garantindo a soberania alimentar, ela era acionada primeiramente. Além disso, em situação onde as condições socioeconômicas da família não eram muito favoráveis, assim mesmo é possível produzir para o autoconsumo com os poucos recursos materiais e naturais disponíveis e com o conhecimento das práticas de cultivo e criação. A pluriatividade, por sua vez, impõe outros custos de investimentos, organização, escoamento e comercialização, no caso de produção industrial, ou depende da existência e oportunidades de emprego, no caso de trabalho externo assalariado.

Os processos pluriativos desenvolvidos no assentamento não provocaram a diminuição do tempo de trabalho na agricultura. A atividade agropecuária era praticada em toda a área agricultável dos sítios e a liberação de mão-de-obra se dava em virtude do aumento da produtividade do trabalho devido ao emprego intensivo da motomecanização.

Associar diretamente todos os processos pluriativos com as dificuldades ou más condições socioeconômicas do agricultor e considerá-los como um passo, em definitivo, para a extinção da agricultura familiar não é prudente nem verdadeiro. Fosse assim a agricultura familiar já teria sido extinta há mais de um século quando os clássicos relataram a realização das ocupações não-agrícolas pelas famílias rurais. Também significaria desconsiderar o papel ativo que esses sujeitos desempenham na história das lutas sociais, e sua identidade cultural herdada do camponês primitivo que tinha na indústria doméstica uma forma de suprir necessidades que a agricultura não era capaz.

No entanto, é importante reconhecer o caráter ambíguo de alguns processos pluriativos, algumas vezes privando alguns membros da família do modo de vida rural, em outras o fortalecendo. No estudo realizado, por exemplo, 29,1% dos filhos moravam e trabalhavam fora do assentamento em atividades predominantemente não-agrícolas, deixando seu modo de vida e de trabalho enquanto agricultores familiares, mas, por outro lado, aliviando os custos de manutenção do restante da família que continuava no sítio, e que deverá continuar se reproduzindo social e economicamente. Os processos sucessórios no interior

dessas famílias não deverão ser prejudicados pela migração de alguns filhos, uma vez que existem outros que poderão herdar a propriedade, pois havia quase dois filhos por família que continuavam morando agregados aos pais. Entretanto, a saída majoritária de mulheres poderá causar um desequilíbrio numérico entre os sexos, gerando um processo de masculinização no assentamento que no longo prazo poderá comprometer seu desenvolvimento.

Quando os processos pluriativos se expressam na criação de agroindústrias pelas próprias famílias, no trabalho assalariado externo (com a permanência da habitação no assentamento), no artesanato, no oferecimento de serviços e no comércio dentro do assentamento, a agricultura continua sendo praticada e ambas as estratégias fortalecem o desejo de continuar vivendo no sítio. Mesmo os jovens com maiores índices de escolaridade preferiam continuar no assentamento a fim de dar prosseguimento ao projeto de vida familiar. A vontade interna da comunidade estimula a fixação dos jovens no campo e procura agregar valor aos produtos agropecuários através da crescente agroindustrialização. As indústrias e agroindústrias criadas pela comunidade têm um potencial muito além da agregação de valor à matéria-prima produzida. Elas têm potencial para demandar a ampliação e a criação de novos projetos agropecuários, aumentando a renda agrícola das famílias e, sobretudo, gerando um significativo número de ocupações no interior dos próprios sítios.

Esta forma de manifestação da pluriatividade pode diminuir o fluxo migratório de jovens da comunidade, na medida em que oferece melhores condições socioeconômicas para toda a família, porém, este não é o único fator que possibilita a permanência dos filhos no campo. O impedimento imposto pelos pais para a participação dos jovens no processo de tomada de decisão em aspectos relacionados à produção e comercialização dos produtos, e na divisão e destinação das receitas, afeta o entusiasmo dos filhos em permanecer no campo. Esta situação foi constatada nesta comunidade de acordo com os relatos de jovens e de técnicos que prestavam assistência técnica local. As posições dos membros na família demonstraram a predominância tradicional de pais na condição de chefe, e de mães na de cônjuge, estando à frente das decisões familiares por período de tempo estendido, adiando o processo de sucessão da propriedade familiar e a autonomia dos filhos. Tanto as políticas públicas quanto os pais precisam estar atentos e dispostos a respeitar o projeto de autonomia dos jovens, pois são eles que serão responsáveis pela reprodução social da agricultura familiar num futuro próximo.



A pluriatividade ocorre em famílias com diferentes formas de organização do trabalho. Quando esta se expressa pela criação de indústria ou agroindústria verificou-se que a organização do trabalho preferida era a coletiva, pois tais investimentos em construção e equipamentos apresentavam custos mais elevados. A demanda por matéria-prima, por outro lado, exigia uma escala maior do que as famílias isoladamente poderiam fornecer. Durante a pesquisa de campo uma experiência pluriativa coletiva, em particular, chamou muito a atenção em virtude dos objetivos da proposta. Na Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida – COPAVA, localizada na Área III do assentamento, os sócios decidiram implantar uma padaria no intuito de melhorar a qualidade nutricional do café da manhã das famílias associadas, fornecendo-lhes uma cota diária de pães. Aliados a isto puderam gerar novas ocupações, mais leves, destinadas prioritariamente às mulheres. Este projeto iniciado para atender uma demanda de cunho social interno das famílias cooperadas teve, posteriormente, seus objetivos ampliados, transformando a fabricação de pães, inicialmente destinada ao autoconsumo, em produção também para a comercialização e criando mais uma fonte de renda aos associados.

Esta forma de pensar e agir do agricultor familiar revela uma lógica incorporada há muito tempo por este ator social, qual seja a de produzir, primeiro, para garantir o seu sustento e, posteriormente, trocar os excedentes produzidos. Além da produção para o autoconsumo, este exemplo revela também a lógica da diversificação da produção de itens de consumo, inclusive, de produtos beneficiados e processados no interior do próprio sítio ou em parceria com outras famílias.

Essas duas lógicas (de garantir o auto-sustento e da diversificação produtiva), que o ideário e as ações da modernização conservadora tentaram sucumbir ao propor a especialização agrícola de forma irreversível, se mostraram bem fortes e conscientes nos discursos e nas ações dos agricultores familiares do assentamento rural da Fazenda Pirituba II. Os quintais eram intensivamente utilizados para a produção de autoconsumo com a criação de pequenos animais, tais como, galinhas, patos, porcos caipiras e codornas e com o cultivo de espécies frutíferas, medicinais, hortícolas, ornamentais, dentre outras. O restante da área dos sítios era usado para a produção com fins comerciais, entre eles, o cultivo de grãos e cereais, espécies frutíferas e hortícolas e criação de bovinos de leite, suínos e caprinos. Havia ainda

projetos apícolas para a produção de mel e própolis, além das atividades não-agrícolas anteriormente apontadas.

Este patrimônio sociocultural, enquanto matriz de saberes, herdado de gerações passadas, possibilita às famílias rurais (re)elaborarem diferentes e complexas estratégias de sobrevivência para lutar pelos seus interesses frente às imposições de outros grupos da sociedade contrários à sua existência e realização. O *habitus* de recriação permanente de estratégias e a disposição para enfrentar as constantes adversidades, que afetam os agricultores familiares, é que possibilita a sua reação pela sobrevivência. E é neste ambiente de ação que o *habitus* se forma e se incorpora ao corpo familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p. 66-83, 1986.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. 15 Anos de Assentamentos de Trabalhadores Rurais no Estado de São Paulo: O Caso da Família Pereira. In: **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. (Orgs.) BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

BEZE JR., Zeke. **Plano Para o Aumento da Renda dos Assentados no Projeto de Assentamento Pirituba II**. 26p. Relatório - Assentamento Pirituba II – Itapeva e Itaberá, Dez, 2004. (mimeo).

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4ed. (Trad.) Fernando Tomaz – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL (País). **LEI Nº 4.504**. Brasília, 1964.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar Ribeiro; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, a.5, n.10, p. 312-347, jul./dez., 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. 28p. Texto para Discussão, n. 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas. In: **Mundo Rural e Tempo Presente** (Orgs.) Luiz Flávio de Carvalho Costa; Roberto José Moreira; Regina Bruno. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: McGRAW-HILL, 1976.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. 1ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Projeto LUPA**: Censo 95/96. São Paulo: CATI. 1996.

COSTA, Cyra Malta Olegário da; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Processo de organização da produção em assentamentos rurais no Brasil: a Fazenda Pirituba/SP. In: **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. (Orgs.) BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

DURSTON, John. **Juventud rural en Brasil y México**: reduciendo la invisibilidad. Santiago: CEPAL, 1998.

EIKELAND, Sveinung; LIE, Ivar. Pluriactivity in Rural Norway. **Journal of Rural Studies**, Amsterdam, v.15, p. 405-415, 1999.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; BARONE, Luís Antonio. Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, p. 11-60, 2004.

GRETZ, Roberto Herbert. **A Faxina da minha juventude**. 2ed. revisada. Itapeva, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2000.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira; REZENDE, Simone; RIBEIRO, Suzana (Org.). **Vozes da Terra**: Histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação ITESP, 2005.

JORGE, Wirley Jerson; SOUZA, José Gilberto de. Os Programas Especiais de Financiamento como Instrumentos de Integração Socioeconômica em Assentamentos Rurais: As Intenções e os Fatos. In: **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. (Orgs.) BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. 2ed. (Trad.) Ângela Maria Naoko Tijiwa – Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (Coords.). **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004. (Estudos NEAD, n.6).

MINISTÉRIO DAS CIDADES (BRASIL). **Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU**. 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (BRASIL). **Cadastro de Estabelecimentos Empregadores – CEE**. 2000.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriactividad y sucesión em la agricultura familiar em el sur de Brasil. **Perspectivas Sociales**, Monterrey, v.8, p. 61-91, 2006.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SÃO PAULO (ESTADO). ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA. **IPRS 2006**: Índice paulista de responsabilidade social. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado, 2006.

SEADE. **Mortalidade Infantil**.  
<[http://www.seade.gov.br/produtos/mortinf/tabelas/2007/pdf/tabela02\\_2007.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/mortinf/tabelas/2007/pdf/tabela02_2007.pdf)>,  
28/01/2009.

SCHNEIDER, Sérgio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p. 99-122, 2003b.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.20, p. 60-70, mai./ago., 2002.

SILVA, Rubens Alexandre da. **Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba**: capital social, parcerias, resistência e desenvolvimento. 277p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2005.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. 261p. Relatório Final - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: **Para pensar outra agricultura**. (Org.) FERREIRA, Ângela D.D; BRANDENBURG, Alfio. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 37-68, mai/dez, 1995.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural**: Questões Metodológicas Emergentes. 1ed. v.1. Presidente Venceslau: LetrasAMargem, 2002.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília: Editora TB e UnB, p. 11-73, 1990.

## APÊNDICES

### Questionário – Etapa I

Assentamento Rural Fazenda Pirituba II

Agroviola: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do entrevistado:

Em que ano foi assentado?

Qual é a área total do lote?

Quantas pessoas moram no lote da família?

Quais os nomes dos membros da família?

Qual é o local de trabalho de cada membro?

Qual é a ocupação laboral de cada membro?

Qual é a posição de cada membro na família?

Como é organizado o trabalho na produção?

coletiva

coletivo familiar

familiar

mista

Qual é a condição de moradia de cada membro da família?

assentado

agregado

mora fora do assentamento



## Questionário – Etapa II

Assentamento Rural Fazenda Pirituba II

Agrovila: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do entrevistado:

Qual é a idade de cada membro da família?

Quantos anos de estudo têm cada membro?

Qual a origem do chefe de família?

Qual a ocupação do chefe antes de ir para o assentamento? Em que lugar desenvolvia esta atividade?

Quais são as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pela família atualmente?

Qual a principal ocupação de cada membro da família?

Como é feito o processo de tomada de decisão para realização das atividades?

Qual é a receita obtida com cada atividade? Alguém recebe salário, aposentadoria ou outras ajudas financeiras? Qual o valor?

Qual é o destino dado para as receitas obtidas?

Quem decide sobre a divisão das receitas no interior da família?

Quais atividades a família gostaria de implantar e por que motivo?

Existem pessoas desempregadas na família? Quantos e quem são?